

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Maria Helena do Espírito Santo Coelho

Estratégias de enfrentamento utilizadas por jovens não reincidentes em atos
infracionais no centro-oeste brasileiro

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

São Paulo

2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Maria Helena do Espírito Santo Coelho

Estratégias de enfrentamento utilizadas por jovens não reincidentes em atos
infracionais no centro-oeste brasileiro

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica, sob orientação da Profa. Doutora. Rosa Maria Stefanini de Macedo.

São Paulo

2021

Ficha Catalográfica

Coelho, Maria Helena do Espírito Santo

Estratégias de enfrentamento utilizadas por jovens não
reincidentes em atos infracionais no centro-oeste brasileiro
/ Maria Helena do Espírito Santo Coelho – São Paulo: [s.n.] , 2021.
119p. il. ; 21 x 29, 7 cm.

Orientador: Rosa Maria Stefanini de Macedo. Tese
(Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos
Pós - Graduados em Psicologia Clínica, 2021.

1. Jovem. 2. Adolescência. 3. Família. 4. Educação e Justiça.
I. Macedo, Rosa Maria Stefanini de. II. Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos
Pós - Graduados em Psicologia Clínica. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

*Dedico este trabalho às pessoas benevolentes,
que não se resignam com o presente e lutam com
perseverança, visando a construção de um futuro
melhor para crianças e jovens brasileiros.*

AGRADECIMENTOS

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Processo n. 88887.148053/2017-00”.

THANKS

“This study was financed in party by de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Process n. 88887.148053/2017-00”

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, que sempre me conduziu com as devidas lições de amor, fraternidade e compreensão, fundamentais ao desenvolvimento deste trabalho.

A meus pais, Raquel e Luiz Otávio, que sempre estiveram ao meu lado com amor, dedicação e incentivos aos meus estudos (in memoriam).

Ao meu marido, Keny por compartilhar e perseguir sonhos na direção de realizações (in memoriam).

À minha família, pela presença e apoio, sem os quais não finalizaria esse estudo. Em especial à inspiração fornecida pela criatividade e persistência de cada um dos seis netos, ao realizar seus desejos.

À minha orientadora, Professora Doutora Rosa Macedo, por me acompanhar nessa jornada com disponibilidade e profissionalismo, assistindo no prosseguimento e fechamento do trabalho. E aos demais professores da PUC/SP, em especial às professoras Ida Kublikowski e Ceneide Maria de Oliveira Cervený.

Especialmente à Professora Doutora Teresinha E. Coiahy Rocha de Macedo, pela paciência, profissionalismo e carinho com que me guiou durante todo o processo.

A todos os colegas de minha trajetória escolar, que tanto contribuíram para que mantivesse acesa a chama da motivação, visando atingir o aperfeiçoamento técnico.

Aos envolvidos na criação e manutenção das ações do Instituto Kenneth Martins Coelho, especialmente Cynthia (in memoriam) e Eleanor.

À Mônica Pereira, Assistente de Coordenação do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica, pelo carinho e dedicação.

Em especial, aos participantes da pesquisa por compartilharem tempo e suas memórias, exemplos de superação e aprendizado.

À banca de qualificação, Dra. Mariane Feijó, Dra. Liana Fortunato Costa, Dra. Ida Kublikowski, pela profundidade das avaliações, que delinearam ideias esclarecedoras para o enriquecimento do trabalho.

COELHO, M. H. E. S. Estratégias de enfrentamento utilizadas por jovens não reincidentes em atos infracionais no centro-oeste brasileiro. 2021. 119f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

RESUMO

O estudo do encontro precoce de indivíduos em desenvolvimento com a Justiça se faz necessário frente ao crescente aumento nos índices de jovens direcionados ao cumprimento de Medidas Socioeducativas de Norte a Sul do país, além da ampla reincidência na contravenção a cada ano. A presente pesquisa se propôs a ouvir e registrar a narrativa de 12 sujeitos que atingiram a maioridade legal, tendo cumprido, durante a adolescência, algum tipo de medida socioeducativa por descumprimento das leis e decidiram optar por caminhos que os afastassem da contravenção em uma cidade de porte médio do Centro Oeste brasileiro. Os relatos contidos no trabalho trazem consigo informações generativas que podem auxiliar a construção de projetos que apoiem as escolhas mais positivas por esses e outros jovens ajudando-os a trilhar caminhos mais realizadores em suas vidas. O construcionismo social e os ensinamentos da terapia narrativa forneceram os caminhos metodológicos pelos quais buscamos identificar elementos significativos que os participantes sugeriram como importantes para tomarem suas decisões levando em conta a influência do contexto sociocultural e familiar sobre eles. Tivemos bastante dificuldade em obter o contato dos possíveis participantes da pesquisa; como deveriam estar afastados de problemas com a justiça por pelo menos três anos, não havia informações atualizadas sobre eles, uma vez que as instituições responsáveis apenas possuem dados daqueles que, no momento, faziam parte dos processos de cumprimento de medidas. Portanto, tal desligamento das instituições impediu o fácil acesso a eles. Os resultados mostraram a necessidade de ampliação de projetos educativos que possam incluir esse contingente de jovens que deixam precocemente as escolas enveredando pelo ambiente judicial e que uma vez cumpridas as medidas, somem dos arquivos se não reincidirem. Outro ponto importante constatado foi a falta de diálogo e integração entre as instituições envolvidas nos processos socioeducativos, os quais deveriam conferir contemporaneidade na forma de ver e conviver com esses jovens. Dessa forma, o estudo apontou uma necessária abertura de trabalhos que aproximem as instituições envolvidas no processo da socioeducação e que possam atender adequadamente a demanda de jovens que ingressam no sistema judicial, ampliando serviços inovadores, que já existem em pequeno número, a exemplo da Justiça Restaurativa e o Avanço do Jovem Aprendiz (AJA). Nossa experiência com a pesquisa demonstrou que apesar das tentativas de modernização institucionais da justiça e da educação, nossa cidade terá de oferecer um volume maior de atendimentos, bem como um acompanhamento que inclua ações pós-medidas, para proporcionar o apoio efetivo à tomada de decisões de nossa juventude.

Palavras-chave: Jovens. Adolescência. Família. Educação e Justiça.

COELHO, M. H. E. S. Coping strategies used by young people who do not repeat criminal acts in the Brazilian Midwest. 2021. 119f. Thesis (Doctorate in Clinical Psychology). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

ABSTRACT

The study of the early encounter of developing individuals with the Justice is necessary in view of the growing increase in the indexes of young people directed to the fulfillment of Socio-educational Measures from North to South of the country, in addition to the widespread recidivism of misdemeanor each year. The present research proposed to listen and record the narrative of 12 (twelve) subjects who reached the legal age of majority, having fulfilled, during adolescence, some type of socio-educational measure for non-compliance with the laws and decided to choose paths that would distance them from the contravention in a medium-sized city of the Brazilian Midwest. The reports contained in the work bring generative information that can help the building of projects to support the most positive choices made by these and other young people, helping them to tread more fulfilling paths in their lives. Social constructionism and the teachings of narrative therapy provided the methodological paths through which we sought to identify significant elements that participants suggested as important for making their decisions, considering the influence of the sociocultural and family contexts on them. We had a lot of difficulty in getting in touch with possible research participants; as they should have been away from problems with the justice for at least three years, there was no up-to-date information about them, since the responsible institutions only have data on those who, at the time, were part of the enforcement process. Therefore, such disconnection from institutions prevented easy access to them. The results showed the need to expand educational projects that can include this contingent of young people who leave schools early and enter the judicial environment and who, once the measures have been complied with, disappear from the archives if they do not recur. Another important point noted was the lack of dialogue and integration between the institutions involved in the socio-educational processes, which should provide a contemporary way of seeing and living with these young people. In this way, the study pointed out a necessary opening of works that bring the institutions involved in the socio-education process together and that can adequately meet the demand of young people who enter the judicial system, expanding innovative services, which already exist in small numbers, such as Restorative Justice and the Advancement of the Young Apprentice. (In Portuguese, AJA). Our experience with the research has shown that, despite attempts to modernize institutional justice and education, our city will have to offer a greater volume of assistance, as well as follow-up that includes post-measures, to provide effective support for our youth taking decisions.

Keywords: Youth. Adolescence. Family. Education and Justice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRATEF	Associação Brasileira de Terapia Familiar
AJA	Avanço do Jovem Aprendiz
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS-IJ	Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil
CNJ	Conselho Nacional da Justiça
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNTRAB	Fundação do Trabalho (Mato Grosso do Sul)
IKMC	Instituto Kenneth Martin Coelho
MEC	Ministério da Educação
MSE	Medida socioeducativa
PENSE	Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINASE	Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Busca dos possíveis participante da pesquisa 30/07/2017.....	66
Quadro 2 - Contatos encaminhados 30/07/2018.....	67
Quadro 3 - Resumo dos dados das entrevistas com 12 participantes	83
Quadro 4 - Instituição 1	96
Quadro 5 - Instituição 2	97
Quadro 6 - Instituição 3	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - O INSTITUTO KENNETH MARTIN COELHO (IKMC): DE ONDE FALAMOS, ORIGEM DE NOSSAS INQUIETAÇÕES.....	21
CAPÍTULO 2 - ENTRELACAMENTO ENTRE EDUCAÇÃO E JUSTIÇA: SERVIÇOS PÚBLICOS TRADICIONALISTAS ESTÃO EM BUSCA DE NOVOS PARADIGMAS	26
CAPÍTULO 3 - ADOLESCÊNCIA, FAMÍLIA E SEXUALIDADE	38
CAPÍTULO 4 - SUBSÍDIOS TEÓRICOS	53
4.1 Complexidade, Morin e o método	56
4.2 Outros pensamentos teóricos que influenciam a prática em nossa pesquisa.....	57
CAPÍTULO 5 - METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA.....	62
5.1 Delineamento da pesquisa	63
5.2 Instrumento de coleta de dados	63
5.3 Participantes de entrevistas individuais	64
5.4 Narrativas grupais coletadas	64
5.5 Procedimento	64
5.6 Encontro com os técnicos dos 3 CREAS	69
5.7 Dados de pesquisa coletados	70
6. ANÁLISE E RESULTADOS.....	86
7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS OPINIÕES TÉCNICAS SOBRE O TEMADAS REINCIÊNCIAS COLETADAS NAS REUNIÕES COM OS CREAS.....	96
7.1 Apresentação dos encontros	96
7.2 Análise das três entrevistas grupais com os CREAS e suas contribuições.....	98

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	110
APENDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	115
ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO	117

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se justifica pela persistência de problemas ligados à violência no contexto de indivíduos em desenvolvimento, gerando o aumento do número de jovens que cumprem medidas socioeducativas do norte ao sul de nosso país. Fatos cotidianos inaceitáveis, do ponto de vista moral e ético, tornam-se normais, sendo ignorados por grande parte dos que testemunham a permanência de crianças vendendo balas ou pedindo dinheiro nos sinais de trânsito das grandes cidades, ou mesmo mães que criam seus filhos embaixo de viadutos, invisíveis ou esquecidos pela nossa sociedade, tanto em nível público como privado.

Pensando dentro de uma tradição positivista, na qual percebemos o mundo com explicações lineares de causa e efeito, em que a causa seria crises sociais e econômicas alimentadas por informações midiáticas de venda de notícias, concluímos rapidamente com soluções desumanas e cruéis que infelizmente já fazem parte do repertório da nação brasileira no enfrentamento desse triste cenário; impossível deixar de lembrar a quantidade de jovens descendo os morros cariocas após aviso de que a polícia subiria ao local.

Alvo maior dos homicídios nacionais, meninos e jovens, em sua maioria negros, contam uma história social de lares empobrecidos, pouca educação e desinteresse, persistente de grupos políticos inconsequentes que entram e saem dos governos.

Diante do exposto, buscamos um olhar mais abrangente e multidimensional que possibilite uma compreensão aprofundada do tema em questão, nos colocando frente a narrativas de estratégias de vida utilizadas por jovens que experimentaram o processo de cumprimento de medidas socioeducativas e não voltaram a cometer atos infracionais, desistindo da contravenção e consequente reincidência judicial, por pelo menos três anos. Apesar da extensa literatura dedicada ao tema pouco se discute sobre os indivíduos não reincidentes. Em nosso entendimento isto ocorre devido a um desligamento abrupto entre os jovens e as instituições responsáveis pelo processo de cumprimento de medidas após finalizarem as exigências judiciais, dificultando em parte o acesso a esses jovens.

Acrescentaremos aos discursos gerados em entrevistas com doze jovens pesquisados não reincidentes informações complementares, a partir de depoimentos colhidos em três reuniões grupais, dando voz aos técnicos responsáveis pela execução das medidas socioeducativas em uma cidade de porte médio do centro oeste brasileiro. Buscamos oferecer um olhar sistêmico, mais contemporâneo, capaz de mostrar que fazemos parte da construção desse cenário, sempre com vistas a elementos que permitam desenhar o contexto da reincidência, sob a ótica de quem dedica horas diárias de suas vidas profissionais, aos jovens

que cumprem MSE, e se deparam com a complexidade de fatores que concorrem para resultados pouco conhecidos pelas próprias instituições e consequentemente pouco divulgados.

Somos uma sociedade cada vez mais dinâmica e veloz que, apesar de responsiva, tem falhado em minorar a questão da violência envolvendo indivíduos em seu desenvolvimento, tanto físico quanto psicológico. Tal fato ocorre, apesar de variada literatura produzida por estudiosos que se dedicam a uma compreensão mais reflexiva dessa realidade, tentando em seus resultados científicos, guiar a edificação de programas mais efetivos. Em contrapartida, dados do Conselho Nacional de Justiça enfatizam que dobrou o número de jovens que cumprem medidas socioeducativas no Brasil, entre os anos de 2015 e 2016.

Além da vasta literatura apresentada por pesquisadores brasileiros (psicólogos, advogados, assistentes sociais, educadores e enfermeiros), há recursos jurídicos exemplares, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei 8.069/90), regulado pelo Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (SINASE, lei 12.594/12). Ambos definem a imputação de medidas socioeducativas pelo Juizado da Infância e Juventude, dimensionados pelo reconhecimento da gravidade do ato infracional em questão, além da real autoria pelo jovem. São medidas preconizadas como orientações pedagógicas capazes de possibilitar novos projetos de vida aos indivíduos que as cumprem, mas que, na realidade, em sua prática, reeditam um formato repressivo e ineficiente de condição judicial imposta a jovens, que acabam por cometer novos atos infracionais (SOUZA; SILVA e MARTINEZ, 2019). Logo, temos questões práticas que impedem um enfrentamento à altura de nosso complexo processo socioeducativo.

As respostas pouco efetivas, junto aos jovens que cometem atos infracionais, determinam o aumento significativo no cometimento de novos atos por outros jovens ou pelo mesmo, nas chamadas reincidências. Elas se devem a um conjunto de fatores a serem expostos ao longo do trabalho, merecendo atenção especial aos ligados às insuficiências tradicionais em sua educação e profissionalização, bem como ações com pouco ou nenhum planejamento compartilhado entre as instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas em nossa cidade.

Passaremos a mostrar dados quantitativos, não por ser uma boa forma de nos aproximarmos de nosso objeto de estudo, porém por ser útil para mensurarmos o tamanho do problema que enfrentamos, que apesar de bem dimensionado quase não contribui para compreendemos os processos que experimentam indivíduos que deixam a contravenção.

A revista do Conselho Nacional de Justiça (2016) informa que dobrou o número de

adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Os dados apontam, numericamente, valores que foram de 96.000 para 192.000 jovens, ao mesmo tempo em que o número de estupro cometidos por menores aumentaram de 1.811 para 3.763, em um ano, dados estes que são alimentados pelas Varas da Infância e Juventude estadual e que enfrentam adequações para estarem mais próximos da realidade nacional. É de fundamental importância que esses números sejam vistos com critério e sensibilidade.

O Relatório da Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (2018) complementa informando que 82% dos jovens (um total de 117207) cumprem medidas em meio aberto, enquanto 28% cumprem em semiliberdade ou internados.

Já o Mapa da Violência (Waiseinfisz, 2015), que versa sobre adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil, buscou chamar a atenção e trazer informações mais específicas sobre a violência enfrentada persistentemente por nossa população jovem, apesar dos mecanismos internacionais de regulação, como Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), definindo que “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” e que “ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”.

A Constituição Federal do Brasil traz, em seu art. 227, que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988)

O esforço nacional dedicado às regulamentações específicas de proteção aos infantes criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que após completar 30 anos de existência, demonstra que a forma de nos apropriarmos dessa realidade ainda é insuficiente para se desdobrarem ações práticas tanto dentro das instituições públicas responsáveis pelos cumprimentos de MSE, quanto por nossa sociedade como um todo. Portanto, muito temos que caminhar para tornar nosso contexto educativo mais frutífero e motivador, capaz de influenciar positivamente não apenas as crianças e jovens, também nossa comunidade como um todo.

Esse cenário de perpetuação e aumento da violência envolvendo indivíduos em desenvolvimento, com consequente elevação do número de jovens cumprindo medidas socioeducativas, demonstra que, para sermos mais efetivos e éticos na resposta a esse problema, novos estudos ainda são importantes, uma vez que nos referimos a um problema

social complexo. De acordo Morin (2006), a realidade é vista a partir de um todo constituído por uma rede entrelaçada de elementos que fomos ensinados a separar para compreender, tirando os elementos de seu contexto original o que nos distancia, desse modo, a um acesso mais compreensível ao todo do qual partimos.

O modo de “separar para compreender”, dificulta o estabelecimento de relações, pois as unidades perdem seu encaixe no todo. A partir disso, o autor sugere um ensino que possa ir conectando os elementos ao mesmo tempo em que vão sendo separados, de modo que essa forma de aprender exija uma sociedade complexa na qual sua força de atração advinha de vivências de solidariedade como forma de preservar a liberdade.

Quando nos aproximamos de como são praticados os processos de cumprimento de medidas socioeducativas, não é difícil perceber os prejuízos referentes a uma tradição de poder vertical e autoritária, característica dos serviços públicos nacionais e a dificuldade de relacionamentos mais estreitos entre os diversos setores (justiça, educação, saúde, assistência social, entre outros). Cada um dos setores só enxerga a parte do processo que lhe cabe, dificultando ações conjuntas que seriam necessárias para a superação dos problemas.

De certa forma, esses serviços ainda obedecem a uma lógica universal determinista de separação e isolamento que conduzem a ilusões e erros (GERGEN, 2010), soluções mais originais e compartilhadas, envolveriam formas mais contemporâneas de relacionamento visando obter um todo mais bem organizado, recíproco e interativo, no qual todos são construtores e construídos. Essa colocação torna-se especialmente importante ao se tratar de problemas multidimensionais, como os ligados a ações práticas que possam contribuir para minorar o número crescente do encontro cada vez mais precoce de jovens com a justiça.

Assumiremos o novo paradigma da ciência, descrito por Vasconcellos (2015), remetendo-nos à transdisciplinaridade como paradigma emergente que ampliaria sem dúvida o foco de observação das instituições que fazem parte da rede que deveria sustentar a redução dos índices alarmantes a que nos referimos anteriormente. Importante destacar que ao longo de nosso estudo, nos deparamos com as limitações de funcionamento simplistas movidos por paradigmas clássicos, como os de causa e efeito, ou lineares, no que se refere a procedimentos utilizados largamente dentro da justiça, educação, família e sexualidade em nossa cidade; tradições que impedem-nas de ações mais contemporâneas, menos hierárquicas, de ir em busca de valorizar conhecimentos mais locais e próximos ao contexto que concorre para a formação do problema.

Utilizamos recursos metodológicos oferecidos pelo pensamento complexo de Morin (2015) e dentro do Construcionismo Social proposto por Gergen (2010), valorizando ideias

destacadas diretamente de discursos próprios dos indivíduos envolvidos no processo de cumprimento de medidas, em especial os jovens que experimentaram esse processo e mudaram radicalmente seus comportamentos e hábitos, não reincidindo em novas violações. Esse movimento os diferencia da maioria dos jovens que enfrentam o processo socioeducativo e repetem atos infracionais.

Nossa intenção é, além de dar voz, valorizar a originalidade dos comportamentos desses jovens oferecendo um espaço de reflexão e exposição de elementos que influenciaram suas decisões de mudanças, e continuam a mantê-los longe de problemas com a justiça. Consideramos ainda, ideias colaborativas que valorizam as relações interpessoais constitutivas do indivíduo, e que foram úteis para o desafio de construir conhecimento em contextos locais generativos, nos quais emergem significados compartilhados possíveis produtores de ações positivas.

Essas metodologias, segundo Pimenta e Macedo (2017), ampliam nossa compreensão da violência produzida por jovens porque incluem e consideram diferentes vozes, como as das famílias e as das equipes institucionais envolvidas na superação do problema. As criações de espaços institucionais compartilhados, capazes de reconhecerem potenciais generativos nas ações individuais, simultaneamente, demonstraram o valor, apesar de serem poucos a superarem de fato os problemas que os envolveram com a justiça, ao fornecer uma compreensão mais abrangente e mais próxima de possibilidades de movimento para uma realidade mais promissora com estratégias ainda não vislumbradas e mais prósperas (PIMENTA E MACEDO, 2017).

Tentamos ao longo do trabalho ter a cautela de, apesar da redução necessária ao tratamento do tema vasto e complexo, submeter ao processo de simplificação evitando o erro de mutilar partes importantes de nossa realidade, ou ainda pior, tornar pessoas especiais como as entrevistadas, invisíveis por conveniências múltiplas de influências históricas, socioculturais, políticas e econômicas. Consideramos uma conquista desta pesquisa, poder apresentar a voz de doze sujeitos que conseguiram se desvencilhar da rede de eventos que concorrem para que jovens brasileiros, diante da justiça precocemente, se mantenham na contravenção reincidindo em seus atos.

É com esse espírito de desvendar conhecimentos locais, fundamentais para ações compartilhadas mais efetivas frente a esse grave e crescente problema de encontro precoce de jovens com a justiça, que são incluídos neste trabalho os discursos dos pesquisados, os depoimentos dos técnicos envolvidos na execução das medidas e algumas narrativas obtidas ao longo dos atendimentos compartilhados com jovens em nosso Instituto Kenneth Martin

Coelho (IKMC).

NOSSOS OBJETIVOS DE PESQUISA

Objetivo Geral

Dando voz aos pesquisados, investigar estratégias de enfrentamento utilizadas para não reincidir em seus atos infracionais e direcionarem-se a uma vida mais protegida de riscos.

Objetivos específicos

- Identificar justificativas pessoais nos discursos dos jovens pesquisados, que contribuíssem para direcioná-los e mantê-los afastados de problemas com a justiça.
- Identificar, nos discursos dos profissionais que executam o processo de cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, elementos que complementem as justificativas trazidas pelas entrevistas efetuadas, incluindo ações realizadas por pessoas ou instituições que servem à confecção de estratégias de redução da reincidência em MSE.
- Elencar ações que possam ser implementadas, com base nos resultados da pesquisa, buscando intervenções efetivas no apoio aos jovens que cumprem MSE e suas famílias.

CAPÍTULO 1 - O INSTITUTO KENNETH MARTIN COELHO (IKMC): DE ONDE FALAMOS, ORIGEM DE NOSSAS INQUIETAÇÕES

O IKMC é uma Organização Não Governamental que se propõe a promover ações compartilhadas com a rede de combate à violência de nossa comunidade, constituída em 2007 por um grupo de profissionais da Psicologia, Direito e Serviço Social, em uma cidade de porte médio, localizada no centro-oeste brasileiro.

A filosofia por trás da ação do grupo era de criar essa organização civil capaz de contribuir com a rede pública, prestando orientação jurídica e atendimento psicológico a população menos favorecida de nossa cidade. Acreditamos que a construção de uma sociedade mais humana e mais justa começa com o reconhecimento de nosso papel para gerar soluções viáveis, que transformem a realidade de um número grande de brasileiros sem acesso à saúde e à educação de qualidade, provenientes de famílias que não possuem condições econômicas mínimas para fornecer desenvolvimento básico aos seus filhos.

Nossa intenção era de prover auxílio psicológico para pessoas sem acesso aos atendimentos privados existentes em nossa cidade, visto não haver atendimento psicológico na rede pública, especialmente ligado a situações de violência, e que atendesse famílias.

O Instituto teve como objetivo principal, trabalhar com a assistência social do município oferecendo serviços, tanto atendimento psicológico quanto jurídico, de forma gratuita.

A grande maioria das pessoas encaminhadas era de baixa escolaridade e de baixopoder aquisitivo, moravam afastados do centro da cidade e muitas vezes sem dinheiro para o passe de ônibus, alguns andavam longas distâncias a pé para chegarem até nós.

Faz-se mister salientar que não contamos com orçamento suficiente para fornecer passes às famílias, todavia com o passar do tempo, as crianças encaminhadas por escolas públicas, começaram a receber passe escolar nos dias de atendimento. Enfrentamos outros tipos de dificuldades quanto ao encaminhamento psiquiátrico recomendado a alguns indivíduos, consultas demoram muito para acontecer, além de não haver local para a internação de adolescentes com problemas ligados ao uso de drogas em nossa cidade. Não contamos com um serviço de segurança, apesar de receber encaminhamentos de crianças, adolescentes ou mesmo adultos que apresentam comportamentos violentos, sendo assim usamos o serviço do corpo de bombeiros em algumas ocasiões ou mesmo a polícia em duas ocasiões de assaltos, sendo que em uma, tomaram pacientes como refém.

Diante da necessidade de aperfeiçoar e diversificar nossa técnica de atendimento

psicológico frente ao crescente número de encaminhamentos recebidos, em 2012 demos início a um processo formativo em terapia familiar, buscando renomados profissionais ligados à Associação Brasileira de Terapia Familiar (ABRATEF), para treinar nosso corpotécnico, além de outros profissionais, pois não havia a formação de terapeutas de família em nosso estado.

Ao longo desses oito anos, estabelecemos parcerias com instituições públicas para encaminhamento de famílias, tais como: Ministério Público, Justiça (varas ligadas à criança e ao adolescente) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS-IJ), Defensoria, Escolas, Abrigos municipais e privados, Delegacia da Mulher, entre outros.

Atualmente, contamos com o auxílio direto ou indireto de cinco profissionais da Psicologia e dois do Direito, que de forma voluntária ou prestando serviço, cumprem a demanda de atendimento às famílias encaminhadas. Desde 2013, atendemos um total de aproximadamente 1000 famílias.

Diante da complexidade de nosso trabalho, houve a exigência de desapego às teorias psicológicas convencionais e a opção por discursos mais adequados à nossa prática, visando trazer inspiração e vigor às ações. Imersos nesse contexto, passamos a explorar teorias alternativas propostas pelo Construcionismo Social em Gergen (2010), complementando com a Poética Social oferecida por Shotter (1998), além de outros como: White e Epston (2010), Harlene Anderson (2017), Grandesso (2000).

Vale ressaltar a importância da formação em Terapia familiar em nosso trabalho, nos oportunizando conhecer as terapias pós-modernas, entre elas a narrativa, com a qual nosso instituto obteve maior plasticidade em seu trabalho clínico e passou a valorizar o conhecimento local e cultural, identificando crenças que muitas vezes aprisionavam o sujeito sem que ele fosse capaz de perceber. Como exemplo, temos as crenças relativas a gênero e todo um repertório de comportamentos considerados naturais para homens e mulheres, mesmo que não contribuam para seu bem estar, gerando conflitos entre os indivíduos, a família e a comunidade a qual pertençam. Os problemas passam a ser dissipados com diálogos reflexivos que tragam à consciência as influências externas ou apenas apelos de uma cultura tradicional machista e hegemônica.

Em nossa rotina diária, enquanto Instituto, recebemos famílias com poucos recursos financeiros, quase sempre mães em situações complexas e comuns junto a seus adolescentes. A grande parte desses indivíduos em desenvolvimento não conhecia seus pais e era fruto do encontro romântico fortuito, vivido por mães jovens que assumiram gestações precoces

sozinhas ou com pouco auxílio familiar.

É importante destacar que esses meninos, poucos encaminhamentos são relativos a meninas, em algum momento, deixam de aceitar as regras estabelecidas dentro de casa e começam a ter problemas na escola, além de ficarem longo tempo nas ruas em grupos, geralmente com crianças mais velhas. Os mesmos param de frequentar a escola entre 10 e 12 anos e iniciam o envolvimento com roubos. A mãe, por sua vez, se desespera e resolve pedir ajuda ao Conselho Tutelar, pois sente que perdeu o controle sobre o filho. Nesse momento, dá-se o encontro entre a criança e a rede municipal de atendimento – saúde, justiça (contravenção), assistência social.

Os jovens com um pouco mais de idade, entre 15 a 17 anos, querem viver como adultos livres e independentes e assim partem para adquirir bens de consumo (tênis, roupas e bonés de marca) a qualquer custo, porque consideram fundamentais à sua sobrevivência; possuem tempo disponível, pois se desinteressaram e deixaram a escola, preferindo vivenciar situações de risco, uso de drogas e furtos mais graves. Mesmo estando cientes das consequências a que esses atos podem levar, acreditam na impunidade. Alguns destes adolescentes possuem capacidade mental privilegiada, boa articulação da linguagem e gosto especial por liderança, além da capacidade de persuasão sobre colegas para convencê-los de que “não acontece nada” (sem consequência), mesmo que tenham sido punidos pela escola ou família.

No momento em que são descobertos cometendo um ato infracional, encontram-se com o poder judiciário e seguem os procedimentos descritos por Souza; Silva e Martinez (2019):

[...] a incorrência da prática infracional pelos adolescentes pode ser imputada pelo Juizado da Infância e Juventude, geralmente após a verificação de sua autoria no ato infracional, levando em conta as circunstâncias, a gravidade do ato praticado e a capacidade de cumprimento da medida por parte do adolescente. Assim, as modalidades de cumprimento das medidas socioeducativas atualmente são: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação. (BRASIL, 1990, artigo 112).

Nossa experiência na convivência com esses jovens, em cumprimento de medida em regime aberto, nos coloca frente a um processo que envolve a família, a escola, a saúde, a parceria com o município e justiça, objetivando reeducar esse indivíduo. Para tal, deveria ser fornecido um ambiente psicopedagógico adequado à sua reintegração social, dependente de ações conjuntas a serem realizadas pelos técnicos das diversas instituições envolvidas, porém, a reeducação do indivíduo quase sempre acontece de forma individualizada, como no passado, cada especialista na sua área.

Vale salientar que a ausência de diálogos, que poderia evidenciar dificuldades comuns encontradas em dar vida a todo arsenal legal que os rege, se desdobra em empobrecimento de ações práticas compartilhadas, que poderiam ser mais próximas das necessidades apresentadas pelos jovens em cumprimento de medidas, dando mais efetividade ao processo.

D'Abreu (2011) faz uma reflexão sobre atitudes pouco eficazes vigentes em grande parte dos serviços que atendem adolescentes em conflito com a lei, privilegiando conversas sobre as obrigações que o jovem deve ter no cumprimento das medidas.

Sendo assim, a falta de vínculos mais pessoais impede estruturas e efetividade da execução da medida, os quais dependem de detalhes sobre quando e como foram cometidos os atos infracionais, além de suas parcerias. Para a autora, a eficácia da estratégia de intervenção estaria relacionada a particularidades de informações que só podem ser fornecidas pelos próprios adolescentes, com entrevistas planejadas.

D'Abreu (2011) ainda sugere que as intervenções executadas com os adolescentes na forma de ensaio e erro, por desconhecerem detalhes que poderiam estar dentro de uma coleta de dados próxima da realidade enfrentada pelos jovens, conduzindo a estratégias mais criativas e realísticas.

Em nossas intervenções clínicas rotineiras é relativamente fácil constatar o impacto positivo sobre os pacientes, ao perceberem que alguém está vendo suas questões de forma única, ouvindo sem julgar seu comportamento ou a experiência que relata.

Faz-se necessário nos distanciarmos de pré-concepções tradicionais e generalizantes, oriundas de aprisionamentos culturais costumeiros, para entrar em contato com ideias originais trazidas nas falas de quem nos procura, em suas explicações e significados singulares, principalmente quando diante de um adolescente.

É evidente que o contato com um grande número de jovens provenientes de famílias sem acesso a recursos públicos básicos, educação e saúde, nos fez visualizar o esforço que alguns jovens fizeram e fazem em relação à mudança de comportamentos, sendo ainda admirável, pois além de enfrentarem os desafios comuns ao seu desenvolvimento, se deparam com um contexto frágil em valores e apoio social. Identificar elementos comuns nesses jovens que pudessem contribuir para escolhas mais produtivas de outros jovens, passou a ser uma curiosidade para nós e mereceu especial reflexão de nossa parte.

Enquanto trabalhávamos com os adolescentes, alguns teóricos subsidiaram o que fazíamos em nossa prática, a exemplo do pensamento de Vasconcellos (2009), ao considerar três dimensões importantes dentro dos novos paradigmas, a primeira diz da complexidade

daquilo que estamos de frente para conhecer, de forma que se torna necessário buscar inter-relações entre os conhecimentos disponíveis, tentando contextualizar as várias dimensões presentes dentro do tema escolhido para o trabalho, incluindo a recursividade de suas causas.

A segunda, que teremos que lidar, é com a instabilidade, ou provisoriedade do conhecimento. Sendo a terceira a intersubjetividade, reconhece a não existência de uma realidade independente do seu observador, de modo que as realidades múltiplas a serem apresentadas estarão sempre coladas a nossa forma de ver o mundo, incluindo nosso posicionamento ético de tornar visível e valorizar as narrativas dos indivíduos que escolhem desistir do cometimento de atos infracionais.

Decidimos buscar uma contextualização simplificada, mas que revela parte do complexo processo enfrentado por crianças e jovens, quando se deparam com nossas instituições judiciais para receberem um atendimento socioeducativo.

CAPÍTULO 2 - ENTRELAÇAMENTO ENTRE EDUCAÇÃO E JUSTIÇA: SERVIÇOS PÚBLICOS TRADICIONALISTAS ESTÃO EM BUSCA DE NOVOS PARADIGMAS

Segundo Morin (2015):

[...] a disjunção sujeito e objeto dentro de uma visão determinista ocidental, tem a função de tornar o objeto conhecível; isolando-o somos capazes tecnicamente de tornar o sujeito indeterminado e desconhecido, manipulável e fugimos desta forma do estranhamento de sua totalidade (p.42).

Nossa intenção com esse breve capítulo, é iniciar um percurso que possa dar informações sobre a visão de especialistas frente à realidade da socioeducação e suas medidas, em razão da quantidade de trabalhos que se apresentam com objetivo de refletir tanto a justiça quanto a educação, alguns com visões dentro dos novos paradigmas da ciência, outros nem tanto; todavia esperamos que contribuam para dar uma visão útil ao desenvolvimento de nossa proposta de pesquisa.

Sendo assim, nos sentimos amparados pela liberdade que autores pós-modernos nos conferem, ao incluir várias vozes na tentativa de reconexão do sujeito ao objeto de pesquisa, apesar de em alguns momentos termos a convicção de não atingir este intento, e nos colocarmos em posições contraditórias que certamente, não estavam em nosso plano ideal. Para Morin (2015) quando valorizamos o objeto como sujeito, e esse é nosso compromisso maior como pesquisadora e como pessoa, automaticamente sua indeterminação revela contradições. Nosso interesse específico nesse momento é determinar o contexto influenciador das estatísticas indignas que levam um grande número de jovens ao encontro do Sistema Judiciário, união que permanece ao longo de sua existência, da contravenção a outras formas de descumprimento das leis. Então, de forma pouco determinada, queremos mostrar o que pensam alguns autores mais especializados, visto que como psicóloga clínica nossa prática nem sempre nos levou a um aprofundamento jurídico que possivelmente enriqueceria nossa narrativa.

Desta forma, deixando bem claro a infinidade de direções que poderíamos ter tomado, escolhemos um breve histórico e posteriormente a tentativa de demonstrar a fragilidade de sustentação que as instituições ligadas ao processo socioeducativo apresentam frente aos desafios que a contemporaneidade impõe, sendo esses fatores que contribuem ao complexo fenômeno da entrada de indivíduos jovens na criminalidade.

É importante destacar que a justiça acompanha questões ligadas ao abandono familiar

e social da criança e do adolescente desde o período imperial, sendo que, até o início da República, indivíduos, em sua maioria negra de 7 a 18 anos, recebiam tratamento penal como adultos.

Por outro lado, a criminalização de atos sem discernimento pelos infantes provocava o aprisionamento sem objetivos de ressocialização, apenas como depósito, por um período pouco menor do que os adultos. Com o crescimento das cidades, a partir do início do processo de industrialização, essa tradição de maus tratos públicos a uma parcela dos infantes, passa a ser questionada frente à crescente demanda de abandonados gerados no início do século XX.

Mais precisamente, a história brasileira revela que os primeiros juízos de menores guiados pelo código de menores foram fundados respectivamente em 1920 e 1927, como primeiras tentativas repressivas de responder aos jovens desviantes das normas, com a segregação e o isolamento social, mas introduzindo sua separação legal dos adultos, na busca de correção de seus atos com castigos. Esse processo persiste até os dias de hoje, apesar de ter transcorrido 200 anos e de todo aperfeiçoamento legal que edificamos enquanto nação ao longo do tempo. (MARINHO e GALINKIN, 2017).

As autoras esclarecem que para julgar se alguém se desvia ou tolera as normas, é necessário saber quais as características que são atribuídas por outros dentro de relações sociais que são usadas para fazer jus a uma determinada ordem social. Essas características sofrem modificações ao longo do tempo, contudo sempre estão a serviço de um grupo beneficiário, na medida em que formam e mantêm um poder que cria e controla essas normas em um determinado tempo e espaço.

Dessa maneira, as autoras chamam a atenção para a complexidade que envolve o que denominamos de desvio, e que não pode prescindir do contexto sociocultural prévio no qual esteve submetido o indivíduo em desenvolvimento, bem como o uso da norma infringida ou tolerada.

As instituições judiciais de tradição positivista e higienista utilizavam padrões de sociedades estrangeiras para justificar o uso repressivo de controle sobre jovens pobres e marginalizados, baseando cientificamente suas ações corretivas. Crianças e adolescentes frutos de famílias pobres ainda recebem o estigma de potenciais “marginais” e então algum tipo de educação em internatos é tentada para sua recuperação, sempre seguindo um modelo de sequestro e isolamento social, acompanhados por métodos corretivos, incluindo o uso de violência. (MARINHO e GALINKIN, 2017).

As autoras fazem referências à legislação de 1929, interessada em salvar os menores pobres da falta de capacidade de suas famílias pobres, com pais que não fornecem condições

essenciais de saúde para sua subsistência, além dos perigos morais, maus tratos, exploração, entre outros. Legislação essa que vai se transformando ao longo da segunda metade do século XX, seguindo mudanças no processo social, como o fenômeno do êxodo rural que provoca o inchaço das grandes cidades brasileiras. Esse rápido aumento das periferias e dos problemas sociais relativos a uma juventude pobre, nos quais as práticas repressivas não foram abandonadas, faz com que, formalmente, o controle do menor infrator passe a ser gerido pela Política do bem estar do menor e fique legalmente sujeito ao Código de Menores de 1979.

A criação de novas políticas com instrumentos práticos bem parecidos, além de contraditórios, visto que não preveniram novos desvios pelos jovens, continuam a manter locais impróprios para a ressocialização. Apesar de serem tratados pela lei de forma diferente dos adultos, as estruturas de internações de menores permanecem com a mesma tradição de procedimentos violentos, desrespeitosos e incapazes de obedecer à legislação vigente.

O tempo passa, porém, as tentativas de correção dos jovens desviantes continuam gerando desvios, e, novamente as leis, mais fáceis de serem mudadas, transformam indivíduos considerados tutelados em sujeitos de direitos com a chegada do ECA em 1990. Nesse momento o Estado passa a dividir com a sociedade e a família as responsabilidades sobre os infantes. Marino e Galink (2017) esclarecem que, para tentar atender aos objetivos do ECA e transformar em prática ideais jurídicos de atendimento integral, foi instituído em 2012 o Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE), que condiciona o processo socioeducativo à construção de um Plano Individual de Atendimento (PIA), buscando incluir o jovem e sua família na confecção de um projeto de vida, factível de ser executado na prática, elencando objetivos individuais a serem alcançados, com o apoio da família.

As autoras ainda identificaram a ausência de explicitar, e, portanto, enfrentar características do contexto de exclusão e carências sociais apresentados por esses jovens que afetam diretamente a prática das leis em questão. Além de outras fragilidades, como a ausência de verificação das consequências que o processo socioeducativo, quando realizado traz ao egresso, os riscos decorrentes de seu retorno ao bairro de origem, bem como os prejuízos em sua volta à escola e ao trabalho, estão vinculados a ambientes despreparados, reedificadores dos estigmas que os acompanham.

Por outro lado, tratando-se das questões pedagógicas envolvidas na execução de socio educação, o Conselho Nacional de Educação unido ao Ministério da Educação confirma em 2015, com a obra intitulada “*Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014*” que para que o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo pudesse ser cumprido seria necessário ampliar o atendimento integral à criança e ao adolescente, cabendo

ao MEC viabilizar as alterações necessárias para tornarem-se unidades executoras. Além de que, para equacionar a rotatividade do tempo de cumprimento das medidas, consequentemente deveria ser criado um programa de formação continuada, que levasse em consideração o tempo a ser cumprido, e permitisse o retorno à escola após o cumprimento das medidas.

O relatório descreve um cenário muito parecido com o que temos hoje, ressaltando que a grande maioria de jovens negros, que cumprem MSE, está entre 14 e 17 anos, do gênero masculino, pobres, com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade, criados pela mãe ou avó, solitariamente.

O mesmo relatório, admite que é imprescindível educar esses jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto e que esse público abandonou a escola antes de cometer o ato infracional. Aponta ainda que, durante o processo de cumprimento de MSE, eles não frequentaram a escola ou não conseguiram se matricular, apesar de ter seu direito garantido pelo SINASE.

Vale ressaltar que a mesma escola que, de alguma forma, contribuiu para a evasão desses jovens dos bancos escolares, resiste em recebê-los de volta, durante ou após seu processo de cumprimento de medidas socioeducativas.

Buscamos compreender como as instituições educacionais e judiciais reagem ao aumento da demanda por seus serviços, tanto no que se refere à quantidade quanto à qualidade do que é oferecido a esse público crescente de crianças e adolescentes que deixam a escola antes de concluir o ensino fundamental; jovens que cumprem MSE reincidem em seus atos e muitos permanecem sem direito a um serviço educacional direcionado a suas possibilidades.

Justiça e educação tentam se adequar à complexidade apresentada buscando soluções contemporâneas, ou seja, capazes de fornecer um atendimento embasado em uma filosofia mais reflexiva e cooperativa, agregando um número maior de pessoas e instituições interessadas em contribuir com o redirecionamento social desses indivíduos em desenvolvimento inovando o atendimento a esses, no entanto essa atualização acontece de forma bastante lenta, atingindo um número muito pequeno de jovens.

Para Pescarolo (2016), a educação, obedecendo a paradigmas tradicionais de verdades positivistas, não acompanhou as transformações que vêm acontecendo com a juventude em muitos países, tornando-se palco, com frequência, de atos violentos ou incidentes de exclusão étnico-raciais, como a França e Estados Unidos.

Já no Brasil, acrescenta-se a esse desencontro poucos recursos financeiros

direcionados às escolas, que, além de insuficientes, são mal gerenciados. O problema da precariedade enfrentada pelas escolas, decorre de uma busca de universalização da educação, aparentemente vinculada às democracias progressistas, que estimulam a ampliação dos sistemas educacionais, tornando-os incapazes de manterem qualidade.

Esse processo social multicausal de precariedade na educação influenciou o florescimento de sentimentos perversos em muitos professores, que, segundo a autora, desertaram de suas atribuições de educadores dando início a um fenômeno de perda da autoridade, justificado por um movimento de ausência das responsabilidades de um Estado que cotidianamente desvaloriza seus educadores. A autora descreve projetos que participou de iniciativas públicas privadas que planejaram ações, a exemplo de “Fábrica de Paz” e “Tribos da Paz”, envolvendo 53 escolas de Curitiba, como um trabalho de desnaturalização de discursos dos participantes das rotinas diárias das escolas, objetivando construir soluções que abarcassem os problemas sociais partindo do senso comum encontrado. Reconhece que houve mudanças nas relações dentro da escola, tradicionalmente verticalizadas e distanciadas, passando-se a exaltar virtudes e prestígio dos professores, e cedendo lugar a ambientes escolares com relações mais horizontais e construtivas.

Surpreendentemente, algumas escolas, não apresentam uma postura derrotista, apesar de conviverem com inúmeras dificuldades, e optam em deixar o ambiente escolar mais alegre, acolhedor e bem cuidado. As crianças, nesses casos, não são estigmatizadas, apesar de terem comportamentos agitados muitas vezes, o que torna o ambiente possível para o ensino aprendizagem. Por outro lado, ressalta-se a necessidade de análise desse contexto, de forte precarização escolar no ensino fundamental. (PESAROLO, 2014).

Em contrapartida, Trevisol (2009) estudando discursos de professores sobre a construção de valores na escola, evidencia ser um ponto forte a influenciar, não apenas o ambiente escolar, mas intimamente relacionado a outro contexto como mudanças no trabalho, nas famílias e entre gêneros, demonstrando formas diferentes de interpretação dos valores, enquanto o cotidiano abriga ainda um saudosismo referente a valores tradicionais que conferiam autoridade à família, aos professores e ao poder público. Dentro do ambiente de ensino fundamental, a autora define sentidos produzidos pela escola e por professores na construção dos valores e suas transformações experimentadas com os alunos, esclarecendo que para o estabelecimento do bem comum, a maioria dos profissionais considera a importância do aprendizado de valores morais e sociais como base do respeito, e que ambos devem valorizar o próprio indivíduo e o outro.

Em sua pesquisa, encontra o reconhecimento pela parte dos professores da

importância primária da família como base de construção de valores, mas considera que a escola poderia, com a parceria das famílias, ser transformada em uma comunidade de aprendizagem respondendo de forma integrada, participativa e permanente às necessidades de todos os alunos.

Os processos reflexivos como os encontrados nas mediações de conflitos dentro das escolas, demonstram caminho alternativo aos repressivos, e vêm sendo utilizados ainda em pequena escala em várias cidades brasileiras, incluindo as de porte médio, nas quais ocorreu nossa pesquisa. Portanto, apesar da grande maioria das escolas se apresentarem ainda com um formato mais tradicional e punitivo, um pequeno número de escolas municipais recebe um acompanhamento da Justiça Restaurativa.

Destaca-se aqui que, esse processo restaurativo em detrimento do repressivo, faz parte de um movimento maior dentro do Sistema Judiciário; a mediação de conflitos dentro das escolas tem o objetivo de utilizar, em sua rotina, paradigmas científicos mais humanos e contemporâneos com métodos dialógicos nos processos de resoluções de conflitos.

Desta forma, além de responsabilizarem os envolvidos, preocupam-se com o acolhimento às dificuldades psicológicas decorrentes do evento em questão.

As primeiras iniciativas desses avanços vieram de experiências realizadas na Nova Zelândia e no Canadá, com um tipo diferenciado de justiça, denominada justiça restaurativa na qual, desde o final dos anos 70 e início dos 80, aconteceram experiências de resoluções de conflitos com povos da Primeira Nação desses países, ou seja, povos que estavam presentes dentro desses territórios antes da época da colonização anglo-saxônica e incluem procedimentos diferenciados como resposta ao crime, preferencialmente no caminho da reparação, além de responsabilizar o infrator, oferece apoio contínuo para reintegrá-lo à sociedade.

Ressalta-se que entre as técnicas utilizadas, a formação de um grupo que inclui o agressor e a vítima, bem como familiares e membros comunidade, dá-se num processo em que todos são ouvidos e refletem as mudanças a serem executadas para que o ocorrido não se repita, o grupo toma a responsabilidade de ações futuras que trarão benefícios para toda comunidade. Um dos procedimentos utilizados que caracteriza a não linearidade do processo é a formação de um círculo através do qual as reuniões acontecem, revivendo tradições dos índios norte-americanos, no qual um bastão é segurado por quem está falando, enquanto os outros ouvem, segundo Orsini e Lara (2013).

Segundo Oliveira (2007), a Justiça Restaurativa presta contribuição ao Sistema Judiciário por proporcionar a aplicação da lei de forma mais democrática, na qual os sujeitos

implicados no ato infracional podem participar das conferências ou círculos, e todos são ouvidos e respeitados em sua dignidade, tratando-se das rupturas relacionais que aconteceram relativas à violação, bem como do rompimento na paz dentro da comunidade. Os autores chamam a atenção ao desafio de superação da justiça tradicional, normativa e retributiva, insensível às diversas necessidades vinculadas ao ato infracional, tanto ao infrator quanto à vítima, além da própria comunidade na qual se deu a ocorrência. Com uma forma monocultural de pensar os conflitos, a justiça, em sua versão tradicional e antiquada ao ver o mundo, fica impedida de gerar soluções mais criativas e extensivas um número maior de indivíduos prejudicados com o ato, incluindo os familiares, principalmente quanto às questões morais e éticas ligadas aos procedimentos de reprodução da violência, tratando-se de indivíduos em desenvolvimento.

A justiça restaurativa, segundo Oliveira (2007) se fundamenta em valores éticos que fornece um ambiente democrático, no que se refere à escuta respeitosa a todos os envolvidos, bem como o acolhimento de injustiças que possam estar presentes, perseguindo soluções inclusivas para um caminho restaurador que possa reintegrar o infrator. perspectiva que considere a estruturação de pensamentos conscientes e reflexivos pelo agressor como sendo mais importante que sua punição. a justiça restaurativa, para a autora, possui pressupostos colaborativos e pensa na construção de um futuro mais promissor para o jovem, sua família e sua comunidade, na contramão da justiça retributiva que se baseia no passado, culpabilizando individualmente o jovem, por meio de um processo decisório exercido pelas autoridades judiciais.

Enfatiza-se que a justiça restaurativa pensa por uma lente dos novos paradigmas contradizendo paradigmas positivistas que fundamentam a justiça normativa tradicional. Orsini e Lara (2013) ressaltam que em 2005, o Brasil, junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), gerou um Programa de Modernização do Sistema Judiciário, criando-se projetos de instalação da justiça restaurativa no país, inicialmente no Rio Grande do Sul, Brasília, São Paulo e Minas Gerais.

No Estado do Maranhão, o desenvolvimento do processo da Justiça Restaurativa, que ocorre em um município de cento e sessenta mil habitantes, Santo José do Ribamar, que faz parte da região metropolitana de São Luiz, acontece com maior originalidade levando os círculos de paz para a comunidade e igreja, além de criarem um Núcleo de Justiça Juvenil.

Todas essas experiências são ferramentas importantes para demonstrar a existência de metodologias para superação de algumas das dificuldades encontradas na lida de problemas judiciais vinculados a crianças e adolescentes, que, desde 2012 foram utilizados em solos

brasileiros, trazendo benefícios para jovens envolvidos em questões com a lei, com um formato mais atualizado, privilegiando um diálogo restaurador, que envolva e permita, além da participação da família, a comunidade a qual o adolescente pertence no processo.

Apesar dos benefícios que citamos, trazidos por uma justiça mais contemporânea e restaurativa, a justiça tradicional é a forma que persiste dentro das instituições ligadas ao cumprimento de MSE, mesmo não sendo a mais adequada aos desafios urgentes que nossa sociedade impõe.

Os fundamentos científicos que embasam grande parte dos serviços públicos que atendem nossa população estão ultrapassados do ponto de vista de seus paradigmas no que se refere à humanização e, dessa forma, somos comparáveis a países pouco desenvolvidos quanto aos índices de violência e de educação.

Para se firmarem às inovações, como as de 2012, seriam necessárias mudanças importantes nos paradigmas institucionais, cujas ações deveriam estar, em grande maioria, fundamentadas nos novos paradigmas da ciência contemporânea, nos quais a linearidade do poder e distribuição de recursos permitiriam soluções originais para necessidades específicas e locais. Sendo assim, o SINASE precisa ter condições de estabelecer-se como prática nacional.

O processo de cumprimento de MSE é um problema grave e crescente, o número de jovens que dele depende para modificar sua condição de infrator denuncia uma condição futura e sombria, que teremos de nos deparar nas próximas décadas.

Caso não possamos identificar ações advindas de valores distanciados de nossa cultura provinciana e promíscua, diante de um enorme número de famílias que dependeria de um trabalho consistente para disseminar as inovações que nos referimos anteriormente, não se pode permitir que poucos grupos dentro da justiça e da educação executem um trabalho que poderia ter sido, ou estar sendo implementado, beneficiando um número enorme de pessoas da cidade de nossa pesquisa.

Orsine e Lara (2013) advertem que “o sistema de justiça que não ofereça o acesso à Justiça Restaurativa não poderá ser considerado, na contemporaneidade, um sistema humano de resolução de conflitos”. (p.319)

Só acrescentaria que a maior parte dos estados que atualmente oferecem a Justiça Restaurativa não aparecem diminuindo índices de reincidências. Por uma questão de escala, no estado que nosso trabalho acontece, ela é proporcionalmente muito inferior à demandada por jovens que apresentam problemas com a justiça.

A exemplo da justiça, a educação tenta se atualizar criando projetos baseados em

pensamentos mais contemporâneos, todavia ainda são insuficientes para a demanda apresentada pela juventude periférica da cidade onde acontece a presente pesquisa. A exemplo do projeto intitulado “Avanço do Jovem Aprendiz” (AJA), oferecido pelo estado de Mato Grosso do Sul desde 2016, há um número reduzido de alunos entre 15 e 17 anos que apresentam defasagem da idade relativa à escolaridade, com o propósito de qualificá-los de maneira integral, ou seja, proporcionar conhecimentos científicos e habilidades de socialização, simultaneamente.

Segundo Milani (2018), que avaliou um projeto AJA/MS dentro de uma unidade de internação socioeducativa, a educação, nesse contexto, deve ser orientada por práticas que possam produzir experiências com esses jovens, com objetivo de modificar condutas que utilizaram em suas vidas. A autora chama a atenção para a importância da pré-condição de liberdade para a conquista da autonomia. Destaca ainda que tanto a liberdade quanto a motivação, são elementos necessários ao sujeito para operar mudanças que corroborem com seu aperfeiçoamento e possam utilizar a busca do conhecimento nesse processo de recodificação, tentando superar seu contexto de limitações.

Além disso, a autora ainda alerta sobre as proposições presentes no SINASE quanto à aprendizagem interativa e dinâmica sugerida, baseada em diálogos frutíferos, característicos de uma base de relação que valorize o respeito e a complexidade de fatores impostos aos indivíduos em desenvolvimento que ali se apresentam.

Milani (2018) conclui em seu trabalho de avaliação, que longe de manter a lógica positivista científica, a neutralidade deve ser substituída pelo espírito reflexivo no caminho de reformulações das práticas vivenciadas dentro da instituição, com soluções edificadas por novos saberes capazes de modificar a realidade local. Nesse processo, novos jogos de forças devem ser testados, além da possibilidade de suas reversibilidades.

O projeto AJA acontece como tentativa de resposta dos estados ao relatório expedido em 2015, previamente citado por nós, focando na garantia de fato de um atendimento integral ao jovem infrator e suas famílias.

Com iniciativas promissoras e cooperativas na forma de lidar com a problemática juvenil, a instalação do projeto em escolas e unidades de internações, tem se apresentado de forma instável e lenta em sua execução, visto que ora é estimulada a abertura em algumas cidades e pouco tempo depois, são desativadas em outros municípios, não apresentando, dessa forma, uma continuidade necessária ao processo educativo dos jovens a que se destina.

Ao relatar sua experiência com grupos de jovens que cumprem MSE no Distrito Federal, Penso et al. (2012) aponta para os discursos dos jovens pesquisados sobre suas

experiências escolares, as quais não eram lembradas como referências, pois deixavam poucas memórias significativas sobre o período que frequentaram, apesar dos altos índices de escolarização que apresentam (98,7%, em 2004), entre 7 a 14 anos. Ressalta ainda que uma das responsabilidades mais importantes do ambiente escolar seria a de fornecer relações pessoais capazes de auxiliar os jovens a superarem condições precárias de identificações familiares ou mesmo na construção da cidadania como lugar de acolhimento às suas angústias, visto a escola ser o primeiro grupo secundário de inserção social do jovem, de forma obrigatória.

Penso et al. (2012) destaca a fala dos jovens sobre a escola em sua pesquisa com descrições curtas, sempre associadas às relações conflituosas com professores, momentos passageiros e com pouca importância. Ainda justifica que apesar da função primordial da escola ser a de criar possibilidades de acesso ao conhecimento a todos os alunos, não é capaz de gerar um ambiente prazeroso e inclusivo, em especial aos que cumprem MSE, jovens que apresentam defasagens de ensino aprendizagem.

A autora se posiciona quanto às dificuldades de identificações apresentadas por esse público com a escola, em parte porque não sente o atendimento de suas necessidades urgentes de acolhimento e de construção de planos que poderiam fornecer esperança de conquistas futuras.

As estratégias utilizadas por outros países para lidar com jovens que experimentam a contravenção, estão intimamente ligadas a suas tradições culturais e seguem a direção de novos paradigmas da ciência, sendo influenciadas por autores narrativos a exemplo Michael White na Austrália, David Epston na Nova Zelândia e Steve Madigans no Canadá. Desde os anos 80, o desenvolvimento técnico dentro das instituições recebe estímulos de ideias pós-modernas como alternativas de ações, propostas por uma clínica ampliada exercida pelos narrativos, que dialogam com as escolas, juizados e comunidade as problemáticas enfrentadas pelos jovens, procedimentos amplamente descritos dentro de seus casos clínico, em seus livros.

Meu interesse nessas ideias narrativas foi tão forte, que decidi fazer cursos e morar algum tempo no Canadá e Nova Zelândia. Nossa experiência local foi de que a justiça e educação nesses países funcionam a partir de uma cultura bem diferente da nossa, e que o interesse e valorização nos cuidados com o desenvolvimento de suas crianças está por toda parte, tanto dentro como fora das escolas.

Por outro lado, a ênfase de trabalhos produzidos na Inglaterra e Estados Unidos da América dentro da criminalística se direcionam à compreensão da desistência do crime,

segundo Bersani e Doherty (2018), processo que pode ser compreendido no século XXI por dois grupos maiores de pesquisa: as que enfatizam as modelagens impostas por seu meio social, teorias estruturais e as teorias subjetivas que acreditam mais na importância de iniciativas pessoais para a tomada de decisão, sendo exigidos esforços individuais para manter seus propósitos.

Vale destacar que trabalhos integrativos que fundem as duas, e têm demonstrado diferentes estilos de desistência, pregam que quando existe histórico de uso de drogas as mudanças são mais intencionais, enquanto indivíduos sem essas narrativas de uso de drogas, exibiram pouca ou nenhuma agência em sua mudança.

Por outro lado, as autoras consideram que esses trabalhos integrativos permitem a possibilidade de identificar situações em que a desistência ocorre em alguns casos, sem ação social, apesar de ser necessária para o sucesso da desistência, a plataforma social oferecida pelas instituições.

Essas autoras acreditam que existe uma relação recíproca entre o ambiente e o indivíduo, em interação com seus processos cognitivos, que se diferenciam durante a adolescência e o jovem, os quais simultaneamente acompanham a ampliação das interações sociais que alteram papéis. A mistura desses eventos possibilitaria estímulos a desistência do crime.

Para ainda Bersani e Doherty (2018) o conceito de idade ou envelhecimento é forte dentro dos estudos longitudinais da desistência, sendo demonstrado desde o início de seus trabalhos, por teorias ontogênicas, que apesar de terem sido substituídas pelas teorias sociogênicas, a idade continua a ter um efeito direto estatística e substancialmente significativo sobre o crime.

O processo de envelhecimento, para as autoras, obedece a mudanças internas e externas, e no que se refere a mudanças no comportamento infracional ao longo do tempo, fica evidente um processo natural de desistência que pode ser auxiliado ou impedido e poucos trabalhos têm estudado os mecanismos que sustentam o processo de desistência.

Acreditam que não seja apenas necessário definir melhor a desistência bem sucedida e como é o processo de mudança, mas, sobretudo mudar as políticas e práticas de justiça criminal em função de evidências, além de identificarem que estão à beira de mudanças estratégicas da justiça criminal de se afastarem do crime para apoiar a desistência, aproximando pesquisa e teoria com política e prática.

Diante do exposto nesse capítulo, podemos concluir a necessidade de disseminação de fundamentos mais atuais em nossa educação e justiça na direção de paradigmas novos, que

apesar de presentes, parecem ser insuficientes para abarcar o crescimento de sua demanda, a exemplo da justiça restaurativa nas escolas e projetos de educação que considerem a complexidade de fatores envolvidos nessa realidade que implicou na contravenção por indivíduos jovens. E para se tornarem mais efetivos, os projetos deveriam, de fato, estarem mais próximos da família e da comunidade, porque apesar de presentes nos papéis que traçam os programas ligados as MSE, suas práticas não ficam visíveis aos interessados em estudá-los.

No caso de nossa pesquisa, realizada numa cidade de porte médio do centro-oeste brasileiro, buscamos esse entrelaçamento entre o apoio à família e as MSE, mas não havia uma ligação efetiva em sua prática.

Reafirmamos nossa proposta de trabalho fundamentada no construcionismo social e abordagem narrativa, dessa forma com pouco ou nenhum interesse em preconceções ou avaliações preditivas de comportamento. Enveredamos por tentativas de elucidar elementos trazidos por discursos de jovens que enfrentaram problemas com a justiça brasileira e conseguiram se desvencilhar da rede de eventos que influenciam a persistência de atos de contravenção mantidos por um número crescente de jovens, realidade distante das enfrentadas em países que proporcionam atendimento a necessidade básica a seus infantes, como saúde, educação, lazer entre outros.

CAPÍTULO 3 - ADOLESCÊNCIA, FAMÍLIA E SEXUALIDADE

Não podemos contextualizar minimamente a realidade que cerca e contribui para a persistência dos comportamentos de conflito precoce com a justiça e sua manutenção, sem mesmo que, de forma restrita, considerar questões ligadas a paradigmas e consequentes preconceções que envolvem o jovem, a sua família e o desenvolvimento de sua sexualidade. Muitas influências em relação ao aumento de comportamento de risco acontecem durante esse período de vida e certamente fazem parte de uma compressão mais ampla do fenômeno da persistência de comportamentos que colocam jovens em conflito com a lei. Queremos apenas destacar nosso interesse maior em descolar nossos entrevistados de preconceções científicas do tema que passaremos a considerar.

A adolescência pode ser vista como uma etapa do ciclo vital que evidencia um início de mudanças vinculares no caminho da separação entre pais e filhos, momento em que o jovem passa a fazer escolhas com vistas a uma maior autonomia e se coloca frente a novas responsabilidades.

Tal processo exige maior flexibilidade dos pais, que simultaneamente enfrentam mudanças pessoais comuns à meia idade. O contexto social contemporâneo desvaloriza tradições e requer maior criatividade para enfrentar a questão da autoridade diante de jovens que se colocam em situações de risco, incluindo as ligadas ao exercício de sua sexualidade nascente, como gestações precoces ou doenças sexualmente transmissíveis. Nesse processo, os adolescentes provenientes de famílias mais vulneráveis, que não são capazes de fornecer educação, saúde e moradia, enfrentam riscos maiores e mais frequentes (KUBLIKOWSKI, 2007).

Outeiral (2005) considera aspectos psicológicos característicos da adolescência como: a perda do corpo infantil, a perda dos pais da infância, a perda de identificações infantis e a apropriação de um novo corpo, incluindo novos níveis de operações mentais (do concreto ao abstrato).

Segundo Jahn, Nardi e Dell Aglio (2013), as condutas exploratórias que advêm de pouca reflexão, incluindo situações de conflito com a lei, são consideradas comuns e até esperadas dentro desse período do desenvolvimento humano. Para os autores, quando esse padrão de comportamento rebelde se dá desde a infância, haverá uma tendência a mantê-lo na vida adulta. Consideram ainda que comportamentos antissociais, por serem violações de leis sociais, estão sempre submetidos a uma cultura, espaço e tempo, e deste modo se apresentam de variadas formas.

Os pesquisadores prosseguem esclarecendo que existem múltiplos fatores que se entrelaçam a relações interpessoais complexas influenciando a forma de agir dos adolescentes, incluindo fatores biológicos, ambientais ou situacionais, como comportamentos agressivos em resposta às pessoas ou ao meio social, situações que os fazem sentir vitimizados ou hostilizados, e ressalta que adversidades, como carência material, podem influenciar comportamentos ilegais como o roubo.

Em uma sociedade violenta como a nossa, esses indivíduos se identificam com elementos negativos da cultura, presentes em todos os meios de comunicação, jornais diários, cinema, documentários entre outros, o que demonstra que fatores sociais podem ter maior importância que os biológicos, quando se trata de indivíduos nesse estágio de desenvolvimento.

Por outro lado, Bock (2007) faz uma revisão bibliográfica da adolescência e nos adverte quanto à visão externa que normalmente fazemos da sociedade, como algo independente quase sempre contrária às tendências “naturais” dos homens, buscando de forma organizada contribuir para seu desenvolvimento.

Analizando a adolescência sob uma perspectiva social e histórica, a autora considera que esse período do desenvolvimento humano não pode ser visto como uma etapa natural, apesar de significativo e construído, independente de mudanças corporais que possam influenciar seu comportamento. Temos que levar em conta processos sócio-históricos, como a industrialização e sua necessidade de aumento da escolarização, bem como a entrada no mercado de trabalho contribuindo para um perfil de rebeldia traçados por adultos de nossa sociedade.

Bock (2007) deixa claro que a adolescência ficou configurada como um “fato” e, à medida que seguiu a modernidade, estabeleceram-se como “natural” os comportamentos que indivíduos capazes cognitivamente passam a ser desautorizados de participar do mundo adulto. Acrescenta que a adolescência, provavelmente nasce nos Estados Unidos da América, nos anos cinquenta, associada à formação dos grandes centros urbanos e, mais que isso, ao declínio da participação familiar como unidade de produção em uma sociedade agrária que passa a uma sociedade urbana. Considera a adolescência como um conceito científico psicológico que influenciou fortemente o que os pais esperavam dos filhos, além dos filhos passarem a utilizar esse “fato” como referência de comportamento, conceito que pode deixar de existir em algum momento e que apesar de parecer universal, possui variadas formas de expressão, sendo valorizado de forma diferente pelos diversos grupos sociais.

É notório pela literatura especializada, que nesse processo de conquista da vida adulta,

o adolescente apresenta uma frequência maior de comportamentos agressivos, aumentando sua participação em situações de risco, ou mesmo de violência. Apesar de histórica e social, a violência sempre tem estado presente dentro das sociedades nos mais variados momentos, de um ponto de vista espacial, estabelecendo um equilíbrio estável com a marginalidade.

Sendo assim, o adolescente e suas ideologias do “contrapoder” social, necessariamente se aproxima de grupos que lhe ofereçam modelos de existência alternativa, ao qual se aderem por algum tempo como recurso de identificação, a partir do qual dará lugar a seu processo de individuação, segundo Marcelli e Braconnier (2007).

Dessa forma, caberia aos jovens renegar sua ideologia de “margem”, para se integrarem à sociedade, mesmo que esta não reconheça seu valor ou poder. À família, caberia transmitir a cultura marginal a qual pertence, servindo a uma tradição que, quanto mais ameaçada e sobrevivendo a restrições econômicas, mais se reafirma e se ancora na dependência e lealdade a tradição. (MARCELLI e BRACONNIER, 2007).

Á vista disso, a adolescência pode ainda ser enxergada como susceptível a cobranças e impossibilidades sociais apresentadas dentro de nossa cultura contemporânea, indo além dos aumentos hormonais para explicar o aparecimento de atitudes violentas ou mesmo manter comportamentos antissociais, sendo necessário reconhecer seu processo de socialização ligado aos estereótipos de grupos étnicos e de gênero. (JAHN; NARDI; DELL’AGLIO, 2013).

A crítica dos padrões citados, capazes de prever comportamentos de risco por adolescentes, é questionada largamente por estudiosos que a consideram uma visão simplificada e naturalizada dos jovens, que possam servir mais a estigmas e preconceções do que auxiliar nossa compreensão mais específica das realidades enfrentadas por eles.

Nesse sentido, consideramos que desmistificar essas imagens ou estigmas, cria a possibilidade de enxergarmos a juventude com capacidades e potencialidades para o diálogo, características importantes para superação das questões que se apresentam ao nosso redor, envolvendo a cada momento um número maior de indivíduos.

Para Spink (1999), os discursos sociais partem de convenções que legitimam o que consideramos moral para aquele momento, e delas não conseguimos escapar vivendo o cotidiano de nossa vida. A autora se vale das ideias construcionistas de Gergen (2010) como um convite para reexaminar esses padrões, quando necessário, para podermos transformar situações sociais constituídas, evitando reducionismos. Considera também a linguagem como central nos processos que fundam as sociedades humanas, incluindo os que envolvem a cognição.

Adorno (2010) sugere que o aumento de adolescentes na criminalidade, principalmente com relação a bandos e quadrilhas, está ligado a profundas rupturas nas tradições hierárquicas que organizam suas relações com a autoridade, principalmente com agentes sociais responsáveis pelo controle social nas periferias urbanas.

Segundo o autor, a partir dos anos 80, presenciamos um aumento vertiginoso de litigiosidade que se apodera da segurança tornando-a informal, a unir comerciantes locais e agentes públicos que passam a responder com métodos violentos ao crescente aumento de eventos violentos. Essa nova forma de reagir à violência com violência, impulsionou, segundo Adorno (2010), o aumento da criminalidade.

Desta forma, instaura-se um contexto insuportável e persistente no que se refere aos habitantes de bairros populares de grandes metrópoles, novos padrões de delinquência e violência, que deixam a tradição de individualidade e localidade, para ser um grupo organizado em moldes empresariais.

Esse cenário de violência, com criminosos ligados ao tráfico, promove um contexto fértil para influenciar adolescentes no caminho da contravenção. Assim, os jovens apresentariam uma dependência maior a diversos tipos de intervenções públicas, decorrente de necessidades e dificuldades que enfrentam para entrar no mundo do trabalho formal, além de estarem muito próximos a construir uma nova família.

Contudo, Silva e Lopes (2009) consideram que, apesar de demandas maiores serem de adolescentes provenientes de famílias vulneráveis, por apresentarem pouca escolaridade e qualificação para o trabalho, de fato os programas públicos não acompanham a demanda, sendo insuficientes para atendimento de suas necessidades, tanto numericamente quanto em seu direcionamento pedagógico. Frequentemente ocorrem, por meio de iniciativas temporárias, cuja execução, permanência ou paralisação dependem de intenções ou da falta delas, exibidas pelos grupos políticos dominantes. Mesmo assim, os adolescentes recebem estigmas de desocupados, agressivos ou mesmo violentos, concepções correntes pelo senso comum.

Teixeira e Salla (2016) também denunciam contradições vinculadas a imagens sociais de protagonismo dos jovens como expoentes da violência paulistana, apesar dos dados produzidos por instâncias oficiais demonstrarem, sem dúvidas, que tanto em número como em grau de severidade, não diferem significativamente de ocorrências criminais gerais na capital. Esses estereótipos conferem maior responsabilidade aos jovens de periferia pelos índices mais elevados de violência, estigmas que favorecem a circulação de discursos de menos valia direcionados aos adolescentes, não apenas aos periféricos.

Seria valioso concebermos discursos mais positivos para os jovens, não apenas para a comunidade a qual pertençam, mas para a sociedade de forma geral. Esta maneira de pensar o mundo torna as pessoas mais cuidadosas em seus julgamentos, além de deixar-nos mais atentos às pessoas que estão ao nosso redor e compartilham o mundo conosco. Entre eles os familiares, colegas de trabalho, pessoas nem tão próximas ou mesmo as que nos deixaram.

Assim sendo, pensamentos a respeito da influência dos discursos socioculturais e seu impacto causando sofrimento e restrições a vida das pessoas, foram problematizados por autores narrativos como Madigan (2011), que ressalta grupos categorizados como “diferentes”, como fruto de julgamentos sob a ótica de verdades universais absolutas, nas quais fatos considerados “verdadeiros” passam a padronizar e moldar o estilo de vida das pessoas.

O autor considera que discursos veiculados na comunidade são criações culturais e estão vinculadas não a verdades, mas às regras estabelecidas como “normais” ou não. Essas regras se fundamentam numa complexa rede mediada por variadas formas de relações de poder e privilégios que marginalizam e oprimem grupos para manter sua autoridade.

Tais narrativas marginalizantes, construídas socialmente, exercem um papel importante nas atitudes e nos pensamentos de como as pessoas incluídas nesses grupos veem a si mesmo, estando implicadas em maiores dificuldades para reconhecerem seus próprios valores.

Podemos utilizar categorias socioculturais relacionadas a gênero para aumentar nossa compreensão de como se “naturalizam” conceitos que são transmitidos por muitas gerações, mesmo que o que deu origem a convenção não esteja mais presente em nossa vida cotidiana há milhares de anos.

Macedo (2004, 2007) explica que as diferenças entre homens e mulheres não podem ser utilizadas para justificar a diferença de poder, ou a hierarquia social, determinando privilégios e marginalizações que impedem condições de igualdade entre os gêneros.

Descreve ainda que as diferenças sexuais entre homens e mulheres passaram a justificar desigualdades e injustiças de gênero, a partir do advento do patriarcado. Essa visão patriarcal tem origem no tempo em que as mulheres, por gestarem e amamentarem, assumiram o cuidado com a prole e os homens, naquele momento, se dedicavam a coletar e posteriormente criar animais, além de defender a propriedade. Com o passar das gerações estava criado um regime de crenças socioculturais que delegaram o papel dominante ao homem e foram criadas convenções que incluíam comportamentos diferentes para homens e para mulheres.

Faz-se mister afirmar que até os dias de hoje, praticamente repetimos crenças relativas a gênero que remontam momentos que inauguram o processo civilizatório e ainda justificamos, com base nessas naturalizações, os comportamentos esperados para homens e mulheres e todas as injustiças relativas a privilégios e poder que possam ter gerado.

Macedo (2007) ressalta a importância de concebermos gênero conceitualmente como relacional, pois assim incluímos os mais diversos tipos de convenções utilizadas por homens e mulheres, e interações entre eles, estabelecidas ao longo do tempo e espaço dentro de suas identidades pessoais. Dessa forma, fugimos ao conceito de gênero a partir de categorias dicotômicas, com base nas diferenças sexuais ou em papéis sociais previamente estabelecidos por sistemas culturais que mantêm o que está estabelecido, mesmo que injusto. A autora nos convida a formas mais plurais e dinâmicas de feminilidade e masculinidade, que impeçam reducionismos e levem em consideração aspectos mais particularizados dentro de disposições pessoais que acontecem, incluindo acontexto ligado ao espaço e ao tempo.

Influências trazidas por dimensões culturais de gênero, sobre jovens que cumprem MSE e são importantes de serem compreendidas, pois, segundo o CNJ, mais de 90% deles pertencem ao sexo masculino e certamente estarão implicados na busca de privilégios e poder, bem como a interligação de comportamentos mais ativos e agressivos esperados socialmente tanto para jovens quanto para o gênero masculino.

Connell (1995) explicita que há várias formas de vivenciar corpos masculinos, mas todas encontram-se imersas dentro de relações econômicas, com a predominância de homens em cargos de poder tanto público como privado, onde se afirmam identidades grupais dentro de ambientes opressivos e estigmatizados.

Segundo a autora, a mídia e políticos tradicionais têm sido utilizados em campanhas contra a violência sobre as mulheres atingindo impactos nacionais no Canadá. Alguns sindicatos de indústrias masculinizadas, como os metalúrgicos, buscaram ações mais progressistas, permitindo a entrada de mulheres em seus quadros. A autora é cautelosa quanto à mudança, mas considera que manter trabalhos estratégicos com as famílias, instituições públicas e privadas, bem como escolas, sindicatos e partidos políticos são necessários para alavancá-las.

Connell (1995) apresentou esse ensaio, em setembro de 1994, na Alemanha, em uma conferência sobre Reprodução e Mudança na Masculinidade, no qual são apresentados trabalhos com jovens executados por programas de educação promovidos por sindicatos. A autora conclui que só identificaremos o sucesso de novas políticas de gênero quando fotografias de homens com armas forem substituídas por homens empurrando carrinhos de

bebês.

Bernabé (2018), em sua dissertação intitulada “Ninguém nasce homem: torna-se homem: produção dos gêneros e a precarização da vida”, problematiza as masculinidades e considera que temos que cuidar em nome de quem estamos pesquisando, pois nos encontramos imersos numa realidade dominante de neutralidade, e sendo assim, precisamos ser provocados pela história para fugirmos de nosso olhar de especialista, deixando de lado a informação para demorarmos em detalhes e estranharmos a passagem do que estamos experimentando singularmente com o pesquisado. A autora relata que ouviu de dezenas de jovens que cumprem MSE, que buscaram sua autonomia financeira aos 12 anos, e que tanto meninas quanto meninos, são exigidos a proverem a si mesmos ou a sua família.

Sendo assim, apesar de o Estado não reconhecer a precariedade política e social enfrentada por esses jovens, para Barnabé (2018) há uma aliança de especialistas com o Estado que legitimam produções de verdades que ditariam normas para se viver, excluindo formas anormais de escolhas de vida, que seriam deixadas à morte.

A autora considera pensamentos racistas operados na forma que não se deve ser negro, pobre, gay, legitimando a invisibilidade do gênero como estratégia de Estado no controle da vida, regulamentando atributos naturalizados, como a violência do masculino. As condições de sobrevivência, nesse sentido, seriam reservadas às vidas que mereçam ser vividas.

Desta forma, populações são deixadas ao largo de uma existência social e política, enquadramento impossível de se escapar, sendo submetidas às mais variadas precariedades, de forma invisível ficam privadas de reconhecimento de vida e da morte (luto).

Safatle (2017) considera e explica a necessidade de desconstrução de gênero, realizada por Butler, quando reconhece normas liberais dentro de um individualismo possessivo, e recoloca sua relação com questões políticas e morais. A partir da problematização de sexo, identidade e política, a desconstrução permitiria compreender como as pessoas, a partir de normas postas, criam caminhos singulares capazes de produção de novas formas de normas. Butler, citada por Safatle (2017), explica que afirmar um gênero é um processo que requer repetição para subsistir, e os fracassos produzidos que impedem sua estabilização são responsáveis pela produção de sua singularidade. Acrescenta ainda a ideia de que nossa natureza relacional nos dá a consciência de nossa fragilidade estrutural, bem como reafirma a forma de poder exercido em rede ao qual, enquanto me submeto, também passo a ser seu intermediário.

Slattery (2003), trabalhando com jovens de 12 a 18 anos que cometeram algum tipo de

ofensa sexual, expõe sua experiência em um programa de prevenção do abuso sexual direcionado a adolescentes na Austrália, que a faz rever sua posição de gênero, por ser uma militante feminista.

Segundo a autora, masculinidade tem múltiplos e contraditórios significados, que permitem aos jovens absorverem valores patriarcais com alcance negativo, promovendo comportamentos problemáticos (assédio e abuso sexual). No entanto observou que esses indivíduos possuem o que chamou de ideias concorrentes, em vez de serem simplesmente promovidos por valores patriarcais. Essas ideias possibilitam a introdução de valores diferentes mais positivos, como a capacidade de manter e cuidar da família, porém para serem mantidos esses novos valores, são necessários estímulos produzidos em encontros periódicos, promovidos dentro da instituição.

Segundo a autora, nossa consciência de gênero é construída por meio da socialização e se refere ao conceito de identidade como resultado de ativa participação nos processos interpretativos e de experiências construídas em relações com pessoas por meio das ideias.

Identidade e masculinidade, por essa visão, podem ser mudadas e renegociadas. A relação do homem com sua masculinidade é única, não existe igual, e jovens, de forma geral, estão comprometidos em explorar sua identidade podendo demonstrar prazer e interesse em discussões sobre valores, respeito e honra, segundo Slattery (2003).

De acordo com Barnabé (2018), as masculinidades repetem padrões presentes e difundidos por instituições (família, escola, comunidade, entre outros), forças culturais e meios de comunicação de massa. Faz referência à Connell para esclarecer que, assim como padrões de privilégios, as masculinidades se vinculam às desvantagens, apesar de apresentarem aspectos hegemônicos, também estão vinculadas às dinâmicas sociais sendo insuficientes para reconhecer diferenças de cor ou classe social.

Por conseguinte, a autora explica que masculinidades hegemônicas locais (familiar e organizações locais), regionais (cultura de um país) ou globais, mesmo que possam atribuir sentimentos de pertencimento a jovens, os de raça negra e de famílias vulneráveis estão bem distantes de privilégios.

Ainda é esclarecido pela autora que, mesmo com o risco de custar a própria vida, o exercício da masculinidade lhes permite deixar de ser invisíveis, utilizando atributos de força física e virilidade, ou até armas de fogo ou violência, a que estão também sujeitos desde a infância, vinculadas à falta de proteção e apoio.

Barnabé (2018) conclui que as masculinidades que atingem jovens institucionalizados, cumprindo MSE, são frutos de regimes políticos que incidem sobre os corpos e que não

passam por escolhas individuais, mas concorrem com saberes institucionais que se relacionam e que produzem performances de gênero.

Concordamos com Barnabé (2018) quando julga que a dinâmica essencialista de gênero não é capaz de explicar pela “natural” violência dos homens; Sobre os 95% de jovens do gênero masculino que cumprem MSE em meio aberto que ela acompanha, além de considerar o gênero como uma construção social performática em constante transformação, é possível apontar também a herança escravagista de nossa cultura brasileira, na qual 60% dos jovens são negros Além disso, 66% vivem com famílias extremamente pobres, 60% tinham entre 16 e 17 anos, 51% não estudavam e 49% não trabalhavam quando cometeram o delito.

Lima (2017) investiga a narrativa de 20 jovens entre 18 e 20 anos, de classe popular, que estudam em cursinhos pré-vestibulares. Os pesquisados se viam como fazendo parte da juventude pobre brasileira e consideravam o estudo como único caminho para vencerem a pobreza e evitarem um futuro dentro da criminalidade.

Além de se identificarem como negros e pobres, os jovens que se encontram em conflito com a lei enfrentam uma realidade de ausência do Estado no que se refere à proteção e à garantia de direitos básicos, condição esta que influencia e estimula indivíduos pobres a trilharem o caminho da criminalidade, se não forem apoiados pela família. O Estado, para os pesquisados, só comparece utilizando meios violentos e repressores, sem promover meios alternativos a esses jovens, de origem pobre e negra, sem proteção familiar.

Lima (2017) ressalta ainda que, apesar de enfrentarem a mesma realidade, esses jovens que estudavam em cursinhos, dirigiram suas vidas a um caminho diferente dos jovens que cometem atos infracionais, se diferenciando com a aquisição de instrução formal e a construção de um plano para seu futuro longe da criminalidade. Ela identifica percepções e significados atribuídos aos adolescentes infratores a partir de atitudes discriminatórias dos adolescentes que participaram de sua pesquisa.

Em contrapartida, Gonçalves (2005) justifica que os jovens, com seus excessos, impulsos e atitudes intempestivas têm servido como explicação para as mazelas dos grandes centros urbanos, apesar do individualismo ser um traço da juventude contemporânea.

Sobretudo, nas camadas mais pobres da população, a família brasileira fica vinculada por laços de parentesco representando único modelo de proteção para suas fragilidades, sendo a única a fornecer formas alternativas de instrumentalizar esses indivíduos de “uma cabeça forte” em suas escolhas, sem se deixar levar pelos apelos e facilidades oferecidas pelo tráfico e uso de drogas. Porém, refere-se a uma forma de conectividade típica de jovens de grandes cidades, que convivem com a marcada disparidade de renda e de benfeitorias sociais, a se

tornarem capazes de mapear espaços controlados, para poderem viver e circular pela cidade evitando a violência e o tráfico.

Gonçalves (2005) analisa o discurso de 30 mães que sugerem uma realidade difícil de escapar, na qual ambientes tradicionalmente utilizados para socialização, como praças de bairros pobres, não servem mais de local de encontros, exigindo vigilância constante também com a polícia lidando com traficantes, porque geram a mesma violência. A descrença no poder público é acompanhada de esperança na família, único reduto de agregação liderada muitas vezes somente por mães que relatam comportamentos agressivos disciplinares utilizados para conseguir que os jovens ficassem educados, ou seja, fossem capazes de obediência e hierarquia. Seus objetivos educacionais eram o de conseguir passar valores capazes de dar caráter aos jovens, boa formação e cabeça forte para não entrar nas drogas. Mães que entendem a hierarquia e obediência como base da educação, mesmo que seja necessária violência para conquistá-la.

Diante dos fatos, a autora complementa que os métodos disciplinares rígidos dentro de casa são justificados para defender os filhos da violência da rua e considera que essa negação da violência, dentro do espaço familiar, impede que vejam as consequências perniciosas desses atos e sua influência na formação de crianças e jovens violentos, comportamentos que antecedem atos infracionais culturalmente cancelados. Algumas mães relacionam a falta de ordem urbana com a falta de controle doméstico para conseguir filhos bem comportados, fruto da educação familiar, além de se queixarem da solidão para criarem seus filhos, da falta de amparo e assistência.

No entanto, Macedo (1994) chama a atenção para a idealização da família como refúgio de amor e harmonia, e diz que mesmo enfrentando experiências rotineiras que contradigam constantemente tal ideal, essa esperança na instituição se mantém.

Genericamente, a família é vista por estudiosos como uma unidade que fornece simultaneamente socialização e transmissão cultural. A autora esclarece que é na família que ocorrem as primeiras relações com pessoas e com o mundo, fundamentados em hábitos culturais, unidas a padrões próprios de relações interpessoais que tornam singular a forma de conviver desse grupo.

Vale frisar que a família, como conhecemos hoje, tem sua origem com o aparecimento de afetos especiais para com as crianças e com o avanço no processo de consolidação da burguesia (sec. XVI), segue adquirindo características de costumes higienistas e morais, a partir do sec. XIX, sedimentando o aparecimento de sua forma tradicional e patriarcal, na qual o homem provedor burguês detém o poder hierárquico sobre a mulher, reservada aos cuidados

da casa e dos filhos.

Dessa forma, a família brasileira parte de um pequeno núcleo patriarcal que enfrenta sucessivas mudanças, incluindo crises econômicas, mudanças relativas a gênero, como a homossexualidade, maior independência e profissionalização feminina que concorreram para um distanciamento familiar brasileiro do ideal tradicional.

Destaca-se aqui um olhar sistêmico para a autora, que possibilita perceber interdependências do todo com as partes, tornando possível observar o estabelecimento de padrões interacionais, a partir de regras estabelecidas e ditadas por comportamentos que se repetem e fazem sentido para o grupo. Apesar de manter expectativas de que estes padrões serão mantidos por todos os membros, em situações de mudanças, a estabilidade pode se enfraquecer e novos padrões comportamentais podem ser exigidos para que a família se reorganize.

A importância de compreendermos melhor o fenômeno complexo que é a família justifica-se por ser o primeiro ambiente relacional oferecido à criança, do qual compartilhará padrões de interação entrelaçados aos processos de atendimento às suas necessidades básicas.

Desde o nascimento, é no seio da família que são produzidas imagens de relações e de vivências que o acompanharão ao longo de toda sua existência. Sob outra perspectiva, as menos favorecidas apresentam dificuldades com a estabilidade de suas relações, influenciadas por mudanças econômicas e sociais, como as que levaram um grande percentual das mulheres a se tornarem chefes de suas famílias, bem como estão mais sujeitas ao desemprego, à gravidez precoce, ao tráfico de drogas e as dificuldades financeiras, que podem impedir ou prejudicar o suprimento com qualidade das necessidades da família, como os relativos à educação e ao lazer dos infantes. (MACEDO, 1994; 2006).

As mudanças socioculturais trazidas por processos globalizantes que privilegiam o individualismo, colocam as famílias frente a questionamentos quanto a seus valores éticos e morais, cujas escolhas de estilos de vidas tomam o lugar de tradições consistentes que orientavam as formas de ser e de agir das pessoas.

Tal processo tem um impacto de gerar dúvidas a respeito dos valores, ou escolhas morais, a serem transmitidos aos filhos que permitam a construção de projetos individuais de liberdade. A questão torna-se mais complexa quando se refere a famílias de adolescentes provenientes de lares vulneráveis que convivem com dificuldades básicas de educação, saúde e moradia.

Segundo Macedo et al. (2006), os valores podem ser vistos como crenças que apontam para ações e se movem ao longo do tempo, por grupos sociais que historicamente os situam

entre reconhecimentos mútuos de suas preferências mantendo a preservação de liberdades individuais, e expressam memórias e costumes civilizatórios singulares e ligados a raízes do grupo. Considerando a família como a transmissora de conhecimentos acumulados pelas gerações e que permite um plano melhor de futuro aos filhos, os valores podem ser realizados de forma mais democrática ou impositiva pelos pais.

As autoras oferecem uma perspectiva de prevenirmos comportamentos de risco dos adolescentes a partir da aquisição de valores positivos, baseando-se em experiências americanas de promoção à saúde com adolescentes (SEARCH INSTITUTE¹, 1989) a pesquisa revela valores a serem construídos pelas famílias e comunidades com os adolescentes para cultivar autonomia e limites responsáveis, afastando-se dessa forma, de discursos culturais negativos que frequentemente são oferecidos aos jovens, já elencados anteriormente nesse trabalho.

Alguns fatores protetores foram citados no que se refere à visão que os jovens têm de suas famílias, como a percepção de amor e autonomia, além de um bom relacionamento familiar, gosto pela leitura e ajustamento escolar funcionarem preventivamente a situações de riscos para jovens, a partir de interações positivas, supervisões e disciplina consistente sem coerção pelos pais.

Em suas conclusões, Macedo et al. (2006) observam que os jovens, independente da classe social, não se sentem valorizados positivamente pelos pais. Em todos os graus de vulnerabilidade social os jovens apresentaram baixos níveis de valores positivos, além de não se reconhecerem como recursos dentro de suas comunidades, ou mesmo reconhecer sua presença em suas vidas. A importância de transmissão de valores aos filhos e a crença dos pais em sua habilidade de atingir esse objetivo contrasta com a evidência de falhas de construção de valores positivos expressando o risco a que estão sujeitos os jovens, em qualquer camada social.

Tognetta e Vinha (2009), fazendo parte de um grupo de pesquisadores que estuda as modificações dos valores, a partir de sujeitos adolescentes, esclarecem que para que o indivíduo possa edificar valores morais não é suficiente que receba valorização externa, pois é imprescindível o reconhecimento de seus próprios valores que acontecem a partir do autoconhecimento.

Segundo Tognetta e Vinha (2009) ainda, é primordial que possamos manifestar o que sentimos, e que nossas ideias e ações sejam reconhecidas por outras pessoas, processo que

¹ SEARCH INSTITUTE, 3001 Broadway NE #310, Minneapolis, MN 55413. USA. info@searchintitute.org.

leva certo tempo de relação com o outro para se dar, e no qual podemos nos conhecer e reconhecer nosso valor. Há a necessidade de que sejam espaços de expressividade, capazes de fornecer apoio à coordenação de pensamentos e ações que promovam o autoconhecimento e, só então, dessa forma, poderemos conhecer e valorizar o outro. O convívio social deve ser capaz de cultivar a vivência de empatia e respeito mútuo, bem como a indignação frente às injustiças e comoção pelo que ocorre ao outro.

Vale frisar que essas aquisições são necessárias e fundamentais de serem encontradas nos professores, para serem capazes de construir propostas sistematizadas de atividades cooperativas e democráticas, favorecendo a aquisição de normas e valores por meio de reflexões conjuntas com os alunos.

As escolas para Tognetta e Vinha (2009), seriam locais privilegiados para fornecer situações de diálogo que permitam a vivência de valores como honestidade, tolerância, justiça, generosidade, experimentados em relações que contenham interações de qualidade, com trocas recíprocas, onde possa existir oportunidade de aquisição moral. No entanto, os ambientes escolares, em sua grande parte, não promovem ganhos morais, pois requerem prioritariamente dos alunos bom comportamento e submissão à autoridade, sendo que as regras devem ser obedecidas e não construídas e discutidas com a comunidade.

Assim sendo, não contribuem para a tarefa de estimular o desenvolvimento moral, evitando questionamentos que poderiam ser úteis a processos reflexivos necessários e urgentes tanto aos alunos, quanto ao corpo docente e direção da escola, incluindo todos que convivem com os alunos.

Temos em vista que criar situações democráticas para lidar com questões cotidianas dentro das instituições parece ser um caminho que teremos que trilhar na busca de uma forma de aperfeiçoar relações que promovam maior autonomia aos infantes e que reafirmam a necessidade da presença de sensação de indignação no âmbito das aquisições morais, denunciando injustiças que levem a construir um sentimento de solidariedade. Nesse sentido, o ambiente mais propício para desenvolvimento de atitudes éticas é a escola, apesar de todos os tipos de dificuldades que enfrenta para contribuir com o desenvolvimento moral de seus alunos, tanto as públicas quanto as privadas.

Rapizo (2017) por outro lado explica que, para os gregos, a ética, utilizando a razão e a reflexão estava relacionada aos bons costumes e se associava a um bom caráter, enquanto a moral, baseada na obediência a normas, se direcionava a uma melhor convivência humana. Munido de autonomia, o indivíduo com liberdade pode julgar as regras de sua comunidade e o que considera o bem e o mal, cabendo a ele como ser universal, conter sua

sexualidade e agressividade escolhendo caminhos necessários à sua sobrevivência. Vista pelo paradigma sistêmico, a mente se apresenta como um processo relacional, no qual a ética se dá de forma harmônica e indissociável ao funcionamento do mundo no qual estou imerso e impossibilitado de ver de fora.

Assim sendo, os códigos morais e éticos perdem o sentido. Não posso dizer ao outro o que deve ou não fazer; interajo reificando numa circularidade com o outro. A ética, por essa forma de ver, não é explicável, a única saída é a dança das palavras dentro de diálogos para conquistarmos novas escolhas.

Por esse ponto de vista, o mundo é uma criação conjunta, no qual toda ação se dá na linguagem, criamos com o próximo imbricado em sua ética, em que os atos legitimam a presença do outro, em última instância, fundamento de toda a ética. No entanto, comparando-se com a ética universal proveniente do iluminismo, a ética sistêmica passa a ser conectada ao contexto em que ocorrem as relações e adquire um formato local.

À vista disso, a ética moderna de tradição individualista e capitalista industrial estabeleceu si mesmo como o centro do conhecimento, e consequentemente como responsável por ações organizadoras da sociedade. Fica, dessa maneira, a responsabilidade integral de seu comportamento a cargo do indivíduo, servindo como base para a regulamentação judicial da vida em todas as áreas, e interferências públicas cada vez mais intensas na esfera privada.

De outro modo, o construcionismo social passa a ver os critérios éticos dentro das relações como posturas críticas, chamando à reflexão para discursos sociais naturalizados, entendendo os significados como criações conjuntas que geram atividades ou ações dentro de diálogos, sendo impossíveis de resultarem de apenas um indivíduo.

Ainda em Rapizo (2017), eventos vividos passam a ser fruto de compartilhamento grupal de onde emergem obrigações e responsabilidades que darão forma particular as essas relações, especifica que quando olhamos uma pessoa e ela devolve o olhar, um tipo especial de mundo ético é criado, e que só seremos capazes de expressar nossos sentimentos para o outro sustentado por muita confiança, dentro de uma realidade que proporciona sentidos não apenas coletivos aos dois.

Pensando na utilização de métodos dialógicos, que implicam em criações éticas dentro de espaços educacionais, local onde sujeitos devem colaborar entre si e se inter-relacionar mediando diferenças a partir de consensos, além de influenciar a autonomia consciente, Trevisol (2009), acredita que para superar os problemas contemporâneos relacionados a valores profissionais, os alunos devem compartilhar um compromisso coletivo de assumir seu lugar central na sociedade, e principalmente por manterem um convívio diário durante anos

com indivíduos em desenvolvimento. Para a autora, existe a necessidade básica de se vivenciar em todos os espaços de salas de aula aos refeitórios e quadras, a afirmação de valores a partir de ações consensuais, fruto de todos os humanos que frequentam esse território, construindo um pacto pela aquisição de valores.

As questões relacionadas à ética permeiam - como vimos, o complexo modo como enxergamos o mundo, e consequentemente, como responderemos às humanidades que nos rodeiam. Sendo assim, identificamos como necessidade ética primordial de nossa pesquisa, uma metodologia de trabalho que fosse capaz de garantir a voz de jovens que cumpriram MSE e se diferenciaram por não serem reincidentes, indivíduos que por falta de informações precisas, fazem parte de aproximadamente 5% dos jovens que cumprem MSE, segundo dados informais de pessoas da área que consultei.

Tentaremos exhibir a importância de optarmos por metodologias que têm como base valores éticos e respeito às pessoas que nos rodeiam, não apenas aos entrevistados, porém propondo formas diferenciadas de compartilharmos o mundo com os demais humanos e prestar-lhes nossa solidariedade, visto considerarmos o caminho único que nos resta nesse planeta tão espoliado, para garantir um futuro minimamente humano, na forma de nos relacionarmos para as próximas gerações.

CAPÍTULO 4 - SUBSÍDIOS TEÓRICOS

Novos paradigmas: reflexões sobre as necessidades de mudanças na forma de ver o mundo, a partir de alguns autores científicos, implicados com a construção de realidades mais éticas e compartilhadas, consequentemente, mais múltiplas e justas.

Para Vasconcellos (2015), os problemas sociais que enfrentamos buscam empurrar a ciência no caminho de novos paradigmas, todavia acredita que as mudanças não se referem ao abandono de procedimentos científicos, mas de uma inadequação da ciência tradicional em lidar com problemas complexos, expondo suas limitações. Por essa razão, considera que a ciência passa a rever seus conceitos, a exemplo de ter que reconhecer a impossibilidade de separar as observações do investigador de seu objeto de investigação. Nessa relação íntima que mistura pesquisador e sua produção científica, toma lugar a tradicional exigência de neutralidade, em que o pesquisador era considerado externo ao objeto pesquisado, ou seja, o autor é transformado por sua produção, à medida que ela vai sendo criada.

A autora também nos ensina, que o termo paradigma foi cunhado por Thomas Kuhn em seu livro “A estrutura das revoluções científicas”, escrito em 1962, pelo qual foi capaz de demonstrar as influências que esses paradigmas exercem sobre nossas percepções e ações, deixando claro para ela, que possuem o poder de definir o jeito correto e único de pensarmos e realizarmos o que precisamos. Neste sentido, os paradigmas, nos acompanham em todos os momentos de nossa vida e direcionam nosso olhar isolando ou excluindo os dados que os contrariam, focalizando nossa atenção, permitindo ou não nossa observação de detalhes.

Assim, quando temos a certeza de algo é porque o estamos enxergando apenas de forma única. Ficamos paralisados quanto a uma diversidade de soluções que poderiam ter se apresentado, mas não fomos capazes de acessar em razão de nossa inflexibilidade, não há qualquer sombra de dúvidas em nosso pensamento diante dessas situações. Por outro lado, a autora acredita que, se formos corajosos e flexíveis, aguentaremos as incertezas de visões diferentes à nossa certeza, e então, se quisermos, podemos mudar nossos paradigmas e ver o mundo de forma mais ampla e diversa, mesmo que menos previsível.

Para a mesma autora, não é tão fácil mudar nossos paradigmas, pois existe uma organização pré-concebida que governa nossos pensamentos e só permite que nosso sistema nervoso registre estímulos que tenham significados para nós. Sem que tenhamos consciência, a lógica de nossos paradigmas comanda nossos discursos e escolhe o que será significativo ou não, e assim teremos acesso e veremos ou nos será negado o acesso, e consequentemente, ficará invisível a nossa percepção.

Desse jeito, para a autora mudar paradigmas é um processo lento, no qual as pessoas se sentem confusas, cujas ideias precisam ser reordenadas em novas premissas, exigindo um trabalho mental que pode ser doloroso em vivências de busca de novas evidências que experimentamos nesse processo. Ela sugere que podemos ver os paradigmas como uma base de crenças e os valores, experimentados pelo pesquisador, seu objeto de pesquisa, bem como a comunidade científica a qual pertença.

Entre os pensamentos teóricos e metodológicos disponíveis aos pesquisadores, dentro dos novos paradigmas da ciência, escolhemos o construcionismo social, por sua característica de valorizar num mesmo nível as múltiplas formas de conhecimento, incluindo uma ampla variedade de pensamentos que pode fornecer sentidos a atividades colaborativas partindo de diferentes comunidades. (GERGEN, 2010).

Para o autor, partindo de ideias bastante simples de que o mundo que observamos é criado a partir de diferentes perspectivas ou posicionamento que fazemos, sempre baseadas em tradições aceitas por um grupo de pessoas, assim, não existindo nada real a priori, a realidade vai sendo construída dentro de paradigmas aceitos e repassados as novas gerações podendo ser modificados ao longo do tempo. Quando falamos que alguém morreu, ele exemplifica, estamos provavelmente nos referindo a uma perspectiva biológica, mas se pensarmos pela religiosa, a morte pode existir numa visão de realidade bem diferente.

Vale destacar que ele ainda considera que o princípio de que regras disciplinares desenham e determinam nossos comportamentos, identificando-o como comportamento dentro de nossas possibilidades de ser, simultaneamente nos cega para outras formas de ser consideradas como negativas, intoleráveis ou mesmo repugnantes.

Essas construções de mundo, para Gergen (2010), acontecem a partir de nossa comunicação com o outro, e as utilizamos para sustentar tradições que garantam a previsibilidade do que está por vir. Esse processo nos poupa do trabalho de questionar tudo o que vemos a cada momento, principalmente no que consideramos familiar e óbvio, o que facilita acessarmos ações positivas do passado que nos direcione a um futuro de sucesso.

Logo, enquanto não nega que estamos presos de alguma forma a tradição, o construcionismo nos convida a conversar com novas e variadas vozes, e questionando criticamente obviedades cotidianas. Esses questionamentos devem abrir possibilidades de acesso a soluções novas, para problemas antigos, como os que estamos debruçados em nossa pesquisa, além de permitir a identificação de habilidades positivas, capazes de mudar a forma de indivíduos se colocarem no mundo, visto que considerar e valorizar a importância dos significados compartilhados como base para configurar novas formas de ação e oferecer

possibilidades mais variadas de lidar com discursos de déficit, considerando que o que é importante, e falta apoio de amigos, família, ou apenas tempo para superarem suas perdas (GERGEN, 2010).

McNamee (2017), por outro lado, ressalta a importância de uma postura reflexiva do pesquisador sobre suas próprias convicções, dentro do construcionismo social sempre buscando qual seria a melhor forma de proceder dentro das situações que se apresentam, visto tratar-se de um processo que envolve transformações mútuas do pesquisador e do pesquisado, o que torna a escolha metodológica trazendo consigo uma variedade de questões, tais como a forma de pesquisar que se adequem mais aos participantes ou a forma de ser do pesquisador.

Para a autora, ainda a pesquisa construcionista é preocupada com o movimento prático a ser empreendido, dando atenção especial ao que é local e às mudanças suaves que possam ser detectadas durante os diálogos que confeccionam discursos, sendo uma pesquisa intervenção, sempre atenta ao que possa ser evidenciado com consequências generativas que produzam novas possibilidades de ser aos participantes.

Para tal, considera que toda ação, além de situada, é contingente, e, dessa forma, o conhecimento paulatinamente será construído por aquilo que todos os que participarem da pesquisa forem construindo. Dentro dessa perspectiva, o método científico, como todas as formas de orientação, incluindo experiências anteriores e outros produtos de comunidades discursivas especializadas ou que possam emergir durante o processo da pesquisa, são válidos como parte de reflexões que possam enriquecer pontos de vista em torno do tema da pesquisa.

Enquanto Grandesso (2000) considera como um foco central dentro do processo metodológico a constituição de diálogos que se balizam por sistemas linguísticos narrativos conversacionais, históricos e culturais, devemos abrir um diálogo valorizando o conhecimento edificado por equipes ou indivíduos, dando voz às pessoas que lidam diariamente com jovens e que conhecem as direções a serem tomadas para melhorar a efetividade da ajuda a esses indivíduos.

A autora compreende as narrativas como ficções textuais construídas socialmente, coerentes com convenções e pontos de vista dos sujeitos envolvidos, sobre as quais buscamos significados emergentes que possam trazer esperanças de novas formas de estarno mundo.

Para Shotter (1998), a pesquisa científica acontece como fruto de um processo de construção de impressões conjuntas, sendo preciso abandonar formas tradicionais que buscam padrões repetitivos, pois não permitem valorizar momentos de exceção dentro do diálogo, que, além de conter o novo, comporta diversas vozes que ampliam possibilidades de ações conjuntas. Sem um final, essas ações conjuntas, constituídas em fluxos conversacionais,

fundem-se e dão seguimento às novas formas de ações.

4.1 Complexidade, Morin e o método

Morin (2006) concebe a sociedade como um todo organizado, constituído por partes capazes de produzir diferentes atributos que não o fazem de forma isolada, a exemplo da cultura, da linguagem, das regras e das leis, sendo essas propriedades adquiridas pelas partes enquanto todo, que agem retroativamente sobre as pessoas proporcionando sua condição humana. As partes não agem separadamente, pois sua estrutura não pode ser desconecta do todo ao qual pertence, a menos que percam sua essência ou sentido. O que significa reconhecer que não apenas a parte está no interior do todo, mas que cada parte possui a presença do todo, desde a origem, ou seja, não meramente fazemos parte do interior de nossa sociedade, porém ela está presente dentro de nós desde o nosso nascimento.

Assim como o mundo ou a sociedade estão presentes no interior de nossa mente, estes também estão no interior do mundo. Essa presença do todo em nossa mente, segundo o autor, é impressa desde que nascemos através da educação dentro da família, da escola e da universidade. Dessa forma, para produzirmos um conhecimento que impeça a negação de dissimulações reducionistas oferecidas pelo conhecimento científico clássico, precisamos conseguir ligar as partes a contextos mais amplos. O conhecimento fragmentário deve aceitar a confusão e a incerteza como sinais precursores dessa complexidade. Não se sujeitando à tradição ocidental, que tem o vício de separar para particularizar e só então compreender, processo esse que acaba por separar o sujeito do conhecimento de seu objeto de estudo, além de criar dificuldades no estabelecimento de conexões. As ligações não podem ser perdidas enquanto separamos os elementos, pois unir é fundamental para podermos lidar com a complexidade. (MORIN, 2006).

O autor expõe o método e explica a complexidade de vivermos em sociedades formadas por pessoas ou grupos de extrema autonomia, e, por esse motivo, deixam de interagir e se veem frente a limites como a desordem e a falta de liberdade.

Antes da cientificidade tradicional, privilegiamos a ética contida no método. Segundo Morin (2006), apesar da coesão de uma sociedade poder ser mantida por medidas autoritárias, a única forma de preservar nossa liberdade é compartilharmos sentimentos de pertencimento a uma comunidade e preservar a solidariedade no interior de cada um.

Vista sob a ótica proposta por esse autor, a realidade acontece como um entrelaçamento de elementos que aprendemos a separar para compreender, tirando-os de seu

contexto original, o que dificulta a imagem do todo mais compreensível.

Esse modo de “separar para compreender”, dificulta o estabelecimento de relações, pois as unidades que foram separadas perdem seu encaixe com o todo. A partir disso, o autor sugere um ensino que possa ir conectando os elementos, ao mesmo tempo em que são separados, de modo que essa forma de aprender exige uma sociedade complexa na qual sua força de atração advenha de vivências de solidariedade como forma de preservar a liberdade.

4.2 Outros pensamentos teóricos que influenciam a prática em nossa pesquisa

White e Epston (2010) ressaltam a importância de uma prática psicológica mais preocupada com o efeito que exercem sobre seus pacientes, e chamam atenção para a manutenção de discursos sociais marginalizantes presentes nas práticas psicológicas tradicionais. Preocupados com a ética do fazer psicológico, os autores preferem uma posição mais crítica e política, preocupada com a influência perniciosa do contexto vivido por pacientes que não fazem parte da norma vigente, que se mantém em consultórios tradicionais. E propõem conceitos novos que levam em consideração nossa impossibilidade de acesso direto à realidade levando-nos a uma ação interpretativa para acessá-la, o que implica em uma compreensão do significado restrita a seu “contexto receptor”.

Essa condição explicaria que a rede de suposições, ou pré-concepções, que guiam nossa percepção é aprendida, então nos foi ensinada e a construímos ao longo de nossa existência, a partir das relações que experimentamos nesse caminho que trilhamos. Essas percepções estão sempre em movimento, podendo ser modificadas conforme ocorram novos aprendizados, tornam-se intercambiáveis e única fonte de esperança para os novos tempos a serem vividos, em companhia de outros em nosso auxílio.

Em outro momento, White e Epston (2010), chamam a atenção a uma dimensão temporal importante em nossa percepção: nossos órgãos do sentido só podem detectar diferenças, e estas devem apresentar-se (ou codificar-se) como o que chamaram de uma “notícia de uma diferença”, ou seja, acontecimentos precisam se modificar ao longo do tempo para serem percebidos. Temos que observá-los certo tempo para que a diferença aconteça e só então seremos capazes de percebermos as mudanças. E considera que toda formulação que seja capaz de confeccionar uma analogia de significado é uma interpretação e estará vinculada à visão que temos do mundo que nos cerca.

Perceber, reconhecer e valorizar as mudanças que conquistaram é um recurso de

estratégia preventiva fundamental para apoiar as novas conquistas realizadas por esses jovens que fazem parte de nossa pesquisa; fiquem esquecidos dentro das instituições responsáveis pelas MSE é uma condição que não contribui para que desistam de continuar cometendo atos infracionais.

White e Epston (2010) ainda esclarecem que as atribuições de significados que damos aos fatos são importantes de serem reconhecidos por nós, pois os fatos não perduram no tempo, apenas os significados que lhe foram atribuídos têm essa possibilidade. E garantem que num esforço de dar um sentido a si mesmo e a suas vidas, as pessoas precisam traçar uma sequência linear no tempo dos eventos pelos quais passaram. Para realizar esse ordenamento temporal, incluem ou excluem eventos (visto a impossibilidade de enumerar a todos, pois são muitos).

Ao pensarmos sobre nossas fala, podemos ponderar que quando alguém fala de si ou de algum fato, certamente essa narrativa sofreu um crivo de inclusão e exclusão, dependendo de como quer que seja a imagem de si (como vítima, por exemplo, só se inclui eventos que colaboram com a demonstração de injustiças que sofre ou sofreu). Os autores asseguram que para se manter contínuas imagens de si mesmo, é preciso rotineiramente excluir da mente eventos que a contradigam. Essa escolha coerente do discurso dos entrevistados foi observada por nós, e sentimos o esforço que esses rapazes e moças têm feito para valorizarem suas mudanças. Certamente, só são capazes de fazer isso a partir de significados novos que criaram, através dos eventos que os levaram a ter problemas com a justiça. Com certeza, nesse ponto, podemos compreender a importância que as relações possuem ao compartilharem significados novos, e, nesse sentido, a importância que terão em qualquer estratégia que busquemos para enfrentar problemas como a reincidência de jovens em de atos infracionais.

Não podemos deixar de considerar a confecção de significados ligados à masculinidade, o que não diminui em nada o trabalho a ser realizado com as moças ou mulheres, pois, como vimos, esses significados são relacionais no compartilhamento de ideias e, apesar da ação final ser observada nos jovens do gênero masculino, todos estamos implicados na manutenção desses significados pouco saudáveis em nossa sociedade, a exemplo dos altos índices de feminicídios.

Mas não são apenas a significação de fatos passados que pressionam nossas narrativas. A antecipação de eventos futuros também é importante no fornecimento de significados e podem, segundo os autores, mudar nossa percepção do presente de rupturas e desorganizações, introduzindo significações que haviam sido negadas ao longo do tempo, as quais fortalecem, e dão ideia de resistência. Consequentemente novas narrativas dos relatos

aparecem. (WHITE e EPSTON 2010).

Podemos pensar em programas públicos que forneçam significações novas, capazes de promover esperança de futuros um pouco mais promissores do que oferecemos hoje. A vantagem que temos nos momentos difíceis pelos quais estamos passando, quando notícias vinculadas a tantos escândalos de corrupção, talvez seja que apenas se manter como um jovem honesto, represente nos dias de hoje uma forma de resistência.

É necessário adequar suas instituições à contemporaneidade, reciclar seus modos de prestar serviços em atendimento aos jovens. White e Epston (2010) colaboram com os pensamentos propostos por Foucault, ao incluir poder e conhecimento, como elementos constitutivos que configuram nossas vidas e nossas relações. Determinam com verdades normalizadoras, impressões de nossa “natureza humana”, pois essas verdades produzem uma especificidade na sexualidade e na vida de cada um de nós. Tais pensamentos consideram uma rede de poder/conhecimento a qual estamos imersos num processo contínuo, e dentro da qual submetemos nossos corpos, e conseqüentemente, nossas ações.

Os autores ainda destacam que a linguagem configura nosso conhecimento do mundo, incluindo a nós mesmos nos discursos de “verdades” trazidos com ela. Novas leituras de experiências vividas, que passarão a nos descrever e a nos influenciar, devem vir a partir de reflexões compartilhadas e com objetivos de uma vida melhor. Nossas crenças estão amparadas por um conhecimento individual submetido a uma ideologia dominante que pode ser questionada em busca de ideologias alternativas, que sejam portadoras de novas crenças sobre nós mesmos e nas relações que somos capazes de estabelecer.

Ficam compreensíveis as modificações de comportamentos e de hábitos narrados por nossos entrevistados, que se fundamentaram em reflexões que estabeleceram, inclusive com os técnicos das instituições com os quais tiveram contato durante o processo de cumprimento de suas medidas. Conhecimentos que deveriam estar contemplados nos discursos gerados dentro das instituições públicas, que envolvem o apoio a esses jovens, bem como às famílias de origem, novas famílias e a comunidade de forma geral, que deveriam rever suas próprias verdades e tomar ciência do grau de influência que suas relações possuem no comportamento social produzido ao seu redor.

Na crise moral, na qual nosso país está imerso, temos a oportunidade de refletir sobre a ideologia dominante a qual estamos submetidos, e, a partir de nossas relações com as instituições públicas e privadas, construir crenças mais salutares, que possibilitem futuros mais promissores para os jovens e para nós.

Assim como um grande número de pais que não querem se convencer da influência que

suas relações exercem sobre o comportamento de seus filhos, boa parte da sociedade, a que chamamos de formadores de opinião, não reconhece seu envolvimento direto nas estatísticas crescentes de violência em nosso país, e em sua grande maioria, ligados a indivíduos vulneráveis e jovens.

A prática narrativa tem trazido contribuições com ideias simples e originais como afirmar que o problema não é a pessoa, pois esta é maior do que qualquer problema que esteja vivendo. Permite separar o indivíduo da tribulação, ou externalizar, dar ao paciente distanciamento e novas perspectivas de seu problema. Além de permitir que surjam novos posicionamentos diminuindo a culpa e o sofrimento, possibilitando maior reflexão sobre o problema, valorizar sempre habilidades que o paciente teve para ultrapassar momentos difíceis e seguir com sua vida. Os autores procuram ser originais em cada atendimento, identificando eventos únicos propostos pela técnica, momento em que o problema é pouco evidente, logo deve ser direcionado ao contexto que contribuiu para minorá-los. Desta forma, os autores propõem que se cultivem os hábitos para que eles sejam ainda menos frequentes, deixando de trazer prejuízo significativo ao indivíduo ou família.

É essencial ressaltar a importância que as narrativas dão aos conhecimentos locais e culturais, muitas vezes aprisionando o sujeito sem que perceba, a exemplo das crenças relativas a gênero e todo um repertório de comportamentos considerados naturais para homens e mulheres, mesmo que estes não contribuam para seu bem estar ou da família e da comunidade a qual pertença. Os problemas passam a ser dissipados com diálogos reflexivos, capazes de reconhecer influências externas ou apenas apelos de uma cultura tradicional machista e hegemônica.

Os autores narrativos utilizam muitas vezes o construcionismo social e sua capacidade para exercer um papel importante de modificação profunda no que pensamos a respeito do mundo e sobre nós mesmos, com vistas a nos remeter a novas formas de ação.

Para Gergen (2010), a realidade é o resultado de tradições socioculturais, que partem de representações culturais obtidas e transmitidas, através da linguagem. Desse jeito, permite possibilidades de construção de mundos diferentes, capazes de obstruir problemas graves, que persistem nas sociedades a um longo período de tempo, a exemplo de preconceitos como os de gênero e étnicos, implicados nas mais variadas formas de injustiças sociais. O autor descreve a influência que os jogos de linguagem, a que todos estamos submetidos, dentro de convenções locais, embutidas dentro de palavras que compartilhamos, indicando a forma de vida que devemos “escolher”. Esses padrões veiculados pelas palavras estarão sempre imbricados com verdades morais provenientes de tradições de valores, a exemplo de ações

individualistas que poderiam se abrir sob formas múltiplas de cooperativismo.

Assim os construcionistas investigam valores particulares sustentados por quais tradições estão abafando vozes. E ainda descrevem que as relações se constituem como base nas relações que o indivíduo estabelece, e não a pessoa isolada. O que leva a proposição de que os significados residem nos indivíduos que se relacionam, e, para ser efetivo, o significado exige ação complementar (respostas entre os que se relacionam) para serem produzidos.

A ideia mais importante para nós, fornecida por Gergen (2010), no contexto do presente estudo, diz respeito à reconstrução do mundo mental, no qual o mundo privado, que é uma mente relacional, nasce de sentimentos e memórias compartilhadas em relações. Essa mente partilhada pode desestabilizar tradições individualistas e transformar nossas mais profundas intimidades, ou mesmo instituições como escola ou justiça, passando a fundamentar suas ações em processos que valorizem mais as relações e o que elas podem contribuir dentro do fluxo de ações coordenadas para a superação de problemas. Nosso EU relacional, dentro dessa perspectiva, passaria a existir e ser constituído no cerne de nossas relações com os outros, e não solitariamente como o pensamento tradicional.

CAPÍTULO 5 - METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

A escolha da Metodologia Qualitativa se deve ao reconhecimento da presença da complexidade e multiplicidade da realidade que cerca o fenômeno que escolhemos para estudar e que se apresenta como única saída ética para não perdermos de vista a unidade sujeito/indivíduo, bem como procurar mantê-lo inserido ao todo real que rodeia a todos nós brasileiros nesse momento histórico e promissor em que vivemos.

A perspectiva de ir do indivíduo ao todo e de vir desse todo em direção ao indivíduo, permitiria nosso cuidado de confeccionar um tipo de interpretação e análise que privilegiasse uma ética de tratamento de nossa pesquisa, sempre tentando privilegiar e ser fiel à fala das pessoas especiais que conseguimos contatar e trazer para a pesquisa.

Concordamos com Pádua (2021) quanto às dimensões a serem mantidas quando nos enveredamos pelo caminho da Complexidade e escolhemos o Estudo de Casos como estratégia de procedimento, que seria de uma contextualização capaz de manter a multiplicidade de olhares integrativos, apesar da imprevisibilidade que se apresenta no desenrolar de nossa coleta e análise dos dados.

Desta forma, procuramos seguir os fundamentos colaborativos levantados por Kublikowski (2018), no que se refere à explicitação minuciosa dos preceitos teóricos que impulsionaram nossas ações investigativas, de forma cuidadosa e consistente na busca dos dados e posterior análise. Nossa intensão era satisfazer as condições de sustentação do nosso estudo de caso, bem como da consequente validação dos resultados que obtivemos.

Fomos guiados, em nosso posicionamento teórico, por paradigmas de construção de realidade apresentados por Morin (2006), de que apenas buscando a superação de problemas, conseguiremos lutar contra a tendência de desintegração, característica dos fenômenos complexos, serviu como apoio e alento, pois em vários momentos do estudo nos deparamos com os determinismos manipuláveis impostos pela separação de sujeito e objeto, que tornam invisíveis nossos pesquisados e que dificultaram o encontro direto com os sujeitos da pesquisa.

A estratégica do estudo de casos sustenta-se na necessidade de buscarmos múltiplas evidências como única possibilidade de compreensão do fenômeno estudado, e permitiu a complementação por vozes não menos invisibilizadas dos técnicos jovens, estudiosos e comprometidos com número enorme de jovens que frequentam os CREAS de nossa cidade.

Por outro lado, para Creswell (2010), a metodologia qualitativa possui características de privilegiar um ambiente natural de variadas formas de coleta de dados, que são interativas

estabelecem harmonia e credibilidade com as pessoas pesquisadas. Para o autor, uma parte considerável dos dados nesse tipo de pesquisa surge durante o próprio estudo, podendo mudar e refinar a pesquisa durante o processo de coleta, se adequando às novas situações.

Além da pesquisa qualitativa ser fundamentalmente interpretativa, ou seja, ela surge da interpretação que o pesquisador faz reconhecendo vieses que ele próprio traz e a partir de reflexões sistemáticas de quem ele é na pesquisa, adota estratégias de investigação que incluem suas experiências na direção de conquistar uma visão ampla e abrangente dos fenômenos.

Enfim, a metodologia qualitativa foi escolhida por nós, principalmente por criar um ambiente ético capaz de valorizar e dar visibilidade à experiência de nossos pesquisados.

A realização desta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP sob o número do Parecer 3495600.

5.1 Delineamento da pesquisa

Escolhemos recursos estratégicos do Estudo de Casos Múltiplos.

5.2 Instrumento de coleta de dados

Realizamos entrevistas semi-estruturadas para possibilitar maior conforto e liberdade de expressão aos pesquisados.

Ao início das entrevistas, pedimos que descrevessem o que consideravam importante para mudança de comportamento e não reincidirem em seus problemas com a justiça, acrescentamos ainda que pudessem falar um pouco das mudanças de pensamentos e comportamentos durante e depois de enfrentar e cumprir os processos de medidas socioeducativas.

Caso fosse de sua vontade, poderiam descrever como ocorreu o evento que originou sua entrada aos procedimentos das MSE, mas não era necessário que falassem.

Iniciamos todas as entrevistas agradecendo pela participação e solicitando que descrevessem um pouco de sua história de vida, fizemos questão de demonstrarmos a admiração que sentíamos por estarmos na presença de uma pessoa que conseguiu o que muitos jovens envolvidos com a contravenção gostariam de conquistar. E afirmamos que encerraríamos a entrevista assim que eles determinassem, a qualquer momento.

5.3 Participantes de entrevistas individuais

Realizamos 12 entrevistas com indivíduos maiores de 18 anos e que passaram por MSE, há pelo menos três anos, e não tiveram ocorrência por problemas com a justiça durante esse tempo.

5.4 Narrativas grupais coletadas

Coletamos opiniões dos profissionais a partir de três encontros realizados com cada um dos CREAS de nossa cidade. Reuniões que incluíram Psicólogos, Assistentes Sociais e advogados responsáveis pela aplicação das MSE.

As reuniões com os profissionais que executam MSE em nosso município serviram para contextualização do trabalho que é realizado, além de possíveis entraves nas intervenções realizadas com os jovens que cumprem MSE, em particular sobre questões ligadas à reincidência que acrescentariam novas perspectivas ao nosso trabalho.

Reunimo-nos em cada instituição permitindo que os profissionais falassem livremente sobre três aspectos: como era o trabalho que faziam, quais as dificuldades relativas a esse trabalho, bem como, as mudanças que consideravam importantes de serem disponibilizadas para superá-las.

5.5 Procedimento

Para fazer frente aos objetivos de nossa pesquisa, buscamos dialogar com parceiros de nosso instituto, visando encontrar participantes que preenchessem os requisitos da pesquisa: jovens que completaram sua maioridade legal, cumpriram MSE e encontravam-se há pelo menos três anos distantes de problemas com a justiça, ou seja, sem reincidir em atos infracionais.

Esse processo nos permitiu uma maior aproximação com as instituições parceiras ligadas às MSE, as quais procuramos somar experiências anteriores de atendimentos aos jovens que frequentaram nosso instituto.

Contamos com o auxílio imprescindível para a concretização da pesquisa, de todo o grupo de colegas do IKMC com ideias, discussões, correções para apresentação entre outros, movimento fundamental ao prosseguimento de nosso trabalho, principalmente servindo como apoio às inúmeras frustrações vividas desde o início.

Foi possível constatar pelo árduo percurso de localização de indivíduos que cumprissem os requisitos da pesquisa a pouca valorização, ou mesmo a falta de visibilidade que recebem das instituições, desperdiçando um conhecimento que poderia servir de modelo para outros jovens que não conseguem parar de cometer atos ilícitos e não se afastam dos caminhos para reincidência.

As dificuldades que enfrentamos para identificar e entrar em contato com os possíveis pesquisados não nos impediram de persistir, principalmente por sabermos que encontraríamos pessoas especiais, considerando que possuíam um conhecimento de superação a ser reconhecido e propagado. Eles deveriam obedecer aos critérios necessários para a participação na pesquisa: ter 18 anos, não ter reincidido no período de aproximadamente três anos, ter cometido ato infracional antes dos 18 anos e já ter cumprido as MSE sob qualquer tipo de regime, ou seja, em meio aberto (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à sociedade ou liberdade assistida), semiliberdade ou internação. Buscamos informações sobre os indivíduos pesquisados que comprovassem ausência de problemas com a justiça por um período de aproximada

Iniciamos a busca por esses jovens com as instituições envolvidas no processo de MSE em nossa cidade através de agendamento com o juiz da Vara da Infância e Juventude. No dia 17 de julho de 2017, fez um pequeno relato sobre algumas questões judiciais que ocorrem na rotina de elaboração das medidas socioeducativas, bem como sobre as dificuldades que teríamos em obter informações atualizadas de contatos com jovens que cumpriram algum tipo de MSE, visto que não possuíam registros atualizados. Como não estão em reincidências, a justiça não tem interesse em manter a atualização de dados, sugeriu que seria mais fácil se nossa pesquisa fosse entrevistar reincidentes, pois seus dados estariam no sistema informatizado da vara. Admite não possuírem compilações estatísticas que informassem os percentuais de jovens que reincidiam em atos de contravenção e retornavam a instancias judiciais, mas que acreditava ser pequeno o número dos reincidentes.

No final desse encontro o juiz considera a importância de manter contato com os egressos, porém esse tipo de acompanhamento não estava previsto no processo de MSE. Observamos um volume bastante intenso de trabalho pela Vara, muitas ligações e papéis sobre as mesas.

Com as dificuldades para a obtenção dos contatos através vara, fomos orientados de que poderíamos conseguir informações mais atualizadas na instituição responsável pela execução das MSE de nosso município, nos CREAS, coordenados pela Secretaria municipal de Assistência Social.

Mesmo com essas ressalvas, o juiz se comprometeu a buscar o contato de vinte indivíduos que apresentassem as condições citadas anteriormente, e necessárias à pesquisa para agilizar o início. É importante frisar que recebemos prontamente ajuda de todas as pessoas que trabalhavam na vara, incluindo o juiz, sem maquiar ou tentar dissuadir de nossos interesses de pesquisa, foram bem parceiros. Tendo em vista as dificuldades de contato telefônico com esses primeiros 20 nomes, fornecidos pelo juiz, nos reunimos com a Defensora Pública de nosso Estado que nos concedeu uma lista com mais 15 indivíduos que cumpriram medidas socioeducativas e utilizavam o trabalho da defensoria.

Ao analisarmos os resultados dessa primeira busca de participantes para a pesquisa, constatamos que apenas três jovens se prontificaram a serem entrevistados, de um total de 35 contatos oferecidos pela Defensoria e pela Vara da Infância e da Juventude. O quadro 1 apresenta o trabalho inicial que tivemos para fazer contato com os possíveis participantes de nossa pesquisa.

Quadro 1 - Busca dos possíveis participante da pesquisa 30/07/2017

Nome	Tentativas de contatos telefônicos com os jovens pesquisados	Justificativa por não inclusão no trabalho
B. B. A. C.	3 dias, 4 tentativas	O número pertence ao pai, que disse ter perdido o contato com o filho.
C. G. S.	2 dias, 4 tentativas	O número está indisponível.
D. V. S. A.	3 dias, 4 tentativas	Na quarta tentativa o pai disse ter perdido o contato com o filho.
D. S. C.	2 dias, 4 tentativas	O número estava indisponível.
E. C. A. M.	Sem tentativas	Não havia número para contato.
J. N. N.	Sem tentativas	Não havia número para contato.
J. T. A. L.	2 dias, 4 tentativas	O número foi encaminhado para caixa de mensagem.
K. F. P. S.	1 dia, 1 tentativa	O número pertence a outra pessoa.
M. C. C.	1 dia, 1 tentativa	O número pertence a outra pessoa.
R. S. M.	Sem tentativas	Não havia número para contato.
R. M. S.	Sem tentativas	Não havia número para contato.
R. B. G.	Sem tentativas	Não havia número para contato.
T. F. O.	2 dias, 4 tentativas	O número estava indisponível.

Fonte: Fonte Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

Diante desses dados, apuramos que as referidas instituições não sabiam o que acontecia com esses indivíduos depois que cumpriram as medidas, e conseqüentemente, não avaliaram a eficiência da execução destas sobre os jovens. Fizemos nova tentativa de acessar o juiz da Vara da Infância e da Juventude e sua assessoria admitiu ter problemas com o fornecimento dessa lista, porém se dedicaria no mês seguinte, fevereiro de 2019, e elaboraria uma nova lista de contatos e nos entregaria por e-mail.

Quando requisitamos a relação na data acima mencionada, a assessora nos informou que dos 100 nomes pesquisados por ela, apenas cinco não estavam presos ou com algum tipo de problema. Pedimos que nos repassasse os cinco contatos, todavia apenas um possuía telefone, os outros quatro apenas endereços, porém não conseguimos encontrá-los.

Toda essa dificuldade de acesso aos possíveis participantes, nos mostrou o distanciamento das instituições envolvidas com os indivíduos que, de fato, usaram as medidas corretamente, sendo que, o registro de quem continua descumprindo a lei, fica atualizado pelas reincidências.

Direcionamo-nos então à Secretaria Municipal de Assistência Social para tentar conseguir mais contatos e não obtivemos sucesso, mesmo explicando nossa intenção e compromisso no cumprimento de todas as regras éticas necessárias à utilização dos dados de pesquisa, além de informarmos de que estávamos submetidos às regras do Comitê de Ética da PUC/SP (e sob supervisão da Dra. Rosa Macedo). A negativa expedida pelo jurídico da SAS do município encontra-se em anexo ao final da pesquisa.

Em maio de 2019, estávamos com apenas três entrevistados e nossa meta eram doze. Entramos em contato com instituições em outra cidade de menor porte, a 200 quilômetros da nossa, pois tínhamos a informação da parceria entre a Vara da Infância e da Adolescência daquela cidade com sua Secretaria Municipal de Assistência Social, que estariam executando um projeto que avaliava o cumprimento das medidas socioeducativas.

Fizemos várias tentativas de contato telefônico, bem como por ofícios, mas a mudança de juiz e dos coordenadores da SAS nos desestimularam a continuar na direção de busca de 12 jovens com mais de 18 anos, que cumpriram há pelo menos 3 anos, medidas socioeducativas em uma cidade de porte médio do centro-oeste brasileiro e não reincidiram em atos infracionais.

O trabalho de tentativa de marcação das entrevistas com os jovens se alongou por um período de dois anos. Todo esse tempo foi necessário devido à fragilidade de registros atualizados dos jovens com o perfil que procurávamos, seu distanciamento dos CREAS há mais de três anos, demonstrava um desligamento abrupto e completo entre os jovens que não são reincidentes de atos infracionais e as instituições responsáveis por sua condução e permanência no processo de cumprimento de MSE, em nossa cidade. Em face ao fracasso em obter acesso aos adolescentes apresentado anteriormente.

O Quadro 2 apresenta a continuidade em nossa busca por participantes da pesquisa.

Quadro 2 - Contatos encaminhados 30/07/2018

Nome	Tentativas de contatos telefônicos com os jovens pesquisados	Justificativa por não inclusão no trabalho
V. M. F. C.	1 dia, 1 tentativa	O número pertence a outra pessoa.
G. C. G.	2 dias, 4 tentativas	O número estava indisponível.
W. O. L.	1 dia, 1 tentativa	Disse não ter interesse, pois atualmente não reside em Campo Grande, MS.
J. P. O. F.	2 dias, 4 tentativas	O número estava indisponível.
M. A. L. N.	2 dias, 4 tentativas	O número estava indisponível.
M. S. O.	3 dias, 3 tentativas	Relatou não poder participar, devido ao seu horário de trabalho.

Fonte de Encaminhamento: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul

Dessa forma, observamos que justiça e assistência não possuíam um trabalho instituído com objetivo de prevenir reincidências pelos adolescentes. Muito pouco é feito como estímulo efetivo a mudanças de hábitos pelos jovens, além das instituições possuírem formas de intervenção com um formato antiquado e tradicional, impeditivos de valorização dos recursos positivos que esses jovens envolvidos nas MSE poderiam fornecer a nossa cidade.

Apesar das tentativas diárias dos técnicos (psicólogos, assistentes sociais e advogados) que possuem contato direto com os jovens, e com perspectivas bem diferentes das instituições as quais pertencem, sendo pessoas que valorizam os jovens, e muitas vezes suas vozes não encontram eco dentro dos paradigmas ultrapassados das instituições.

Conseguimos reverter essa negativa da coordenação do SAS por determinação do juiz, que em ofício, pediu que os contatos fossem liberados. Sendo assim, além da secretaria referida fornecer os contatos dos jovens, permitiu que seus técnicos, participassem complementando nossos dados. Apenas um dos CREAS disponibilizava as informações de que necessitávamos.

Recebidas as listas, verificamos inicialmente se os jovens reincidiram a novos processos penais após completarem 18 anos. Produzimos uma busca processual por meio do site do Tribunal de Justiça de nosso estado².

Durante a consulta, foi possível identificar se havia processos penais de 1º grau relacionados a algum nome que constava em nossa lista, ou seja, processos que estão em andamento na justiça e que ainda não obtiveram sentença do juiz.

Processos já arquivados ou que ocorrem em segredo de justiça, como no caso de

² PODER JUDICIÁRIO – TRIBUNAL DE JUSTICA DO MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: https://www.tjms.jus.br/consultas/processos_links.php. Acesso em: 20 mai 2017; 02 nov. 2018 e 07 jun. 2019.

crimes contra a dignidade e sexual, não constaram na pesquisa, pois só podem ser consultados mediante o número do processo.

Telefonicamente combinávamos o horário e a forma mais confortável para entrevistar cada participante – alguns preferiram em sua residência, outros no próprio local de trabalho; apenas um jovem que entrevistamos não pôde ser incluído na pesquisa, pois não havia nos informado que ainda estava cumprindo sua MSE em meio aberto, justificou que não falou pelo telefone, porque queria conversar com um psicólogo, auto avaliava-se, muito ansioso e ficava com muita raiva das pessoas, preferindo se isolar em trabalhos com animais, mas que desejava mudar seus comportamentos.

Os encontros aconteceram, em sua maioria, em bairros bem distantes do centro da cidade, o que fez com que gastássemos, em média, de quarenta minutos a uma hora para chegarmos ao local combinado (nem sempre fáceis de serem encontrados).

De forma geral, os jovens eram convidados a falar seu nome inicialmente, idade e a quanto tempo havia ocorrido o evento que os levou a cumprir algum tipo de MSE.

As entrevistas duraram em média 20 a 40 minutos, dependendo da disponibilidade e interesse dos entrevistados em narrar fatos que consideraram importantes, para seu atual estilo de vida.

Alguns tinham tempo e demonstraram interesse em relatar as lembranças de eventos ligados ao cumprimento das medidas socioeducativas, para outros as lembranças eram desconfortáveis, então encerrava-se mais rápido nosso encontro.

Apesar de nosso interesse, a conversa era encerrada para garantir a conveniência dos participantes. Todas as entrevistas foram registradas em áudio mantendo-se a privacidade dos encontros. Nos locais próximos ao trabalho, nos mantínhamos afastados de outras pessoas, buscamos um local que pudéssemos conversar sem que ninguém ouvisse e sem interrupções.

5.6 Encontro com os técnicos dos 3 CREAS

A reunião com os profissionais que executam MSE em nosso município serviria para expor suas opiniões sobre o trabalho que realizavam, bem como identificarem entraves nas intervenções ocorridas com os jovens que cumprem MSE, em particular sobre questões ligadas à reincidência que acrescentariam novas perspectivas ao nosso trabalho. Reunimo-nos em cada instituição com os advogados, psicólogos e assistentes sociais que falaram livremente sobre três aspectos: como era o trabalho que faziam, quais as dificuldades relativas a esse

trabalho e o que consideravam importante para minimizá-las. Essas entrevistas foram realizadas após a conclusão do contato que tivemos com os jovens.

5.7 Dados de pesquisa coletados

Os dados de pesquisa serão apresentados em duas formas para permitir o encontro com cada um dos doze sujeitos, entrevistados separadamente, e em um segundo momento exporemos um quadro com a síntese de suas narrativas, oportunizando maior facilidade em acessar o todo e contextualizar a multiplicidade de casos.

Ao dedicarmos essa primeira etapa à apresentação dos dados, sabemos que apesar da intenção de manter nosso objeto colado ao sujeito, existe uma impossibilidade prática de conseguirmos apresentar estes sujeitos em sua complexidade, por isso optamos por uma redução que contivesse o impacto que estes tiveram sobre nós como pesquisadores, tentando compreendê-los a partir do que sentimos em sua presença corporificada e brilhante.

- Narrativa do primeiro participante da pesquisa

Chegamos ao local escolhido por ele e nos deparamos com um sujeito alto, claro e forte fisicamente. Sua casa também é o local de trabalho e sentimos inevitavelmente o aroma de doce de coco por todo lado. Cocada?

Local apertado, pois uma grande mesa de trabalho ao lado de um fogão ocupava maior parte do espaço, claro ventilado e limpo. Sentamo-nos num canto da varanda e esse jovem adulto de voz firme e clara, com um certo orgulho nos conta:

“[...] estou de 21 anos e aos 17, quando era menor, tive um “desacato à autoridade na escola” e tive problema com a justiça, que foi pago até meus 19 anos, com serviço à comunidade e que” de um tempo para cá, tive sua filha que tem 2 anos de idade e mora na chácara com os avós maternos, eu e minha esposa, que me ajuda na fabricação e venda dos doces durante a semana ficamos com ela nos fins de semana. Aí minha cabeça mudou de repente, porque não compensa né?”. Porque a pessoa vai parar e vai pensar e ficar com essas coisas na cabeça. O juiz me falou para cumprir direitinho o serviço à comunidade, e se eu fizer isso posso trabalhar registrado, que já tenho 21 anos. O que eu falo é que o certo é o que aconteceu comigo, hoje eu trabalho por conta, de vez em quando pego vendedor, pago aluguel e hoje estou bem, graças a Deus, de vez em quando vou na Igreja. Minha mulher

companheira, se fosse outra tinha levado o homem para o buraco, ela nas dificuldades dizia que vamos conseguir, que temos um futuro brilhante em nossa frente. “Uma cabeça ajuda a outra”. Tenho um irmão que tem 18 anos de idade, já tentei ajudar ele muito, fui morar longe da família que é uma coisa que é” só os dentes”, só por ligação mesmo, mas vou construir minha vida e dar uma casa para minha filha quando tiver 21 anos. Minha mãe pediu para ajudar meu irmão, achei que era dinheiro, mas não era, só você pode ajudar e o pedido de uma mãe, não tem como falar não, é uma coisa que dói no peito. Meu irmão estava preso ia sair da unidade de medida fechada, e eu falei que ele sozinho podia vir ficar comigo, de boa, pode trazer. Mas ele saiu e foi para o lado da favela atrás de uma guria, depois foi para casa da minha irmã e guria foi para casa dela, lembrando que ele ficou quase dois anos preso, ele não conhece minha filha. Brigou com a guria e passou 3 dias que tinha saído, como tem briga com o pessoal da favela que ela mora, chegou de noite, os cara passou de moto uma vez, outra vez e ele achou que não era nada, os cara passou e deu 2 tiros nele. Nesse dia não fui vender doce, minha família é meio estranha, a gente sente umas coisas, senti umas coisas na cabeça, as pernas amolece tudinho, achei que era com a mãe, quando é no peito as vezes é com a mãe, mas só fiquei sabendo no dia seguinte que era com ele. Quando ligaram até ri, porque eu também não acredito às vezes. Cheguei junto com minha mãe também que trabalha há 6 anos no mesmo lugar, e até me emocionei porque desde que minha filha nasceu, fiquei mais sentimental e danei a chorar. Ele não podia falar, falei seja forte que você vai conseguir, quis chorar. Meu irmão foi mimado demais e dava muita coisa para ele, eu prefiro apanhar do jeito que apanhei eu e minha irmã, porque fui criado pela minha vó, meus pais não tiveram condições de me criar, meu pai puxou 11 anos de cadeia, minha mãe ganhava roupa de bebê grávida de mim, meu pai ia lá e usava de droga. Às vezes eu penso, por quê? Tentei ajudar meu irmão, meu pai e no final da história eu e minha esposa ficamos na pior. Fomos visitar minha mãe e quando voltamos os ladrões tinham levado tudinho. O irmão da minha esposa é amigado com minha mãe é cunhado e padrista, pedi para procurar meu irmão, sujo e descalço e ele está assim porque minha mãe ainda mima ele, que tentou agredir minha esposa. Aprendi a fazer o doce com meu pai, que fazia dentro da cadeia, ele está com 43 anos. A vida é essa e uma só, e a diferença entre meu irmão e eu, é a mulher, a guria diz que está grávida dele. A escola foi mudando, estava melhor quando estava com minha avó, o sonho da minha mãe era morar com os 3 filhos. Mas ela não fica em um canto. Meu irmão ele tava preso, mas preocupava menos minha mãe. Falei para ele, olha como você está e como eu estou!”

Agradei pela conversa e reafirmei a admiração que sinto pelas mudanças que conseguirei realizar e está mantendo. Perguntei se gostaria de encontrar os outros participantes e ele prontamente respondeu que teria interesse. Fiquei de entrar em contato, se conseguisse combinar com os outros.

Notas da autora

Como pudemos constatar, todas as instituições que contextualizamos anteriormente se fazem presentes na primeira narrativa, o sujeito justifica a presença forte de sua história de vida familiar, sempre ligada a uma configuração desfavorável para seu desenvolvimento. Mas o que aconteceu para ele de forma bem distinta, aconteceu com seu irmão, sendo que como indivíduo, faz escolhas diferenciadas. Essas escolhas colaboram com encontros com o crime e com a justiça, que implicam em um processo de desistência muito próprio e significativo. Sentimos que ele queria mais tempo, pois demonstrava imenso prazer em apresentar suas qualidades como pai, filho, marido e irmão. Foi nossa mais extensa entrevista de pesquisa e consideramos preciosos os momentos que passamos, um modificando o outro e reiterando formas alternativas de pensar o mundo, encontro de sujeitos pesquisado e pesquisador.

- Narrativa do segundo participante da pesquisa

Chegamos a uma construção inacabada localizada em um bairro bem distante do centro de nossa cidade, percorremos mais de 60 minutos para chegarmos, após vários erros espaciais bem frequentes devido às limitações do sujeito pesquisador. Local de escolha do sujeito pesquisado, porque aos fins de semana se dedica à construção de casa própria para abrigar o futuro de sua família. Era uma manhã de sábado quando encontramos um jovem magro, claro e com o rosto um pouco endurecido, sem sorriso. Sentamo-nos a uma certa distância de sua obra/casa. Menino mais tímido começa nosso encontro dizendo que foi injustamente obrigado a cumprir as MSE:

“[...] faz 5 anos que sou casado, tenho 23 anos e com 17 anos estava em frente ao parque de exposições de nossa cidade, com mais dois colegas e os policiais chegaram e falaram que eu tinha roubado um taxi um dia antes, levaram nós para a delegacia, fiquei 5 horas preso por coisa eu não fiz, mas já que eles falaram né, aí com 19 anos paguei 3 meses de serviço comunitário, eu cumpri e graças a Deus não mexo com coisa errada, nunca fiz coisa errada. Nunca cometi esses crimes infrator que eles me acusaram, os outros 2 eu não sei. O motorista de taxi afirmou que era a gente, inclusive eu; mas eles podem falar o que for mas quem tá lá em cima é que vê, né? Quem tá aqui embaixo não vê nada, mas Deus sabe o que faz, Deus sabe de tudo? do jeito que eu era antes continuo o mesmo. Hoje tenho minha uma filha que

vai fazer 3 anos e crio dois enteados (9 e 6 anos), comprei um terreno há 3 anos, e estou construindo a minha casa. Trabalho com calhas, mas como está meio parado estou trabalhando com meu tio na pintura, na diária, não ganha muito, mas sou autônomo e não pode parar. Nasci aqui e com 12 anos minha mãe faleceu, fui morar com minha avó na chácara, estudei lá, porque não queria ficar aí vim para morar com meu pai que era pintor e me ensinou que ascoisas não são fáceis, mas não são difíceis para quem queira. Me ensinou a trabalhar, mesmo quando não morava aqui e vinha para cá, me levava para trabalhar com ele. Erapintor e hoje tem um comércio, 49 anos e ficou muito triste com essa tragédia que me aconteceu, mas depois foi vendo que era verdade, pois nunca sabemos o que passa na vida de ninguém. Não devo nada para ninguém ando de cabeça levantada na rua. O negócio de crime não compensa, caça serviço que acha. Estudar, respeitar o próximo, minha avó me ensinou ela levantava 4 horas da manhã para tirar leite, depois carpia com meu avô. Tenho um amigo que está preso, pai e mãe dele era na rédea, hoje são de maior e não querem nada da vida, se mantém por causa das drogas. Briguei com a mulher porque vi o tio fumando na esquina perto do de 9 anos, e a mãe fala que tem que deixar senão ele entra na justiça, tomei a bicicleta que dei para ele estudar na escola. Parou de ir na avó, ela tem 3 filhos fora a minha, estudam todos na mesma escola”

Agradeço pela participação e mostro minha admiração pelo cuidado que está tendo com os enteados.

Notas da autora

Minha admiração por esse sujeito é realmente imensa, mesmo se sentindo injustiçado, se mantém firme em seus valores, com pouca ajuda pública e até sendo prejudicado por ela como descreve, está comprometido em educar 4 crianças, direcionando-as ao estudo e ao distanciamento das drogas. Não sabemos o que aguarda o futuro dessas crianças, pela imprevisibilidade do desenvolvimento humano, mas estarem próximos a um padrasto cuidadoso como o que se apresenta parece um importante apoio.

- Narrativa do terceiro participante da pesquisa

Chegamos à casa bem distante, quase fora do perímetro urbano de nossa cidade, onde fizemos a entrevista mais curta de todas, um rapaz claro, forte e pouco falante nos recebe e nos acomoda a uma certa distância de sua casa de madeira, com muitos brinquedos de criança pequena espalhados, incluindo bicicletinhas e carrinhos de bebês. Começa sua história nos falando:

“[...] tenho 20 anos e cumpri o semi- aberto. Lá ficamos pensando como é ruim ficar preso longe da família e isso faz a gente mudar, a gente mesmo muda a gente, pensar na mãe no pai, na esposa, na filha. Alguns poucos amigos acham que devemos mudar, mas a maioria só atrapalha. Quero melhoria para minha filha, ela deve estudar e fazer faculdade e vou ajudar. Eu queria ficar bagunçando, muita gente tentou me ajudar, mas eu não deixava, é que eu não queria mudar, mente muito nova, sabe? Quero comprar um carro ou uma moto, tenho trabalhado de ônibus e aí não dá para estudar, vou fazer o ENEM”.

Fica mudo e encerramos o encontro que parece pouco prazeroso para ele.

Notas da autora

Parece que é um sujeito tímido de pouca fala, mas com um agenciamento poderoso que mantém escolha de se manter afastado de problemas com a justiça, apesar da árdua rotina de trabalho impeditiva de se dedicar a um futuro melhor com os estudos. Muito sério, sem sorrir durante o encontro. Nossa sensação é que ele se sente muito mal de lembrar os acontecimentos ligados ao seu processo de MSE, não quer refletir com o outro, mas parece que tem sim reflexões que não pretende dividir, não naquele momento, nem comigo.

- Narrativa do quarto participante da pesquisa

Num local próximo ao trabalho, escolhido pelo sujeito moreno, vigoroso e falante, nos conta que:

“num jogo do Brasil quando a mãe havia saído, fiquei com o pai e peguei o carro escondido e encontrei meu primo, bebemos e como era menor de idade com 17 anos, perdi o controle a 140 km/h, todo mundo comete erro, mas tem como evitar, silêncio longo, tem como evitar. Tive que cumprir as MSE. Se eu tivesse a cabeça que tenho hoje não teria feito. Hoje eu bebo uma latinha e não tenho mais vontade, depois que acontece você tem medo, a pessoa tem consciência, a gente perdeu um carro naquela época. Depois disso comecei a trabalhar e tenho esse lava-jato que é meu patrimônio. Paguei as medidas na escola e me trataram bem. Não sou criminoso, mas coloquei a vida de meu primo em risco, e de outras pessoas que podia ter atropelado. Me arrependo muito, mas as MSE foram muito boas para mim e jamais vou fazer isso de novo. É uma forma de entrar de novo na sociedade, quero ser policial, fazer uma faculdade. O negócio as vezes não dá dinheiro. Precisa de suor para comprar as coisas, senão perdelogo. Meu pai e mãe me apoiam, amigos e sou católico, agradeço a Deus de não ter morrido. Hoje vejo mais o certo e o errado, era mais por impulso, penso em evoluir mais

ter outro lava-jato, estou estudando para ser policial”.

Notas da autora

Jovem focado no trabalho e no estudo, expõe que cometeu um erro e pretende não cometer outros, não se puder evitar. Cheio de vitalidade e respeito à família. Fala bem das medidas e acha importante ter cumprido direito.

- Narrativa do quinto participante da pesquisa

Chegamos à casa onde mora uma jovem de 20 anos, um bairro classe média alta de nossa cidade, e ela nos conta que mora com o marido que está no trabalho. Fala que:

“quando tinha 17 anos e fazia faculdade de veterinária, filha única, morava sozinha e era emancipada legalmente, pois sua mãe morava em outra cidade onde tinha negócios, frequentemente ia a bares depois das aulas. Nunca tinha namorado, nesse dia fiquei no bar o dia todo e um menino ia me levar em casa, e ele foi me ensinar a dirigir, estávamos todos bêbados, e eu fui virar o carro e acabei subindo em cima de 3 motos, me levaram para a delegacia e me algemaram lá (começa a chorar, mas quer continuar falando). Eu não queria atender minha mãe, ela ligava, ligava e ligava, e eu não queria falar com ela. Na delegacia contei que era emancipada e que minha mãe morava fora e eles falaram que isso configurava abandono. Chamaram o Conselho Tutelar e perguntaram porque eu estava algemada e me levaram para uma casa de abrigo de crianças e consegui falar com minha mãe e ela me pegou. Depois de 1 ano fiz serviço comunitário, comecei a namorar casei e não gostamos de sair. Hoje não bebo, fico pensando na ressaca. Quero fazer um curso de cozinheira no SENAC. Começar meu relacionamento mudou minha vida. Se tiver que fazer tem que fazer cedo enquanto é menor, beber faz parte da adolescente, beber até cair, mas roubo e assassinato não. Tem menina de 16 anos que brinca de boneca e outras já tem filhos com essa idade”.

Notas da autora

Nosso primeiro encontro com uma menina branca, que frequentou uma universidade e parou, tem um bom nível econômico, mas nem por isso conseguiu se proteger de estar numa delegacia algemada, sendo encaminhada a um abrigo, fato ainda difícil de ser narrado, sente como um desrespeito a sua pessoa e mesmo com essas lembranças de fatos tristes, ainda considera a importância de poder transgredir quando ainda se é menor, pois a seu ver, as punições serão menores.

- Narrativa do sexto participante da pesquisa

Chegamos a um humilde bairro próximo ao centro, e encontro um jovem branco, magro que me convida a sentar na varanda de sua casa, e conta que:

“[...] possui pai e mãe, está focado em seu serviço em marmoraria, quer fazer educação física, sou solteiro e moro com meus pais, estava no segundo ano do ensino médio e já trabalhava. Não tinha a cabeça firmada, tinha 17 anos e fiquei amigo de um dos colaboradores. Única coisa que a gente tem é o nome. Cumpri as medidas no sábado num projeto social, achei que não ia dar em nada, mas chegou a carta da intimação.

Temos que pensar antes de fazer, porque tudo que a gente planta a gente colhe, trabalhava registrado, e tinha que pedir para sair para cumprir as medidas. As amizades também influenciam, o menino cresceu comigo, fui confiar e acabei me lascando, não confio nem na própria sombra. Coisas interiores que mudaram, era um compromisso de cumprir as medidas, tenho 21 anos, minha vida hoje é só serviço, quero ter uma casa própria um carro bom. “Hoje penso nas consequências do que faço”.

Notas da autora
O sujeito fala de seu amadurecimento enquanto cumpria as medidas, já trabalhava quando um evento com um amigo que confiava o colocou diante da justiça. Cumprir as medidas teve um efeito positivo em aumentar sua reflexão quanto a riscos, incluindo pessoas em quem confiava.

- Narrativa do sétimo participante da pesquisa

Chegamos à noite para encontrar o pesquisado num bairro da periferia de nossa cidade, cuja frente da casa comportava vários elementos de serralheria, ficamos a alguma distância de uma casa humilde e sem reboco, com pouca luz vinda da rua e ouvíamos o sussurrar de uma televisão ligada dentro da sala. O jovem negro com um sorriso largo pede desculpas, mas não pode se afastar muito porque está cuidando dos irmãos mais novos.

“Estudei até a sexta série e parei por causa do serviço senão tinha terminado os estudos e ajudo meu pai a criar meus irmãos porque há dois anos minha mãe faleceu. Estou com 20 anos, e aos 16 já fui preso e apanhei. Construí uma família e tenho um filho que mora aqui perto, mas separei da mãe dele. Tinha 16 anos quando aconteceu de eu ficar 2 dias na delegacia, mudei muito andava com os guris e só pensava em mexer com coisas erradas. Hoje em dia você para e pensa, você fala não é assim que as coisas funcionam, eu e um colega fomos

comprar um celular num bairro e a polícia achou no banco da moto e falaram que era roubado, não falam que bateu. Meu pai e minha mãe ficaram bem chateados comigo, falaram que não tinha necessidade de fazer aquilo. Saía muito á noite, mas você muda porque você tem um filho e se não paga pensão você vai preso, melhor fazer as coisas certas. Pega seu filho visita, no futuro quero mobiliar minha casa. Sair com amigos e beber, sua mãe fica magoada com você. Tem amigos que usa droga, e eu falo para não fazer que não vai dar certo. Trabalho numa borracharia e sábado meu patrão me convida para ir para a igreja, me dão muito conselho. Contou a história dele, meu pai não conhece meu patrão, faz 2 anos que me chamou para trabalhar.

Agradecemos e nos despedimos.

Notas da autora

Jovem esforçado que ajuda o pai e sempre trabalhou. A história que o leva a ficar preso demonstra um excesso por parte dos policiais, já que estamos diante de um jovem negro que trabalha e é valorizado por seu patrão, mais que pelo próprio pai. Tem que lutar e se cuidar para não receber tratamentos injustos, sendo tratado como marginal. O filho parece dar um orgulho apesar da separação da família que havia formado.

- Narrativa do oitavo participante da pesquisa

Num bairro residencial próximo encontramos um rapaz, claro e com boa aparência que nos relata sua história.

“Minha infância foi um pouco difícil, desde que nasci até 11 anos de idade meus pais eram usuários de drogas, com 12 anos fui adotado por um tio, fiquei 2 meses com ele e minha mãe me chamou para ficar com ela, e então ele não quis que eu ficasse mais com ele. Depois fui para casa de outra tia onde fiquei 9 meses, e me levou para a igreja. Minha mãe começou a namorar um cara que ia na igreja também, e conseguiu ter a casa dela e me levou para morar com ela, separada do meu pai. Com 14 anos comecei a fazer coisas erradas, amizades erradas na escola, más companhias até chegar o ponto de não querer estudar, não dava futuro. Cometi um crime e fiquei preso pouco tempo na unidade. Desse tempo para cá comecei a rever meus conceitos, pensar melhor a respeito da minha vida, o que eu queria fazer, mas depois me abalei com algumas coisas da minha casa e voltei a fazer tudo errado e acabei preso novamente, dentro do presídio fiquei 1 ano e 2 meses, conheci Jesus me converti e fui batizado lá dentro, mudei minhas atitudes, queria ser uma referência que não faz mais

aquilo que fazia, via o sofrimento da minha família. Decidi ser um exemplo, tenho meu trabalho meu próprio salão. Sou casado e vivo bem. O que eu vivi fazia parte de um amadurecimento, a pessoa que Deus me tornou muitas pessoas não acreditam. O casamento me deu uma responsabilidade de cuidar dela. Quero deixar um legado, uma referência para as pessoas. Falam que é difícil deixar vício, mas primeiro lugar Deus depois minha família. Aconselho a deixar de lado as más companhias. O que posso deixar é a referência de Jesus, nossa fé, dar um voto de confiança para Jesus”.

Agradecemos muito pela participação dele e comentamos que seu depoimento foi muito importante para o nosso trabalho.

Notas da autora

Ficamos sensibilizados com a intensidade do encontro, uma infância difícil e o encontro com o vício, a prisão e o encontro com Jesus o fazem querer ser um modelo para outras pessoas. Não sabemos se vai conseguir ter forças para permanecer sem problemas com a justiça, mas sentimos um desejo bem forte nesse sentido.

- Narrativa do nono participante pesquisado

Nos encontramos com a jovem morena, na varanda cheia de fraldas de panos brancos estendidas para secar, uma casa comum num bairro comum e antigo de nossa cidade. Ela inicia sua narrativa dizendo:

“[...] tenho 20 anos, moro com meus pais, quando aconteceu o evento eu tinha 13 anos e paguei com 15 e 16 anos. E hoje em dia eu parei mais, e sosseguei por causa do meu filho mesmo. Não faço mais nada tô de boa, ninguém mexe comigo mais. Minha vida era a mesma, mas eu não ficava quieta para ninguém, e hoje só me defendo se me ofender demais. No ocorrido da briga fui cobrir a briga de uma amiga, eu machuquei a menina que queria bater na minha amiga, disse que passou mal e cumprias medidas num posto. Mas as medidas não mudam ninguém, o que muda é o psicológico. Ficar afastada de briga você tem paz na cabeça, ninguém te enche o saco. Praticamente a sociedade é assim, um batendo no outro, vejo muita pessoa batendo um no outro, a justiça não adianta nada. O que adianta é a pessoa tomar vergonha na cara, parar de ficar cassando os outros. Uma guria mexe com a outra aí vai um monte para catar a guria. Mudei de escola estou no terceiro ano do ensino médio, acabo esse ano e quero fazer odontologia. A única coisa que eu ia dizer é que não adianta

nada isso de bater nos outros. Nas medidas fiquei lá enrolar algodão, algum lugar que mostrasse o que tem de ruim no que você fez. Ela veio na porta da minha casa e levantou um tapa, aí bati nela. Não convivo com o pessoal da família do pai dele, é um bando de barraqueiro, só quer falar da vida dos outros. Meu filho não conhece o pai dele, prefiro ele longe do meu filho, o irmão bate no filho e a mãe só sabe educar no berro. Não quero meu filho num lugar desse, meu filho fica direto comigo. Minha mãe ficou com medo de me prenderem, eu não falo muito com ela, fico na minha, quieta.”

Agradecemos a participação na pesquisa e mostramos nossa admiração pelas mudanças que está realizando.

Notas da autora

As mudanças para ela estão relacionadas à presença do filho, a quem se dedica integralmente além dos estudos, mas sentimos um tipo de agressividade que não percebemos nos demais participantes de nossa pesquisa entrevistados até o momento.

- Décimo participante da nossa pesquisa

Chegamos a uma casa num bairro distante e humilde de nossa cidade, encontramos uma menina nova grávida que nos atende com delicadeza e diz:

“Nasci aqui e tenho 2 irmãos, antes de cumprir MSE me envolvi com bastante gente errada, acabei sendo presa, não ouvia minha mãe nem minha avó, e minha mãe resolveu mudar daqui, ficamos fora e quando voltamos menos de um mês eu acabei sendo presa, eu fui presa porque um meninomatou o outro e eu estava junto, só que eu não fiz nada. contei para minha mãe depois de 3 dias e ela chamou a polícia. Por isso não fiquei muito tempo presa por que colaborei, e aí foi todo mundo preso e eu fui a única que saiu, tem um de maior que está preso até hoje, mas o resto todo mundo já saiu. Agora sou casada e não faço mais essas coisas, estou grávida e não saio mais, parei de estudar quando eu engravidei quando morava com minha avó, agora estou cuidando dos meus irmãos, mas quando minha mãe chega eu vou para minha casa. Meu marido é pedreiro. Eu não pensava em nada ficava uma ou duas semanas fora de casa, minha mãe atrás de mim que nem louca, ficava usando drogase bebendo com os guris tinha alguns que era de maior. Quando fui presa me bateram lá na unidade, saí e voltei a estudar. Fico mais em casa com minha mãe, ou minha avó, queria ser pediatra, sou evangélica desde pequena, mas faz tempo que não vou. A mãe de um menino que foi preso me

bateu grávida dentro do ônibus, ela mora aqui no bairro, não ando mais sozinha, todo mundo sabe, os meninos mataram e botaram fogo, mas eu nem encostei nele. Não me envolvo mais com drogas porque ou você morre ou vai preso com esse povo. Fiquei 1 ano no serviço comunitário, 1 ano assinando e presa só 1 mês e 15 dias, e lá tinha amigas do menino que morreu, e elas me bateram, ele tinha atirado num carro, a polícia ia matar ele. Falo para não se envolver com gente errada e não usardroga, tem gente como eu era como Maria vai com as outras, hoje sou mais minha mãe. Espero que meu filho não faça coisa errada, minha mãe não conversava, só batia, mas não conversava, batia e xingava, fui abusada quando eu tinha 11 anos, e ela ficou com nojo de mim, achou que a culpa era minha. Mas com esse negócio de ficar presa ela mudou e conversa mais comigo.”

Notas da autora

Ela descreve mudanças importantes na relação com a mãe e seu amadurecimento com a prisão e as demais agressões que sofreu tanto dentro da unidade quanto fora, que mudaram seus hábitos de vida e conseqüentemente de seus comportamentos, a exemplo do uso de drogas, sua desistência foi descrita com sua anuência, principalmente por ter casado e estar grávida.

- Narrativa do décimo primeiro participante da pesquisa

Estamos perto do trabalho onde nosso sujeito escolheu para o encontro, procuramos um lugar mais silencioso e privativo para conversar e ele narra:

“[...] tenho uma filha pequena de dois anos, e desde que sai da unidade moro com minha mãe, quando sai de lá mudei todoo meu pensamento, foi bom e foi ruim ao mesmo tempo. Deu tempo para pensar e hoje trabalho e não preciso fazer coisa errada, estou totalmente mudado. Eu tinha 16 anos cumpri medida fechada e semiaberto, num momento de bobeira eu fui e fiz um roubo, e fiquei 6 meses trancado então fugi (risos), queria passar o natal com minha família depois voltei e fiquei mais 6 meses trancado de novo, desde que saí nunca mais tive problema com a justiça. Minha mãe ia me visitar e disse que não comia direito, não vou comer umlanche se meu filho não pode comer e isso foi me mudando, não tem muita opção, ou é caixão ou prisão, eu fazia tudo errado e não tinha nada, hoje eu trabalho e minha casa já está mobilhada, estou realizando um sonho, vou comprar uma moto 0 Km. Tem que mudar e trabalhar. Quando estava preso conheci uma menina e ela engravidou, já falei para ela que queria casar, só não queria que ela fosse me visitar naquele lugar, que é muita humilhação, quando saí já cheguei na casa da mãe dela e já pedi a mão de dela em namoro e fiquei

namorando 1 ano, e nasceu meu filho que tem 2 anos, ter tido filho muda totalmente a cabeça da pessoa, porque querendo ou não a criança espelha no pai o que o pai vai fazer o filho vai querer fazer. Por isso que eu mudei bastante, por mim, minha mãe e todo mundo. A pessoa se quiser continua no mesmo mundo, mas aquele mundo é coisa de momento de jovem, não está aí para nada, é coisa de menor e fala não dá nada. Vai indo com o tempo, vai vendo que as coisas não são desse jeito, as amizades ninguém te obriga as coisas, você vai se quer, tenho muitos amigos de antigamente, e eu influencio muito, direto e falo que isso não leva a nada, não dá lucro nenhum, só dá gasto, usava droga e tudo, o tratamento é tomar vergonha na cara, eu fumava maconha, cigarro, hoje em dia não faço isso, quem passou sabe que é sofrimento, mas fazer o que, né?. Trabalho em 2 lugares, minha mulher trabalha também, faz cabelo e é manicure, o neném tá na creche. Essa vida é ilusão fazendo corre e quando vai preso tem que pagar advogado”.

Notas da autora

Muitos trabalhos longitudinais de desistência chegam a mesma conclusão que esse sujeito pesquisado, apenas com valores diferentes. A exemplo de se apegar em tradições normativas para dar sentido à vida nova, ao contrário de valores éticos do passado os econômicos é que justificam os comportamentos de afastamento da justiça. Deixamos esse último participante para o final da apresentação de narrativas individuais, por tratar-se do indivíduo mais jovem de nosso processo de pesquisa e com uma narrativa bem distinta da dos outros entrevistados.

Narrativa do décimo segundo participante da pesquisa

Chegamos para nosso encontro à frente de sua casa, o pai regando as plantas e a mãe na cozinha, pessoas com olhares entristecidos e preocupados, vivendo em uma casa simples num bairro simples.

Um rapaz branco e alto, aparentando pouca idade me recebe e me direciona a um quarto onde fecha a porta e diz que podemos dar início à entrevista. Ele começa a narrar:

“[...] tenho 19 anos, sou solteiro e não tenho filhos, tinha 15 anos quando uma pessoa quebrou o que não era dela, pegou e não queria me devolver, fui lá e peguei uma coisa dela, roubei e fui cumprir as MSE. Foi difícil porque tinha que acordar cedo, estou brincando, estava na sétima série, foi uma vergonha muito grande, minha e deles, mas não teve nenhum problema. Mudei meu pensamento, parei de fazer cagada, penso a mesma coisa, só tava querendo uma coisa que era minha, hoje não faria a mesma coisa. Não sei explicar, parei no nono ano estava trabalhando à noite, não sei se vou voltar, não pensei no futuro, não estudo nem trabalho, tem

que aguentar os outros dando nojo na cabeça, aqui em casa a gente discute muito, muita briga e ninguém ajuda, ninguém apoia. Só sei mexer com obra e sou chapeiro, fui na FUNTRAB só uma vez e não deu nada, eu vou nos pontos (lanchonete e obras), só que não consegui nada até hoje. Não vou fazer mais o que fiz, porque não tenho vontade mais, não roubaria para não passar pelo mesmoprocessos de MSE, vergonha, não tenho medo de ir para cadeia, não quero ficar com o nome sujo, não tenho o que falar, não vem nada na cabeça.”

Diz que vai continuar procurando o que fazer e encerramos o encontro.

Notas da autora
Mesmo tendo passado pelas medidas, encontra-se no momento com dificuldade para encontrar um trabalho, falta à família condições de apoio já que está precisando dele. Seria necessário um processo mais amplo de auxílio a esse pesquisado, visando reajustar suas expectativas e melhorar seu relacionamento com a família; de todos os entrevistados foi o único que apresenta situação familiar conflituosa.

O quadro 3 apresenta o resumo dos dados das entrevistas com os 12 participantes:

Quadro 3 - Resumo dos dados das entrevistas com os 12 participantes

Dados de identificação dos jovens pesquisados	Foco de vida atual e apoios relacionais que possui	Tipo de Medidas Socioeducativas que cumpriu e sua influência na decisão de não voltar.	Resumo da historia familiar dos participantes da pesquisa
Nome: R.O Idade: 19 Sexo: Masc. Estado Civil: Solteiro Filhos (a): Não Renda: BCM	- Procurando emprego - Conflito diário com os pais. - Não estuda e não trabalha.	- Prestação de serviços à comunidade. - “Foi difícil, tinha que acordar cedo!”	- “Família normal” - “Meu pai me ensinou a não roubar!”. - “Falava para eu estudar!” - Más influências de amigos. - “Não quero ter nome sujo!”
Nome: A.L. Idade: 21 Sexo: Masc. Estado Civil: Solteiro Filhos (a): Não Renda: MCM	- Trabalha com mármore. - “Vivo para meu serviço!” - “Meus pais sempre me apoiaram!”	- Prestação de serviço à comunidade. - “O juiz foi legal!” - Cumpria aos sábados.	“Família normal”. “Falaram para eu cumprir certinho!” Já trabalhava. Quer fazer faculdade de Educação Física. - “Sonho em ter minhas coisas!” - Influência negativa de amigos.
Nome: I.N. Idade: 18 Sexo: Fem. Estado Civil: Casada Filhos (a): Sim Renda: BCM	- Casamento e filha. - Ajuda a mãe a cuidar de seus irmãos.	- Aos 14 anos foi internada em regime fechado. - Drogas, assassinato, gang.	- Filha do primeiro casamento da mãe (que sempre trabalhou). - Possui 2 irmãos mais novos. - Mãe não conversava e era violenta. - “Usei drogas!” - Más companhias. - “Hoje minha mãe passou a conversar, antes não fazia isso!”
Nome: A.N. Idade: 21 Sexo: Masc. Estado Civil: Casado Filhos (a): Sim Renda: BCM	- O trabalho - “Minha esposa e Deus!”. - “Deus me salvou!”	- Aos 14 anos usava drogas e foi internado em regime fechado. - Crimes	- Pai e mãe usavam drogas. - Criado pela avó. - Aos 14 anos a mãe largou as drogas e ele foi morar com ela. - Depois das medidas buscou Deus. - “Quero ser referência da palavra de Deus!”.
Nome: A.N.N Idade: 21 Sexo: Fem. Estado Civil: Casada Filhos(a): Não Renda: ACM	- Cuida da casa e do marido. - “Quero fazer gastronomia!”	- Prestação de serviços comunitário. - Usava drogas e ingeria álcool.	- Criada pela mãe; trabalhava em outra cidade. - Fazia faculdade. - “Fui para a delegacia algemada!” (chorou) - “Sentia muita vergonha, não tinha cabeça para cumprir minhas responsabilidades!”

<p>Nome: L.E. Idade: 21 Sexo: Masc. Estado Civil: Solteiro Filhos(a): Não Renda: ACM</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Se dedica ao negócio próprio - Possui um lava jato. - Quer ter mais negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Prestação de serviços comunitário. - Usava drogas e ingeria álcool. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mãe e pai sempre deram conselhos. - “Eu não ouvia!” - Más companhias - “Coloquei a vida de outros em risco!” - “Quero socializar!”
<p>Nome: R.O.S Idade: 20 Sexo: Masc. Estado Civil: Divorciado Filhos(a): Sim Renda: BCM</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Se dedica ao trabalho. - “Meu patrão me apoia e me dá conselhos!” - “Ajudo meu pai a cuidar dos meus 	<ul style="list-style-type: none"> - “Com 16 anos fiquei 2 dias na delegacia preso!” - “Me jogaram spray de pimenta” - Ficou internado em regime fechado. - Roubou um celular. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mãe faleceu há 2 anos. - “Pai e mãe, na época, ficaram magoados”. - “Construí uma família, mas não deu certo.” - “Moro perto do meu filho e vejo sempre ele” - “Hoje em dia penso antes de fazer as coisas!”. - “Não quero ter nome sujo!”. - “Pais normais, eu que errei, era briguenta”.
<p>Nome: Y.O. Idade: 20 Sexo: Fem. Estado Civil: Solteira Filhos(a): Sim Renda: MCM</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cuidar do filho. - Mora com os pais. - “A gente muda se quiser!” 	<ul style="list-style-type: none"> - Prestação de serviço comunitário. - Aos 13 anos agrediu uma menina. 	<ul style="list-style-type: none"> - “A justiça não adiantou nada, vejo gente brigando hoje, as pessoas têm que tomar vergonha na cara!” - “Quero ser dentista, estudar, trabalhar e cuidar do meu filho!”
<p>Nome: R.A Idade: 22 Sexo: Masc. Estado Civil: Casado Filhos(a): Sim Renda: MCM</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “Tenho 2 empregos!” - “Quando estou trabalhando tenho as coisas e não preciso fazer nada errado!” 	<ul style="list-style-type: none"> - Aos 16 anos foi internado em regime fechado. - Usava drogas. 	<ul style="list-style-type: none"> - “Minha família sofreu demais quando fui preso, minha mãe até emagreceu!” - “Eu tinha que mudar senão ia para em um caixão!” - “Minha mulher trabalha e me ajuda muito!” - Más companhias.

Legenda:

Est. Civil = Estado Civil

Masc = Masculino

Fem = Feminino

F = Frequente

PF = Pouco frequente

NSR = Não se referiu

Renda familiar, estratificação proposta pela SAE (Secretária de Assuntos Estratégicos) em 2012

BCM: Baixa classe média (até R\$ 1.754,00)

MCM: Média classe média (até R\$ 2.564,00)

ACM: Alta classe média (até R\$ 4.076,00)

***Dados coletados de forma subjetiva, levando-se em conta que estivemos na casa ou no local de trabalho dos pesquisados.

6. ANÁLISE E RESULTADOS

As entrevistas, em diversos momentos, mostraram o efeito importante que a família e o trabalho tiveram sobre os jovens. Um pesquisado justifica ter enfrentado problemas com a justiça, por de ter tido um pai que esteve preso em vários momentos de sua infância devido ao tráfico, motivo que justifica sua direção no caminho da contravenção. Fato que não foi apenas uma influência para ele, mas também para seu irmão que sofre riscos e considera a influência de sua mãe e da atual companheira fundamentais para manter-se distante de problemas. Sente que recebe a força necessária para perseverar no trabalho e não seguir o destino do pai. Diferente de outro participante que direciona suas justificativas para a influência dos amigos da época, em sua decisão de se afastar do crime.

Frequentemente os pesquisados relataram dificuldades em manter uma postura diferente frente ao descumprimento das leis, por sofrerem influência de amigos até os dias de hoje, apesar de citarem algumas mais positivas de novos amigos, além de muita força pessoal para não voltar a esse caminho.

Um único entrevistado se refere à injustiça que sofreu por negar seu comportamento delituoso, mas não pode confirmar o mesmo sobre seus dois companheiros, e mesmo se sentindo injustiçado, preferiu cumprir suas medidas integralmente, deixando para trás o ocorrido.

Mas o que os três primeiros entrevistados tinham em comum?

Em nossa observação, detectamos fortemente a presença de crenças ligadas a uma identidade masculina em formação e a influência do grupo de outros jovens sobre elas, todos do gênero masculino solteiros, admitiram que seu estilo de vida era outro na época em que ocorreram os eventos, com exceção do pesquisado mais jovem, que diz que nada mudou para ele. Por outro lado, a descrição de serem pais e constituírem uma nova família colaborou para uma identidade masculina diferente, mais protetora, de menor risco, além de buscarem um futuro mais promissor para os filhos. Nesse aspecto as narrativas foram muito semelhantes.

A principal evidência é a justificativa dos pesquisados que possuem filhos, desde os primeiros momentos das entrevistas, fazem referência à relevância que a paternidade teve para desistirem da vida de contravenção, por distanciá-los de problemas com a justiça. Se referem à construção de planos para uma vida futura, como estudar ou ter um trabalho melhor, terminar de construir sua casa ou criar seus filhos longe do crime e da vida de riscos.

O percentual maior dos entrevistados ficou com o gênero masculino, visto que, dos 12 participantes, apenas três eram do gênero feminino. Dos oito jovens do gênero masculino

entrevistados, três eram solteiros (sem filhos); três eram casados (com filhos); um casado sem filhos e um divorciado (com filho), porém muito atento aos cuidados com a criança e com os irmãos mais novos. Todos os entrevistados homens, demonstraram um perfil cuidador e protetivo de masculinidade, diferentemente de um perfil mais agressivo que os levaram ao encontro da justiça, e apenas um participante do gênero feminino apresentou um repertório de comportamento mais agressivo, no entanto justificando suas mudanças a partir do nascimento do filho.

Observamos, pelas narrativas, em todas as entrevistas, uma significativa mudança na forma de se descreverem com os jovens que tinham filhos. Fato importante é que quando dos acontecimentos que os levaram a cumprir as MSE, os do gênero masculino consideravam-se mais influenciados pelos amigos do que pelas famílias e não se preocupavam com os riscos, incluindo o uso de drogas ou contravenções; a maioria tinha interesse em “bagunçar”, termo utilizado por quase todos.

Vale salientar que, suas preocupações se modificavam após assumirem o relacionamento com uma companheira, e/ou tornarem-se pais; seus comportamentos passaram a ter mais valor para eles, por sentirem a responsabilidade de proteger esse novo núcleo familiar, o que leva a atitudes mais responsáveis e com influência menor, ou quase nenhuma, dos antigos amigos. Nesse momento, passam a valorizar mais a família de origem, a companheira e o filho. Características ligadas a uma identidade masculina cuidadora, protetora, passa a tomar o lugar da antiga busca por atender a uma expectativa grupal de prova de coragem e pertencimento. Souza (2005) considera que, apesar das transformações em andamento, as exigências de gênero dentro da masculinidade ocidental contemporânea são de “ser homem”, diferente de “ser mulher”. Para ser possível se diferenciar, é necessário demonstrar virilidade, força e poder, fundamentada com a superioridade biológica, já bastante questionada, porém, ainda ligada a um significado de ser a parte mais ativa e consequentemente agressiva.

Mais precisamente, a autora cita trabalhos que descrevem a masculinidade na América Latina como assentada em três eixos: sexualidade, reprodução e poder. A constituição do gênero masculino nessa direção teria elementos centrais ligados ao sexo com referências a sua genitalidade, perpetuação da espécie e paternidade. A performance da masculinidade em várias culturas está ligada à competição ou a provas que afirmam a virilidade do indivíduo, podendo até chegar a atos violentos, socialmente desejáveis. Concordamos com a autora em não aceitar como instintiva a agressividade masculina, mas considerar que esse modelo patriarcal hegemônico promove influências complexas na constituição da identidade masculina, trazendo

consequências à vida do homem, além de incluir sua saúde, a exposição a riscos em enfrentamento de atos violentos para conquistar respeito.

Todos os jovens pesquisados, tanto do gênero masculino quanto do feminino, explicitaram características de masculinidade hegemônicas, como de não darem ouvidos às famílias de origem quando ocorre a situação problema, se descrevem bebendo ou fazendo uso de drogas, inseridos em grupos que praticavam comportamentos de risco, tendo regras próprias (poder e coragem), não respeitando as regras sociais ou mesmo legais, apesar de estarem ainda morando e dependendo da família de origem (privilégios e autoridade).

Em trabalho recente, estudando o adoecimento crônico de homens trabalhadores, Saldanha et al. (2018) considera a importância que o cumprimento de exigências das regras postas pela masculinidade hegemônica exerce na vida diária, incluindo conflitos que se estabelecem para manter sua identidade de pai. Entre os dilemas, apresenta destaque as situações de risco enfrentadas pelos pesquisados como alternativa para se manterem como provedor.

A variabilidade da narrativa de nossos pesquisados, demonstra que o amadurecimento cronológico não pode ser utilizado como justificativa aceitável, parece que cada pesquisado demonstra incluir fatores muito próprios à passagem do tempo apenas, e que esse “envelhecimento” precisa estar vinculado a especiais significados dados por cada indivíduo, para que tenha o efeito de fazê-los desistir dos comportamentos de risco ligados à contravenção.

A preocupação com a imagem pessoal, capaz de fornecer referência para os filhos, principalmente sua autoridade, parece necessária a manter a imagem coletiva masculina. Queremos deixar claro nosso interesse na influência que “as masculinidades” podem exercer sobre os indivíduos, visto que nossa cidade se encontra no meio do centro oeste brasileiro, local de tradições rurais, em que a masculinidade hegemônica é largamente observada, inclusive nas atividades profissionais, em que se exige coragem e comando dos homens na lida do campo, onde grupos de mulheres sentam-se distantes dos homens em reuniões sociais, por possuírem atividades francamente diferentes.

Com o devido cuidado na reformulação do conceito de masculinidade hegemônica, Cornell e Messerschmitt (2013) propõem um modelo mais complexo de hierarquia de gênero, incluindo a agência feminina; o reconhecimento de masculinidades locais entrelaçadas a níveis regionais e globais; contextos de privilégio e poder passam a permitir a incorporação de possibilidade do movimento do conceito, no caminho da democracia de gênero.

Vale destacar que a recorrência do uso da violência e da força utilizada por alguns homens na vida cotidiana, apenas revelam fragilidades da permanência do modelo masculino hegemônico, considerando os comportamentos agressivos como atuações no sentido de bloquearem ou evitarem qualquer movimento de mudança. (CORNELL e MESSERSCHIMIT, 2013). E complementam que configurações de masculinidade ideais e regionais ostentam um modelo a ser perseguido pelo homem, que é endossado e promovido pela Igreja, mídia e Estado, não correspondendo à masculinidade de nenhuma pessoa especificamente.

Além disso, o gênero é desenvolvido dentro da família, nas escolas, vizinhança, grupos de pares, entre outros, conforme a criança vai crescendo e obedecendo a discursos sociais, que podem ter maior ou menor influência sobre o indivíduo. A compreensão de como meninos e homens se relacionam em suas vidas diárias com modelos de masculinidade são importantes no entendimento de práticas violentas diversas, geradas por modelos culturais comuns.

Busquei reafirmar esses conceitos por terem uma importância regional singular, tendo em vista que a maioria dos casais se encontra confortável em perseverar nas tradições essencialistas justificadas pelas diferenças sexuais. Situação que parece ser bastante diferenciada dos grandes centros brasileiros, onde certamente nossos dados teriam um resultado um pouco diferentes. Por outro lado, um número maior de participantes da classe média baixa, local da classe trabalhadora, poderia estar envolvido nessa forma de masculinidade de protesto, identificada pelos autores acima citados.

Em outros momentos, em nossa experiência, percebemos com jovens que cumpriam MSE e eram acompanhados por nós, a especial importância que davam para provar sua masculinidade. E certamente, essa constituição de identidade masculina hegemônica estava muito presente influenciando seus comportamentos, pois deixavam de conviver com seus pais para buscar influências relacionadas aos grupos de iguais, ou seja, grupos de adolescentes muitas vezes marginalizados e sem um espaço definido, tanto na cidade quanto na sociedade.

Em suma, influenciados pela dificuldade de pertencer a atividades esportivas ou intelectuais, relataram como se sentiam pouco valorizados pessoalmente, restando a competição para provar seu pertencimento ao grupo dos homens e usufruir privilégios de poder; situações que traziam prazer e que não conseguiam experimentar de outra forma, amplamente conferidas por convenções sociais machistas presentes tanto em ambientes familiares, como na comunidade em geral. Cornell e Messerschimit (2013) explicam que, nessas situações, os jovens passam a sustentar padrões regionais e globais de masculinidade

(patriarcal hegemônica) que os investe de poder e permitem, a eles, a conquista de um espaço dentro do grupo e, muitas vezes, até uma certa fama. É possível que isso tenha acontecido na época da contravenção aos jovens que entrevistamos, porém, os oito participantes do gênero masculino entrevistados não se viam dessa forma no momento atual.

Apresentando narrativas de reconhecimento de valor das mulheres com quem se relacionavam, revelaram que essas relações trouxeram confiança e aconchego, um espaço novo para eles. Alguns nunca foram criados pelas mães, mas sempre aparece no discurso alguma mulher (avó, tia, namoradas ou esposas), às quais demonstraram especial gratidão e humildade referindo-se a elas com carinho, ressaltando o apoio que dedicaram a eles nos momentos mais difíceis.

Os pesquisados que eram solteiros esclareceram estarem mais preocupados em ganhar dinheiro e adquirir bens materiais, que lhes dariam essa sensação de poder, como nas falas: “Já estou podendo comprar minha moto”, ou “[...] quero ter mais negócios e vou conseguir”. Não tinham filhos, mas consideravam-se bem sucedidos nos negócios ou emprego, porém todos demonstravam o lugar que as mães passaram a ocupar em suas vidas, depois de cumprirem suas MSE.

Quando os entrevistados se referiam aos acontecimentos do ato infracional experimentado, tanto os relativamente pouco perigosos, como pequenos roubos, quanto os que estiveram internos por questões mais graves, como assassinados ou roubos grandes seguidos de morte, por mais de uma vez, se descrevem como pessoas totalmente diferentes nos dias atuais. Suas vidas foram modificadas quando, além de cumprirem as MSE, conheceram suas parceiras ou tiveram um filho; mesmo os solteiros se descrevem como pessoas muito mais reflexivas e com muitos planos para o futuro que, de alguma forma, traduzem um respeito muito grande pelas mulheres que os cercam. Segundo eles, são as responsáveis ou grandes influenciadoras de suas mudanças.

Tais declarações reforçam nosso acordo com o conceito de masculinidade proposto, não só por Sllatery (2003), que descreve a masculinidade como sendo um produto relacional, que se encontra muito próximo ao conceito de identidade e como se dá o reconhecimento de quem nos cerca pelo modo como nos comportamos.

Por outro lado, percebemos nos entrevistados não apenas mudanças pessoais enfrentadas a partir do gênero, mas mudanças na forma de vivenciar suas relações.

Todos os entrevistados, incluindo as do gênero feminino, descrevem diferenças significativas em suas relações com a família de origem, com exceção do entrevistado que na situação atual, não estuda e não trabalha e enfrenta problemas em sua família devido

justamente a sua falta de atividade, considerada improdutiva pelos pais.

As três entrevistadas do sexo feminino apresentavam comportamentos esperados para homens, dentro da cultura local machista, durante a época em que cometeram o ato infracional, bebendo em bares, participando de gangues e varando madrugadas ou mesmo descrevendo atos de violência física com colegas. Todas se descrevem como tendo mudado bastante, incluindo comportamentos esperados ou normativos para o gênero feminino: cuidadoras dos filhos, dos irmãos ou mesmo do marido, caso da entrevistada que não tem filhos ou irmãos. Duas reconhecem o mérito das suas mudanças por terem se casado e terem se tornado muito mais caseiras, cozinhando para o marido.

As mães foram as mais citadas como apoiadoras, ou como aquelas que sofreram junto aos entrevistados durante o processo penoso pelo qual passaram. Uma das entrevistadas justifica suas mudanças por interferência direta da relação com a mãe, enquanto as outras também declararam que mudaram muito, se consideravam mais amadurecidas e mudaram sua forma de viver, sempre citando um tipo novo de relacionamento com as mães ou com os filhos.

Shotter (2017) nos explica sobre o que pensamos a respeito de nós mesmos, referindo-se a um fluxo que acontece dentro de nós, formado espontaneamente e responsivo ao meio no qual estamos inseridos. Considera que apesar de acreditarmos em nosso agenciamento sobre nossas ações, as necessidades impostas pelo meio que nos cerca exercem um agenciamento forte do qual não temos consciência, sobre nossos comportamentos. Nas reflexões de análise dos relatos, chama-nos a atenção as mudanças identificadas pelos pesquisados nas relações com suas mães ou com suas companheiras, o que demonstra fielmente as observações do autor.

Estamos perigosamente na contemporaneidade deixando marginalizados alguns elementos construtores de nossas referências comportamentais. Não é difícil encontrarmos pais em nosso trabalho diário, que demoram várias sessões para terem a consciência da influência que exercem sobre seus filhos (seja com 2 anos ou 40 anos de idade dos filhos). Essas consequências sobre o comportamento dos filhos os surpreendem, quando constataram que mudanças em seus comportamentos tiveram impacto grande sobre mudanças nos modos de agir dos filhos.

Shotter (2017) ainda nos adverte que, quando nomeamos o que vemos, consideramos que aquilo permanece lá do jeito que observamos, como se ficasse paralisado como vimos na hora da observação e esquecemos, portanto, de nossa origem viva, da nossa dependência as interações acontecendo ao nosso redor, e interferindo em nosso processo de desenvolvimento,

sempre de forma singular, podendo mudar os caminhos que escolhemos seguir. As implicações desse processo ao qual estamos imersos nos incapacita de perceber que as coisas que vemos estão partindo da relação que estamos vivenciando e não unicamente de dentro de nós.

Em nossos diálogos com os entrevistados, tentamos nos afastar das teorias psicológicas tradicionais e buscamos identificar em suas narrativas o que aparecia de consistente e novo que eles buscavam nos comunicar. Nem sempre foi fácil não interferir no que descreviam, mas por estarmos ao lado deles, às vezes sentíamos certo sofrimento em todos os participantes pelo fato de evocarem lembranças não muito positivas dos eventos que narravam.

Vale destacar que apenas uma participante se emocionou ao revelar que foi algemada considerando o desespero que sentiu. Outros cortaram a conversa, e sentimos que o diálogo era finalizado, às vezes precocemente, pois poderiam levar a outros desdobramentos que proporcionariam uma forma mais aprofundada e diferente de sofrimento.

Em síntese, nossas entrevistas apresentaram limitações para nos levar a um maior aprofundamento, no entanto, por respeito a preceitos éticos, preferimos respeitar a decisão dos entrevistados de permanecer compartilhando conosco suas vivências a seu modo e a seu tempo. Percebemos em apenas dois entrevistados disponibilidade para um longo tempo de conversação, mas nossa limitação de tempo acabou encerrando a entrevista. Esses pesquisados demonstraram muito orgulho por estarem podendo mostrar como superaram situações difíceis do passado, além de passarem a se considerar pessoas melhores, capazes de servirem de exemplo a outros jovens.

Ao final de todas as entrevistas, de forma espontânea, acabamos revelando o quanto admirávamos a capacidade de mudança dos entrevistados, e como várias pessoas que enfrentaram eventos semelhantes, não foram capazes de mudar e descreverem um processo que consideramos bem sucedido, como os que tínhamos acabado de ouvir.

Enfim, tentávamos demonstrar como eles eram pessoas especiais, que tomaram decisões que mudaram positiva e radicalmente suas vidas, e que consequentemente os levaram a superar esses eventos, trazendo maiores realizações tanto profissionais como afetivas. Com relação à importância que a masculinidade teve nos eventos relatados por nossos entrevistados, percebemos que os jovens do gênero masculino falam de grupos influenciando suas ações, enquanto as meninas assumiam sempre precocemente a autoria dos eventos; nenhuma fez qualquer menção sobre influência de outras meninas ou meninos, nos comportamentos que as fizeram ter problemas com a justiça, ao contrário, as entrevistadas

descrevem-se como ativas e com pouca reflexão na época dos eventos. Os fatos que viveram demonstravam ter um valor maior para elas, em suas narrativas, se comparadas aos do gênero masculino.

Duas jovens que participaram da pesquisa tinham filhos, mas a maternidade não ocorreu durante o processo de cumprimento das MSE. Consideram que atualmente não teriam comportamentos que pudessem trazer riscos aos filhos.

Ficou bastante presente na fala dos rapazes o ideal de masculinidade hegemônico atuado dentro de grupos de amigos na época em que os atos infracionais ocorreram, além da quase impossibilidade de influência das ações das famílias de origem, desprestigiadas por eles na época. Nenhum dos jovens pesquisados se refere a algum tipo de trabalho social que de alguma forma poderia tê-los ajudado naqueles momentos.

Muitos países, como o Canadá, apesar de não terem os índices alarmantes que possuímos no descumprimento das leis pelos jovens, apresentam para essa faixa etária programas públicos preventivos, em que os jovens que cometeram atos infracionais são obrigados a participarem. São grupos de orientação durante algum tempo, frequentando reuniões com outros jovens, buscando reflexões sobre masculinidade, violência, relacionamentos, sexualidade entre outros, o que é feito sempre com testemunhos de outros jovens que já passaram pelos mesmos problemas e superaram.

As escolas nesses países têm uma preocupação com esse conceito de violência ligada à concepção de masculinidade, a exemplo da Inglaterra, que tem a preocupação de incluir gastronomia em sua grade de ensino direcionado às crianças, demonstrando certa oposição aos conceitos machistas, tentando colocar seus infantes na contramão da masculinidade hegemônica. A reflexão sobre masculinidade e seus efeitos seria importante de estarem presentes nas ações preventivas que pudessem ser empreendidas contra a reincidência de problemas com a justiça enfrentados por nossos jovens.

Tivemos contato com trabalhos de discussões sobre a masculinidade, que vêm sendo realizadas em São Paulo com homens que estão submetidos às sanções da Lei Maria da Penha. Acreditamos ser necessário ampliar esses trabalhos, para que influenciem discussões mais amplas: com auxílio da mídia, nas escolas e campanhas públicas de prevenção.

Constatamos, ao analisarmos nossos dados, que agrupar os jovens participantes de nossa pesquisa como “adolescentes” seria um erro, pois o grupo era diverso em idade, condição social, escolaridade, relacionamento familiar, histórias de vida, entre outros. Apenas um participante poderia ser considerado ainda vivendo sua “adolescência” quando foi entrevistado. Explicando melhor, as diferenças e as similaridades dentro do grupo pesquisado,

chama a atenção que apenas um dos participantes não trabalhava nem estudava. Seu discurso parece bem despretenso e não demonstra muita preocupação com seus atos, repete apenas que não quer ter problemas com a justiça para não ficar com o nome “sujo”, demonstrando bastante dependência da mãe e do pai, mas continua sem se importar muito com o que falam. É solteiro e não tem filhos.

Se compararmos dois pesquisados solteiros sem filhos e que não possuíam uma relação afetiva com alguém, descreviam-se como totalmente dedicados ao trabalho como foco de vida no momento. Um deles tem emprego e diz que já perdeu muito tempo para conquistar coisas que deseja, como um carro e uma casa. O outro edificou um negócio, trabalha bastante e diz que sua meta é abrir mais atividade comercial.

Nossos pesquisados podem ser incluídos em sua etapa de desenvolvimento, como um grupo de jovens adultos pois boa parte é casado, possui filhos, edificou negócios próprios e promissores, ou mesmo cumpre mais de uma jornada de trabalho para conquistar seus “sonhos de consumo”.

Não nos interessamos em classificações, visto que não sabemos em que elas seriam úteis para a superação de uma realidade desconcertante com indivíduos jovens no Brasil. Não é um tipo corriqueiro de solução que estamos procurando. Só vale se tiver peso para conscientizar pessoas sobre a importante reflexão de quais ações podemos propor para diminuir nossas taxas de mortalidade de jovens, mais frequentemente, negros e pobres.

Histórias difíceis narradas por nossos entrevistados estiveram na contramão do que seria esperado para seu futuro.

Consideramos que as entrevistas proporcionaram momentos reflexivos para todos os participantes, não apenas sobre os eventos que os fizeram cumprir as medidas, mas também serviram para reafirmarem o valor de suas mudanças para seu estilo de vida atual. Todos os participantes admitem que, como eram mais jovens, não ouviam os conselhos dos pais ou de familiares e que hoje essas relações são importantes fontes de influências para se manterem levando uma vida com uma rotina mais realizadora.

Venuto e Grandesso (2017) descrevem a natureza relacional e social da resiliência, buscando esclarecer como as pessoas são capazes de superar condições adversas e construir situações mais positivas para sua existência. Sugerem que resiliência, em parte, pode ser entendida como um caminho em que a possibilidade de aprendizado se mostra como forma de crescimento pessoal frente aos desafios que são impostos por nossos contextos de vida. Para elas, resiliência é uma forma de enfrentar as adversidades capazes de nos tornar mais preparados para lidar com as adversidades futuras, que certamente virão.

As mudanças nos relacionamentos significativos afetivamente, tiveram impacto importante na forma de descreverem a “si mesmo”, que modificaram a forma de ver o mundo, e conseqüentemente seus comportamentos e hábitos. Essas mudanças foram importantes como elementos de sustentação dos novos paradigmas de vida atuais, porém tal processo não foi validado, em nenhum momento, pelas instituições que tiveram dificuldades, demonstradas em nossa pesquisa, para fornecer contatos atualizados de jovens não reincidentes.

Detectar essas mudanças e valorizá-las nos parece uma etapa necessária a ser incluída a programas desenhados pelas instituições responsáveis pelo acompanhamento desses jovens após terem sido cumpridas as exigências legais determinadas a eles pela justiça. As possibilidades de novas significações foram declaradas por nossos entrevistados em todas as entrevistas, uns com mudanças maiores e mais extensas e outras mais leves, quase imperceptíveis, como no caso do entrevistado que não trabalha e não estuda.

Em alguns casos, a necessidade dessa finalização acompanhada pelas instituições era bem visível, como no caso do rapaz que não consegue trabalho, está sem estudar e apresenta conflitos com os pais, o que o torna bastante vulnerável à reincidência.

Nesse aspecto, queremos chamar a atenção ao rapaz que recebe grande parte de seu apoio atual do seu patrão. Não é muito comum ouvir esse tipo de depoimento: o patrão levou-o a frequentar a igreja e conversa com ele quando tem dificuldades. A contribuição de ações positivas de pessoas da comunidade ligadas aos jovens deveria também ser reconhecida e incentivada pelas instituições.

Não podemos deixar de chamar a atenção para um pretendo participante de nossa pesquisa, que apesar de não satisfazer as exigências requeridas, foi ao nosso instituto para ser entrevistado, e quando entendeu e aceitou que não cumpria o protocolo necessário à sua participação, pois estava naquele momento cumprindo suas medidas em regime semiaberto, admitiu que buscava apoio psicológico e pediu para ser auxiliado em problemas pessoais que estava vivenciando. Considerava-se uma pessoa muito solitária, trabalhava com cavalos e sempre teve problemas para se relacionar com pessoas.

Essa solicitação de apoio psicológico acompanha uma crescente demanda apresentada por jovens que deveriam ser contemplados com algum tipo de atendimento psicológico especializado, além de tratar-se de intervenções que poderiam influenciar ou mesmo definir o futuro desses rapazes.

7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS OPINIÕES TÉCNICAS SOBRE O TEMA DAS REINCIDÊNCIAS COLETADAS NAS REUNIÕES COM OS CREAS.

7.1 Apresentação dos encontros

Apresentaremos, nos Quadros 4, 5 e 6, o resumo dos encontros grupais que fizemos com as equipes técnicas de três instituições ligadas ao cumprimento de medidas de nossa cidade.

Quadro 4 – Instituição 1

Equipe Técnica: 1 advogado(a), 4 psicólogos(as), 2 assistentes sociais.

Trabalho executado e influência nos jovens	Dificuldades e riscos	Como melhorar?
<ul style="list-style-type: none"> - O foco é na perspectiva de estudo e trabalho com auxílio da família. - Dependem da rede de saúde e educação. - Seguem o PIA, plano individual de atendimento oferecido pelo SINASE (Sistema Nacional de atendimento socioeducativo). - Viés socioeconômico desfavorável (famílias envolvidas pelo tráfico). - Conseguem poucos, retornam mais velhos. - Mudança de olhar do jovem. - Se deparam com muito preconceito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa escolaridade. - Trabalho paga pouco (lava jato, 150 reais semanais). - Rede de saúde, poucos recursos de tratamento do uso de drogas em adolescentes. - Tráfico alicia jovens que dão certo sem estudo. - Na rede de educação, às vezes tem cursos, mas não tem passe. - Perfil cheio de tatuagens (dificulta emprego). - Trabalhos na limpeza para meninos, cumprem serviços à comunidade. - Território com famílias vinculadas ao crime. - Pouco sucesso. <p>Número grande de usuários do serviço.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionamento maior com rede de educação, saúde e judiciário. - Maior divulgação na comunidade que poderia ajudar a conduzir os jovens, diminuindo o preconceito. - Melhorar integração da rede.

Quadro 5 – Instituição 2

Equipe técnica: 1 advogado(a), 2 psicólogos(as), 3 assistentes sociais

Trabalho executado e influência nos jovens	Dificuldades e riscos	Como melhorar?
<ul style="list-style-type: none"> - Quando formado um vínculo melhor a influência (mínimo de 6 meses de permanência), vários só ficam 1 mês. - Chegam sem perspectivas e são direcionados ao estudo e ao trabalho, mas depende do indivíduo. - O trabalho é tentar que adquiram mais autonomia, “tentamos causar impacto na vida deles”. - Auxiliar o desenvolvimento psicossocial do jovem, incluindo a família e reintegração social, escolarização e trabalho. - Estimular o protagonismo do jovem e da família. - Quanto maior o acesso e aderência às propostas de mudanças, maior o ingresso no mercado de trabalho. - Adesão é o mais difícil. - Tem que aceitar as propostas (P.I.A). - Conflitos familiares. - Sem R.G às vezes. - Dependência química. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de estrutura esportiva nos bairros. - Jovens há muito tempo fora da escola (em média 5 anos). - Rede que dê parcerias, falta de tratamento para os jovens, ligados à saúde mental (grande demanda). - CAPS com tratamentos grupais com pouca adesão dos jovens e da família. - Transtornos de conduta e Psicopatias, dificuldades de diagnóstico. - No cumprimento das medidas; profissionais com preconceitos, nos quais recebem mal esses jovens. - Cortes orçamentários na assistência social (diminuição nas políticas públicas). - Não há trabalhos para os adolescentes “dependentes químicos”. - Preconceitos/estigmas da própria rede. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possuem comissões intersetoriais. - Projeto de egressos. - Adequar e criar serviços para melhorar o tratamento de dependência química. - Tentar melhorar os preconceitos dentro da rede, principalmente nas escolas. - Manter a direção do trabalho, melhorando o preparo das pessoas envolvidas com o cumprimento de serviço à comunidade. - Profissionalização do setor. - Melhorar as atividades propostas ao trabalho socioeducativo (rastelar quintal, limpar banheiros entre outros). - Humanizar todos os procedimentos que envolvam os adolescentes (justiça, educação, saúde e assistência). - Como avaliar o serviço? Registros?

Quadro 6 – Instituição 3

Equipe técnica: 1 advogado (a), 2 psicólogos (as), 2 assistentes sociais

Trabalho executado e a influência nos jovens	Dificuldades e riscos	Como Melhorar?
<ul style="list-style-type: none"> - Orientar. “Os jovens chegam sem perspectiva e trabalhamos a construção do que vai ser daqui um ano!”. - Depende da motivação do jovem, se ele sair querendo mudar já. - Ideias positivas para o futuro. - “Nós criamos uma expectativa, elaboramos o P.I.A e sabemos que vai ser difícil ser efetivo”. - Com 6 meses é mais fácil, um mês é mais difícil. - Alguém da família envolvida com tráfico. - Tentam incluir na rede pública, educação, trabalho entre outros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhos oferecidos exigem maior escolaridade. - A maioria não está na escola porque não é motivadora. - Já trabalham informalmente e não querem fazer cursos profissionalizantes (difícil competir com o tráfico). - Continuidade de vários atos infracionais. - Encaminhamentos para escolas e tratamentos de saúde. - Não tem integração da rede com interesse na socialização do jovem - Vulnerabilidade social, não tem vale transporte para ir a algum curso. - Os jovens que trabalham não têm acesso a serviços comunitários aos sábados ou atraentes para eles: limpeza, varrer a escola. - Tratamento do CAPS é em grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> - “Precisaríamos de mais registros pós-medidas”. - Mudar o contexto do jovem, o judiciário não tem uma preocupação maior. - Criação de curso: Valorização pessoal; reflexão, falta de pais. - A rede precisa refletir e entender o todo, a comunidade, a escola, precisam se envolver mais. - Ampliar os locais de cumprimento de Medidas Socioeducativas (Bombeiro, polícia, entre outros.) - Melhorar a rede de saúde para os adolescentes. - Melhorar o tratamento para o combate do uso de drogas.

7.2 Análise das três entrevistas grupais com os CREAS e suas contribuições

Os encontros grupais com os técnicos das três instituições ligadas ao cumprimento das MSE de nossa cidade ocorreram nos próprios locais onde funcionavam os CREAS, tendo a duração de aproximadamente uma hora. Buscamos dar um clima cordial e informal nas conversas que foram organizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Para organização dos encontros, pedimos que os participantes focassem nas propostas abaixo, para terem um direcionamento de nosso interesse temático.

- 1) Uma descrição resumida dos trabalhos que faziam e a influência que

acreditavam que esse trabalho exercia sobre os jovens que cumpriam medidas, sendo os usuários de seus serviços.

- 2) Quais as dificuldades e riscos que enfrentavam na execução desse trabalho.
- 3) Em que acreditavam que pudesse melhorar a prestação de serviços executados.

- Primeira reunião

Estavam presentes um total de sete técnicos, sendo um advogado, quatro psicólogos e dois assistentes sociais.

Os participantes puderam se colocar à vontade, sem um ordenamento maior de quem falava em qual momento, como uma conversa informal.

Iniciamos articulando sobre o trabalho que executam, que segue basicamente as orientações do Plano Individual de Atendimento oferecido pelo Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas, que, segundo os técnicos, tem seu foco na escolarização e em conseguir alguma qualificação profissional. Para tanto, dependem diretamente das instituições ligadas à educação, sendo que a maior parte dos jovens cumpre medida de prestação de serviço à comunidade, que acontece, na grande maioria, dentro das escolas. O trabalho é feito de forma intuitiva e a influência que exerce sobre o jovem dependerá do perfil individual de cada um, bem como do grau de estruturação e renda de suas famílias e a disponibilidade destas em apoiar o jovem em seu processo. Trabalham com a área maior e mais vulnerável da cidade.

Todos os técnicos parecem orgulhar-se muito do trabalho que realizam, apesar das dificuldades que enfrentam em seu exercício e do preconceito que sofrem da comunidade em geral por fazerem esse trabalho.

Muitos jovens retornam várias vezes por reincidirem, acreditam que essa região onde trabalham é mais difícil de atingirem objetivos, muitos casos não têm sucesso, os resultados são melhores quando estão próximos dos 18 anos porque ficam com medo de serem presos, ou casam e têm filhos.

Muitos deles nunca ouviram alguém falar sobre a importância do estudo e do trabalho, não têm informações sobre seus direitos, não sabem por que precisam tirar documentos, vivem de forma clandestina, executando pequenos trabalhos informais.

O tráfico alicia com facilidade, pois a maioria tem baixa escolaridade e núcleos familiares vulneráveis socialmente e, às vezes, até pertencem a grupos na venda de drogas.

Quanto às dificuldades desse trabalho, primeiro surge a falta de integração da rede de atendimento a esse jovem que chega. Alegam que precisariam trabalhar mais próximos aos que determinam as medidas a serem cumpridas, para que pudessem personalizar mais o serviço às condições e possibilidades do jovem.

Falam também de preconceitos que sofrem nos locais onde são cumpridas as medidas: quase sempre escolas que dão serviços pouco motivadores, como de limpeza, consertos, entre outros. Revelam o pouco acolhimento daqueles que os acompanham nesses locais; consideram que as pessoas das escolas não acreditam que esses jovens possam ser socializados, e acham que as escolas poderiam estar auxiliando nesse processo incentivando a leitura ou dando serviços mais motivadores.

Em um segundo momento, falam das poucas oportunidades de um futuro profissional para esses jovens, visto pertencerem a um grupo com baixa escolaridade; dizem às vezes, terem cursos disponíveis que poderiam fazer, mas não têm passe para o transporte, ou o curso exige ter concluído o ensino fundamental.

Acreditam que as pessoas que os recebem, não têm noção do processo de cumprimento de medidas e por desinformação têm preconceitos, o que dificulta a construção de relações melhores e mais positivas com eles.

Muitos utilizam drogas e querem se tratar, porém seus encaminhamentos são para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que faz psicoterapia grupal e eles rejeitam esse tipo de tratamento, tendo em vista que podem encontrar inimigos de facção.

Ao finalizar, deixam bem claro a necessidade de uma integração maior com a Justiça, Saúde e Educação, além de tratamentos melhores e mais efetivos para o uso de substâncias psicoativas e doenças psiquiátricas, incluindo um treinamento melhor para as pessoas das escolas que terão que acompanhar esses jovens.

Foi uma reunião muito produtiva, com jovens técnicos corajosos e muito comprometidos com o que fazem. Ao serem questionados, se lançam mão de alguma forma de avaliação dos serviços que executam, a resposta é negativa.

Além de não haver registros ou terem qualquer tipo de contato com os jovens que finalizaram o cumprimento de medidas, só os acessam novamente quando retornam por motivo de reincidência.

Visando contribuir com a equipe, envio por e-mail um trabalho realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Segurança Urbana em Porto Alegre, Rio Grande do Sul em 2010, no qual avaliam o Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PENSE).

- Segunda reunião

Estiveram presentes: duas psicólogas, dois assistentes sociais e um advogado.

Os mesmos procedimentos de uma conversa informal ficaram definidos.

Iniciam expondo um pouco do trabalho que fazem, dizem que a maioria chega sem estudar ou trabalhar. Descrevem a chegada dos jovens sem perspectivas de trabalho e de estudos e, apesar de suas orientações, só conseguem efetividade quando constituem família, e querem mudar sua vida.

Direcionam-se pelas metas do Programa individual de atendimento, porém sabem que não será muito efetivo. Às vezes, querem trabalhar mais com as famílias de origem, no entanto não sentem muito apoio no processo.

Dependendo do tipo de ato infracional e das medidas que foram deliberadas, a exemplo da Liberdade Assistida (seis meses), pontuam que são poucos encontros, de quinze em quinze dias.

Pensam que tendo em vista a proximidade da maioridade, restando pouco tempo para influenciá-los, a tarefa é mais difícil, porém, se forem mais jovens, têm mais tempo e chances de melhores resultados.

A maioria não está na escola ou parou no ensino fundamental e todos concordam que a escola não é o lugar mais encantador para eles, aprendem mais nas ruas.

As famílias, normalmente estão envolvidas na contravenção, sempre tem um tio, pai, mãe, irmãos ou primo que está preso. O jovem já trabalhou informalmente e não quer ganhar salário-mínimo, prefere as diárias, e não é fácil competir com o tráfico, que dá mais dinheiro.

Enquanto está cumprindo uma medida, ele comete outro ato e acontece uma continuidade do processo, confunde-se o modelo socioeducativo com punição e, muitas vezes, descumprem as medidas, sendo aplicada a internação.

Temos que achar outros meios de acessar esses adolescentes, o raciocínio de elaboração das medidas é muito simplista: tal ato recebe tal medida. O processo é mais complexo, temos que inseri-los na educação, no mercado de trabalho, alterar sua perspectiva de vida, seu contexto social e esse não parece ser o objetivo perseguido, apenas existe uma preocupação em se acabar com o processo.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) permite vários tipos de medidas, não apenas o Serviço Comunitário, deveria vincular as medidas ao cumprimento de um curso de valorização pessoal, que seja atrativo e oportunize a reflexão sobre o que fizeram.

É importante destacar que a maioria não tem pai ou não foram reconhecidos como filhos. O contexto está muito distante de sua realidade e o jovem acaba indo mesmo para se livrar do B.O (Boletim de Ocorrência).

Já quando sai está estudando ou trabalhando, todavia volta para o mesmo contexto social de onde saiu, com os mesmos amigos e com frequência reincide.

O plano que seguimos é atemporal, em lei, deveríamos acompanhá-los, mesmo depois, no entanto não há condições para que tal ato aconteça no pós-cumprimento.

Os novos jovens não param de chegar, o jovem violou o direito de alguém, mas, muitas vezes, já foi violado nos seus direitos. Tentamos fazer o melhor, todavia sabemos que, quando sair, não terá mais acompanhamento.

A mídia não ajuda, descreve os adolescentes como bandidos. É preciso outro tipo de parceria com outras instituições para diagnosticar melhor a situação de cada adolescente, proporcionar medidas mais educativas e motivadoras (curso de informática, alguma atividade que tivesse mais interesse), respeitá-los na sua chegada, informá-los dos procedimentos a que estarão sujeitos e o objetivo do processo a que vão se submeter.

É fundamental a necessidade de acolhê-los melhor, nas várias instituições que fazem parte do cumprimento de medidas.

Foi possível constatar um comprometimento muito grande da equipe técnica com seu trabalho, foram muito precisos ao expor suas atividades e as dificuldades que enfrentam nas rotinas diárias com os jovens. Conhecem profundamente as leis e as tribulações que enfrentam em cumprirem as propostas que elas trazem.

- Terceira reunião

A equipe composta por dois psicólogos três assistentes sociais e um advogado está presente e começam afirmando que os resultados são melhores quando são capazes de criar vínculos com o adolescente, porém, em geral, ficam de um a três meses com o jovem e há uma quantidade grande de retorno por cometerem outros atos.

Tentamos ter um impacto no seu desenvolvimento. A adoção dos adolescentes de origem familiar mais vulnerável é mais difícil, a família não dialoga.

O protocolo é encaminhar ou mediar a ida para escola e trabalho, mas estão, em muitos casos, cinco anos fora do ambiente escolar, não têm carteira de identidade, muitos são dependentes químicos e não temos um local de tratamento específico para adolescentes, só para os que completaram a maioridade.

A prestação de serviço à comunidade depende de nossa rede municipal que não é suficiente para atendê-los.

Frequentemente demonstram total desinformação, quando só informá-los com respeito e real interesse em ajudá-lo, transforma.

Muitas vezes, estamos diante de transtornos mentais graves, encaminhamos, mas o jovem não adere ao tratamento, os CAPS não têm tratamentos individualizados, só trabalham com grupos.

Não existe uma visão de conexão entre os diversos serviços; as políticas públicas recebem cortes orçamentários e o local onde vão cumprir as medidas não está preparado para recebê-los e eles são estigmatizados.

Não há um trabalho planejado para receber adolescentes, a saúde admite que não há atendimento específico de adolescentes com problemas de dependência química, o CAPS medica e ele volta.

Trabalhamos com jovens em meio aberto, porém, às vezes, está em descumprimento e vem algemado, pedimos para tirar as algemas. Aqui ele sabe que é respeitado, tem cinco dias para se apresentar após a audiência, todavia pensam que vem só para assinar. Deveriam ter sido informados sobre o processo ao qual estarão sendo submetidos, assim como seus objetivos. Poderia ser feito diferente com um intercâmbio maior de quem participa da rede.

Infelizmente a escola em que vai cumprir as medidas estigmatiza o jovem cumprindo medida socioeducativa, no entanto, poderiam ser mais acolhedores.

O plano individual de atendimento é o que norteia. Deveria haver um projeto para egressos, pois o adolescente volta para o mesmo lugar de onde saiu, com grande chance de reincidir.

Fizemos um seminário no judiciário; precisa ser feito um trabalho de conscientização da comunidade. Para que a sociedade esteja bem, é necessário que as pessoas queiram ver os outros bem, no entanto são muito individualistas.

O cumprimento de medidas não deveria ser só em escolas, proporcionar mais locais que os acolhessem dentro da própria rede, que fossem mais motivadores para eles, só temos três locais e, às vezes, não há atividades para realizarem.

Essa é uma de nossas maiores dificuldades: os encaminhados são acolhidos com muito preconceito por parte de quem os recebe.

Esses locais estão escritos no ECA e no SINASE, e poderiam ser vários, mas com objetivos socioeducativos.

Pode acontecer de termos vagas em cursos profissionalizantes, mas exigem

escolaridade em nível de ensino médio, sendo que a maioria não tem o ensino fundamental completo.

O recebimento do jovem na escola acontece junto a um processo de segregação pela mesma.

Não temos medo, porém é preciso mais cuidados com alguns meninos; uso de drogas depende da intensidade e frequência e o tratamento não é obrigatório; se ele deixa de vir é feito um relatório e a justiça é informada que entrou em descumprimento: não vem porque é usuário, sofre os efeitos cognitivos, falta de vontade, apatia.

ANÁLISE DAS REUNIÕES COM TÉCNICOS

A falta de uma aproximação maior entre as instituições responsáveis pelo processo das MSE (justiça, assistência social, saúde e educação) foi descrito como uma dificuldade que inibe a melhoria do atendimento aos jovens e identificada por todos os profissionais que participaram dos 3 encontros.

Todos também revelaram que estão acontecendo alguns movimentos nesse sentido, entretanto ainda são insuficientes para mudarem as práticas institucionais correntes.

Precisar-se-iam de mudanças mais efetivas que aumentassem o contato com as instituições como um todo, apesar disso ninguém sugeriu qual instituição deveria liderar essa iniciativa. Pensando por esse lado, talvez esse seja um motivo dos contatos não serem mais efetivos, ou todos quererem liderar e há uma competição, ou ninguém querer liderar e os fatos acontecerem muito devagar, não aparecendo os efeitos.

Contudo não há dúvidas entre os técnicos de que a intensificação de conexão entre os parceiros muito poderia contribuir para um atendimento profissionalizado e personalizado de todo o processo.

O segundo ponto comum às reuniões foi a inexistência de tratamentos individualizados relativos à saúde mental dos jovens. Os técnicos identificaram a ausência de tratamentos para a superação do abuso de drogas direcionado aos adolescentes em nossa cidade.

O terceiro ponto compartilhado pelos grupos de técnicos, foram as dificuldades encontradas nos locais onde devem cumprir as medidas. Consideram que os adolescentes são recebidos sem objetivos socioeducativos, apesar de acontecerem, em sua maioria em escola. Descrevem um preconceito grande demonstrado por quem os recebe, que oferecem serviços de limpeza, geralmente pouco motivadores e mais punitivos que socioeducativos. Os jovens

não se sentem respeitados e vivenciam a exclusão social mais uma vez, enquanto deveriam estar se socializando.

Um quarto ponto de convergência de opinião entre os técnicos, diz respeito à baixa escolaridade dos jovens, o que os impede de acessar a vários cursos profissionalizantes por exigirem que os candidatos estejam cursando o ensino médio.

O quinto ponto comum é a dificuldade que encontram em competir com trabalhos de diárias, que pagam bem acima do salário, ou mesmo com o tráfico, que não faz exigência de escolarização, além de, muitas vezes, ter alguém na família preso, ou comprometido com o tráfico.

O sexto ponto compartilhado foi a total indiferença da comunidade na solução do problema, não possuindo informações da influência que sua forma de enxergar esses jovens possui na superação dos problemas, com menos preconceito e mais acolhimento. Sugerem uma divulgação maior dos objetivos do processo de cumprimento de medidas e o chamamento a responsabilidade como o bem comum.

Os dados que analisamos nos aproximaram da necessidade de propostas de mudanças na atuação do sistema judiciário, relativos aos procedimentos utilizados com jovens infratores.

Digno de consideração ainda são os dados trazidos por esses técnicos, com relação às vulnerabilidades sociais enfrentadas por uma grande parte dos jovens que ao cumprirem MSE e reincidirem mais de uma vez em atos ilícitos, devem cumpri-las em meio interno ou semiaberto. Silva et al. (2019) corroboram com o conceito de resiliência oculta, capaz de revelar que, longe de se acreditar no tráfico como uma possibilidade de desenvolvimento satisfatório, precisamos levar em consideração os efeitos positivos que estar ligado ao tráfico pode provocar na vida desses jovens; podemos citar o respeito que adquirem em sua comunidade, contrário aos sentimentos de exclusão e invisibilidade de quando não estavam ligados a nenhum grupo, bem como o processo de fortalecimento surpreendentemente trazido como consequência de sua busca constante de superação a condições adversas, presentes nos ambientes vulneráveis aos quais estão submetidos, além do fato de que muitos vem de famílias envolvidas em contravenção.

Silva et al. (2019) ainda consideram que significações apreendidas por essa população jovem submetida ao tráfico se desdobram em comportamentos e hábitos culturais próprios, que, apesar dos riscos, fornecem um poder e uma sensação de pertencimento a eles. Essas estratégias desenvolvidas poderiam ter sido diferentes caso alguma instituição a qual esteve submetido o jovem, no processo de cumprimento das MSE, fosse capaz de perceber, revelar e

valorizar seus talentos, ou mesmo tivesse oferecido recursos de saúde adequados a suas mudanças de hábitos.

Vale destacar que concluem, intrigados, o resultado de adolescentes vinculados ao tráfico apresentarem indicadores mais altos de resiliência, contrariando raciocínios convencionais de vinculá-los a uma maior vulnerabilidade e não a um fortalecimento de habilidades subjetivas. Resta, de forma mais assertiva, compreender melhor sua trajetória de construção do processo de resiliência frente à precariedade de situações que enfrentam.

A partir do reconhecimento da escassez de oportunidades para adolescentes que residem em contextos periféricos e as artimanhas que envolvem a rede do tráfico de drogas, Silva et al. (2019) acreditam que elementos objetivos ou subjetivos que façam parte de ferramentas que permitam o enfrentamento a situações de intenso sofrimento podem estar presentes em instituições, como um espaço de fornecimento de significações advindas de relações capazes de auxiliar nos processos de superação, a exemplo de apoio psicológico e social, ou condições de integração das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nosso trabalho, buscamos elementos presentes nas estratégias utilizadas pelos jovens pesquisados para se esquivarem da reincidência em atos infracionais.

Como vimos, na análise das narrativas trazidas pelos sujeitos pesquisados, existem pontos que foram amplamente utilizados pelos entrevistados, desde que cumpriram suas MSE, para se manterem longe de problemas com a justiça.

Em princípio o primeiro ponto refere-se às mudanças em suas crenças e valores, a partir de reflexões sobre comportamentos de riscos que assumiam na época em que ocorreram os fatos que os levaram a contravenção, e consequente cumprimento de MSE determinada pela justiça. Essa tomada de consciência permitiu que mudassem de comportamento, se tornando homens mais cuidadosos e protetivos, movimento sempre mediado por alguém significativamente importante para eles: como terem se tornado pais, terem encontrado um relacionamento afetivo ou mesmo o apoio da mãe, que recebido nesse momento, foi sentido de forma diferente com uma importância especial experimentada pelo jovem.

Logo as questões ligadas a mudanças nos tipos de masculinidade assumidas pelos jovens do gênero masculino, bem como das feminilidades das meninas foram amplamente discutidas e seus significados tornaram-se elementos importantes a serem considerados pelas instituições, em relação aos cuidados dedicados a se evitar reincidências.

Em um segundo ponto que se desdobrou desse primeiro, constatamos em suas narrativas, mudanças na forma de valorizar as relações afetivas que os circundavam, com os pais, cônjuges ou mesmo com a família estendida.

Conclui-se que esses relacionamentos se tornaram mais consistentes e próximos, permitindo assim as mudanças positivas que os pesquisados fizeram em suas vidas, além de mantê-las firmes ao longo do tempo.

Um terceiro ponto a ser considerado decisivo para as mudanças que executaram e sua manutenção, identificamos como a capacidade de construir planos de futuro factíveis a médio prazo a exemplo de proporcionar bem estar e estudo aos filhos, se desenvolverem profissionalmente ou mesmo buscar novas oportunidades de negócios, motivações que não possuíam antes do processo enfrentado com a justiça.

Quanto aos encontros com os grupos de profissionais, ressaltaremos algumas ações que consideramos importantes de serem implementadas, visando fornecer maior qualidade ao trabalho executado com os jovens junto as MSE.

Inicialmente seriam ações que aperfeiçoassem os registros dos jovens que passam

pelas medidas, e a constituição de um plano de ações dedicado aos egressos e que pudesse fortalecer o vínculo criado com jovens no sentido de apoiá-los nas mudanças de hábitos necessárias a manter comportamentos mais protetivos.

Além disso, outras ações importantes de serem empreendidas dizem respeito a uma maior aproximação entre instituições que possuem responsabilidades com o processo de aplicação das medidas, tão bem sinalizadas pelos técnicos em nossa reunião. Seria de grande valia um maior intercâmbio entre justiça, educação, saúde e assistência social, reconhecendo a complexidade do trabalho de fornecer um processo socioeducativo de qualidade a esses jovens, sendo cada instituição parte de um todo que deve funcionar com mais harmonia, inclusive para preservar a realização pessoal dos profissionais envolvidos com o processo, resguardando sua saúde física e mental.

Há ainda ações que consideramos importantes de serem implementadas estrategicamente para aprimorar o serviço oferecido aos jovens como planos mais arrojados no que se referem às famílias, que seriam incluídas pelas instituições acima citadas, priorizando dar-lhes apoio, para estimular o trabalho realizado com os jovens.

Gostaríamos de ressaltar a ausência do treinamento no trabalho com famílias, presente em todos os serviços públicos de nossa cidade. Parte dessa realidade se deve ao número relativamente pequeno de formação nessa área, fato que vai ao encontro do pouco interesse em dedicar verbas, relativamente pequenas, a programas dedicados a famílias. Essa realidade expõe o desconhecimento das classes de poder sobre a efetividade de um trabalho bem feito dedicado às famílias prevenindo problemas com a população jovem. Optamos por finalizar nosso trabalho com propostas de um artista brasileiro, que por meio de suas obras, utilizando materiais recicláveis, consegue mudar a vida de várias pessoas que se apropriam do lixo gerado na cidade do Rio de Janeiro para sobreviver.

Vik Muniz apresenta um documentário, em 2010, *Waste Land*, que exhibe a vida de vários catadores de lixo no aterro sanitário Jardim Camacho e nos impacta com a invisibilidade social que os acompanha. A primeira cena do curta é fortíssima, pois a imagem das pessoas se confunde com o lixo a partir de certo foco, e fica impossível não refletir sobre a população invisível brasileira, e que ações podemos ter para torná-las visíveis ao recebimento do apoio necessário ao seu desenvolvimento e aos cuidados com as vidas em desenvolvimento que delas dependem.

Tal escolha, deve-se ao fato do número de crianças que atendemos em nossa cidade, cujas famílias sobrevivem catando lixo. Algumas dessas crianças fizeram parte de programas de MSE, e suas famílias são altamente comprometidas com as mudanças necessárias ao

desenvolvimento de seus filhos, não faltando aos encontros mesmo com as dificuldades em que se encontravam.

Alguns esclarecimentos finais poderão dar um sentido pessoal à pesquisa que empreendemos.

Antes de tudo, acreditamos que o valor maior da pesquisa que ora finalizamos foi de servir como possibilidade para ampliarmos nossas relações, construindo pontes para a ação que é nosso campo mais fértil. Não temos afinidades com as letras direcionadas a abstrações que não se desdobram em ações, então nosso trabalho terá valor dentro de ações que ofereçam oportunidade às demandas jovens descritas anteriormente.

Outrossim, em segundo ponto, as relações que constituímos com os jovens pesquisados, com o grupo de técnicos, com a equipe do IKMC e as que foram possíveis de serem realizadas dentro da PUC, tanto com funcionários, colegas e professores, certamente são o fruto maior que essa pesquisa pôde conceber.

Deve-se acrescentar que as relações são nossa maior fonte de riqueza e inspiração e concluímos essa etapa com imensa satisfação, na certeza de que o melhor está por vir.

Assim sendo, não podemos deixar de citar um pensamento que esteve como um fundo paratodos os demais: que precisamos mudar nossa tradição brasileira de “tapar o sol com a peneira” no que se refere aos cuidados com a criança e ao adolescente, escola é coisa séria.

Em suma, fornecer uma estrutura mínima necessária à modernização da educação e da justiça em nosso país é o primeiro passo no fortalecimento de uma condição democrática a nossa tão vilipendiada nação.

Vale enfatizar que fazemos parte de um mundo cada dia mais global, que produz um número cada vez maior de problemas complexos e que certamente não conseguiremos minimizá-los com perspectivas tradicionais, ultrapassadas que acreditam em respostas únicas aos problemas, além de não admitir a necessidade de contribuição de todas as pessoas para ultrapassá-los.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, v 2, n 2, p. 1-11, 2010.
- ANDERSON, H. Diálogo: pessoas criando significados umas com as outras e encontrando maneiras de continuar. GRANDESSO, M. (org.). *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: um diálogo entre teoria e prática*. Curitiba, OS: CRV, 2017.
- BERNABE, M. F. "Ninguém nasce homem: torna-se homem": a produção dos gêneros e a precarização da vida - Problematizando as masculinidades em jovens em cumprimento de medida socioeducativa.
http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_faf2db1c3945bdd9d330fb23074002e0. Acesso em: 21 mai. 2020.
- BERSANI E. B.; DOHERTY E. E. Desistance from offending in the twenty-first century. 2018.<http://prohic.nl/wp-content/uploads/2020/11/2020-06-09DesistanceCrimeMeta.2018.pdf>
 Acesso em: 30 ago. 2021.
- BOCK, A. N. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicologia, escola e educacional*, Campinas, v 11, n 1, p. 63-76, jan./jun. 2007.
- BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: SenadoFederal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência. Série Novo Juventude Viva. 2015
https://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_IVJ_Indice_vulnerabilidade_juvenil_2015.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 02 out. 2018.
- CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. *Revista Educação e Realidade*, 1995. Disponível em:
https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1224/connel_politicas_de_masculinidade. Acesso em: 02 out. 2019.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud.Fem.*, Florianópolis, v 21, n 1, p. 241-282, Apr. 2013. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&rm=iso. Acesso em: 30 out. 2020.
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Notícias CNJ. Tráfico de drogas é o crime mais cometido por menores infratores. 25/11/2016-18h33.

CRESWELL, J. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*; Tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 296p., 2010.

D'ABREU, L.C.F. Delinquência auto revelada em serviço de medidas socioeducativas em meio aberto no Brasil. *Estudos interdisciplinares em Psicologia*, v 2, p.154-170, dez. 2011.

GERGEN, K. J. e GERGEN, M. *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

GERGEN, K. J. Construção social e comunicação terapêutica. GRANDESSO, M. (org.). *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: um diálogo entre teoria e prática*. Curitiba, OS: CRV, 2017.

GONCALVES, H, S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. *Tempo soc.*, São Paulo, v 17, n 2, p. 207-219, Nov. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702005000200009&lng=en&rm=iso. Acesso em: 30 Out. 2018. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200009>.

GRANDESSO, M. *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Violência 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 02 mai. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Nota técnica n. 20. O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários*, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/notatecnica_maioridade_penal. Acesso em: 02 mai. 2019.

JAHN, G. M.; NARDI, F. L.; DELL'AGLIO, D. D. Adolescência e envolvimento em situações ilegais: Diferenças de gênero. In: COLAÇO, V. F. R.; CORDEIRO, A. C. F. *Adolescência e juventude: conhecer para proteger*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

KUBLIKOWSKI, I. Desenvolvimento da sexualidade da infância à adolescência no ciclo vital da família. In: HORTA, A. L. M. (org). *Sexualidade na família*. São Paulo: Expressão e Arte, 2007. p 41-56.

LIMA, A. *Saberes e práticas docentes na Educação de Jovens e Adultos*. Jundiaí: Paco, 2017.

LOPES, R.; SILVA R. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional*, v 17, n 2, 2009.

MACEDO, R. M. S. Família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? *Cad. Pesq.*, n 91, p.62-8, 1994.

MACEDO, R. M. S. (org.) *Expandindo horizontes da terapia familiar*. Curitiba, PR: CRV, 2015.

MACEDO, R. M. S., KUBLIKOWISKI, I.; BERTHOUD, C. M. E. Valores positivos e desenvolvimento do adolescente: uma perspectiva dos pais. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v 16, n 2, p.38-52, 2006.

MACEDO, R. M. S.; MARTINS, S. R. C. Conceitos de infância e leis que protegem crianças e adolescentes. In: COSTA, L. F.; PENSO, M. A.; CONCEIÇÃO, M. I. G. (org.) *Abordagem à família no contexto do conselho tutelar*. São Paulo: Ágora, 2014.

MACEDO, R. M. S., KUBLIKOWISKI, I., MOREÍ, C. L. O. O. *Pesquisa qualitativa no contexto da família e comunidade: Experiências, Desafios e Reflexões*. São Paulo: EDUC, 2018. p. 41.

PENSO, M.A., CONCEIÇÃO, M.I.G. *Abordagem à Família no contexto do Conselho Tutelar*. São Paulo: Ágora, 2014. p. 11-23.

MADIGAN, S. *Narrativetherapy*. American Psychological Association, 2011.

MARCELLI, D.; BRACONNIER, A. *Adolescência e psicopatologia*. 6. ed. Tradução de Fátima Murad. RS: Artmed, 2007.

MARINHO, F. C.; GALINKIN, A. L.; A História das Práticas Frente ao Desvio Social de Jovens no Brasil: Reflexões Sobre o Ideal de Ressocialização. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v 12, n 2, São João DelRei, 2017. e1034.

MATURANA, H. Conversações Matrísticas e Patriarcais. In: MATURANA, H.; VERDEN-ZOLLER; *Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano*. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. 3 ed. São Paulo: Palas Athena, 2011. p. 9-25.

MCNAMEE, S. Pesquisa como construção social: investigação transformativa. In: GRANDESSO, M. (org.). *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: um diálogo entre teoria e prática*. Curitiba, OS: CRV, 2017. p. 459-479.

MILANI, J. *A Educação escolar como medida socioeducativa de adolescentes em conflito com a lei: uma arqueogenealogia de suas condições de possibilidade*. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo (coord.). *Ensaio de Complexidade*. 4 ed. Porto alegre: Sulina, 2006. p. 9-20.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 5 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015. p. 42.

OLIVEIRA, F. N. *Justiça restaurativa no sistema de justiça da infância e da juventude: Um diálogo baseado em valores*. 2007. 163f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2007.

ORSINI, A. G. S.; LARA, C. A. Dez anos de práticas restaurativas no Brasil: a afirmação da justiça restaurativa como política pública de resolução de conflitos e acesso à Justiça. *Revista Responsabilidades(TJMG)*, Belo Horizonte, v 2, n 2, p. 305-324, set. 2012/fev. 2013. p.319.

OUTEIRAL, J. Adolescência modernidade e pós-modernidade. *Rev. Psicopedagogia*, v 22, n 68, p. 119- 47, 2005.

PÁDUA, E. M. M. *Estudos de Caso e Complexidade: Questões de Método em abordagens qualitativas*. Curitiba: Editora CRV, 2011.

PENSO, M. A. et al. *Jovens pedem socorro: o adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual*. Brasília: Líber Livro, 2012.

PESCAROLO, J. K. ; BODÊ DE MORAES, P. R. O declínio da autoridade docente na escola contemporânea. *Revista Diálogo Educacional*, [S.l.], v 16, n 47, p. 147-168, jul. 2014. ISSN 1981-416X. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/1999>. Acesso em: 30 out. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.7213/rde.v16i47.1999>.

PIMENTA, L. R. R.; MACEDO, R. M. S. Práticas colaborativas e dialógicas em múltiplos contextos. In: GRANDESSO, M. (org.) *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: um diálogo entre teoria e prática*. Curitiba, OS: CRV, 2017.

RAPIZO, R. Pensando a ética em contextos colaborativos: construção de diálogos e responsabilidade relacional. GRANDESSO, M. (org.). *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: um diálogo entre teoria e prática*. Curitiba, OS: CRV, 2017. p 57-70.

SAFLATE, V. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In: BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SALDANHA J. H. S et al. Construção e desconstrução das identidades masculinas entre trabalhadores metalúrgicos acometidos de LER/DORT. *Cad. Saúde Pública*, v 34, n 5, 2018. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208216>.

SHOTTER, J.; KATZ, A. M. 'Living moments' in dialogical exchanges. *Human Systems*, n 9, p. 81-93, 1998.

SHOTTER, J. Realidades terapêuticas e o dialógico corpo, sentimentos, linguagem e mundo. In: GRANDESSO, M. (org.). *Práticas colaborativas e diálogos em distintos contextos e populações: Um diálogo entre teoria e a prática*. Curitiba: Editora CRV, 2017. p. 143-166.

SLATTERY, G. Working whith men: Taking a stand against sexual abuse in Dulwich Center. *Responding to violence: a collection of paper relating to child sexual abuse and vielence in intimate relationships*. Dulwich Centre Publication, Adelaide, AU, 2003.

SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2005, v 10, n 1, p.59-70. ISSN 1413- 8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000100012>.

SOUZA, R. M; SILVA, R. M; MARTÍNEZ, S. A. A educação e a medida socioeducativa na modalidade de liberdade assistida: análise da produção acadêmica de dissertações e teses (2008-2017). *Perspectiva em diálogo*, v 6, n 13, p. 112, 2019.
<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/index>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SPINK, M. J. (org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

TEIXEIRA, A.; SALLA, F. A.; MARINHO, M. G. S. M. C. Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: mecanismos de controle no firmamento da república. *Estud. hist.* (Rio J.), Rio de Janeiro, v 29, n 58, p. 381-400, Aug. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862016000200381&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 out. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000200004>.

TOGNETTA, L. R. P ; VINHA, T. P. *Valores em crise: o que nos causa indignação*. In: LA TAILLE, Y.; MENIN, M. S. S. (org.) *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed, 2009.

TREVISOL, M. T. C. Tecendo os sentidos atribuídos por professores do ensino fundamental ao médio profissionalizante sobre a construção de valores na escola. In: LA TAILLE, Y.; MENIN, M. S. M. (orgs.). *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 152-184.

VASCONCELLOS, M. J. E. *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

VASCONCELLOS, M. J. E. *Desenvolvendo práticas colaborativas no contexto das políticas públicas, com a aplicação da metodologia de atendimento sistêmico*. Nova perspectiva sistêmica, 2015. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/171>. Acesso em: 18 mai. 2020.

VENUTO, A. Resiliência - A natureza relacional e social do fenômeno. In: GRANDESSO, M. (org.). *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: um diálogo entre teoria e prática*. Curitiba, OS: CRV, 2017.

WASEIFISZ, J. J. *O Mapa da Violência 2015: Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil*. FLASCO: BRASIL, 2015

WHITE, M.; EPSTON, D. *Medios narrativos para fines terapéuticos*. 5 ed. Paidós: Barcelona, 2010.

APENDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica

Consentimento Informado

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “**Estratégias de enfrentamento utilizadas por jovens não reincidentes em atos infracionais no centro-oeste brasileiro**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Maria Helena do Espírito Santo Coelho e orientação da Dra Rosa Maria Stefanini de Macedo.

Nesta pesquisa nós estamos buscando entender porque alguns jovens não voltam a ter problemas com a justiça, apesar de já terem cumprido medidas socioeducativas quando eram menores de idade.

Na sua participação você poderá falar livremente a respeito das mudanças que aconteceram em sua vida que permitiram manter você longe de problemas com a justiça.

Não será necessário aprofundar sobre o evento que o levou a cumprir as medidas.

O encontro será arquivado em um gravador de som, sem sua identificação e será destruído após a pesquisa.

Você poderá escolher um local confortável e familiar para realização da entrevista ou poderá vir ao meu endereço se for mais conveniente para você.

Este material coletado na entrevista não será utilizado em nenhum outro lugar que não seja o da pesquisa.

Caso você precise pagar o transporte ou tenha algum outro custo para realizar essa pesquisa, será reembolsado por mim.

Garanto que durante a entrevista não será necessário falar a respeito de temas que causem constrangimento a você, focando em momentos positivos de superação. Tentarei ao longo de todo o trabalho mantê-lo distante dos riscos de vergonha, desconforto, estresse, cansaço ao responder as perguntas, quebra de anonimato e sigilo.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento e asseguro que não terá nenhum prejuízo com isso ou sofrer nenhuma forma de pressão para permanecer na pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato através no telefone ou endereço:

Maria Helena do Espirito Santo Coelho, (67) 33267453 – Rua Euclides da Cunha, 1431
– Santa Fé (Instituto Kenneth Martin Coelho) – Campo Grande, MS.

Pesquisadora: Maria Helena do Espírito Santo Coelho

Assinatura _____

Participante _____

Assinatura _____

Campo Grande,

ANEXO 1 – Autorização para a realização de pesquisa de campo

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
Vara da Infância e da Adolescência

Campo Grande-MS, 18 de junho de 2019.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade de São Paulo– PUC-SP

Autorização para realização de pesquisa

Eu, Mauro Nering Karloh, Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Grande, venho por meio desta informar a V. Sa. que autorizo o(a) pesquisador(a) Maria Helena Espirito Santo Coelho, aluno(a) do curso de pós graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade de São Paulo– PUC-SP, a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada “Estratégias de enfrentamento utilizadas por jovens não reincidentes em atos infracionais no centro-oeste brasileiro” sob orientação da Prof.(a). Dr. (a). Rosa Maria S. Macedo.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Atenciosamente,

Mauro Nering Karloh
Juiz de Direito



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Comarca de Campo Grande
Vara da Infância e da Juventude

Ofício nº. 2899/2019-Igrr Campo Grande, 21 de maio de 2019

DO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DA
COMARCA DE CAMPO GRANDE
À: COORDENADORA DOS CREAS/SAS
Referente a pedido de realização de pesquisa

Senhora Coordenadora:

Pelo presente, informo a Vossa Senhoria que foi deferido pedido de autorização para realização de pesquisa de campo, que instruirá a Tese de Doutorado, requerido pela psicóloga Maria Helena do Espírito Santo Coelho, diretora do Instituto Kenneth Martin Coelho, na qualidade de doutorando e pesquisador junto ao Programa de Pós-graduação da Universidade PUC/SP, Doutorado em Psicologia na área de Família e Comunidade, conforme cópia em anexo.

Na oportunidade apresento protestos de estima e consideração.

Leonir Gomes dos Reis Rezende
Escrivã – assinatura digital

Assinatura Digital
Assistente Social
CRESS nº 2490 - 21ª Região/MS
23/5/19



CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Marcilene Ferreira Rodrigues, Gerente de Proteção Social Especial de Proteção Social Especial de Média Complexidade, tenho ciência e Autorizo a realização da pesquisa intitulada "Estratégias de Enfrentamento utilizadas por jovens não reincidentes", sob responsabilidade do pesquisador **Maria Helena do Espírito Santo Coelho**, nos Centros de Referência de Assistência Social (CREAS). Para isto, serão disponibilizados ao pesquisador acesso a análise documental in loco, bem como entrevista com os profissionais de referência do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Sem mais, nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Campo Grande, 06 de junho de 2019

Marcilene Ferreira Rodrigues
Gerente da Rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Marcilene Ferreira Rodrigues
Gerência da Rede de Proteção Social
Especializada de Média Complexidade